

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE DIREITO  
DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO E PROCESSO CIVIL

Fabiane Andrea Wallauer Guerra

**INSOLVÊNCIA CIVIL: O DIREITO INGLÊS E O DIREITO BRASILEIRO**

PORTO ALEGRE

2015

FABIANE ANDREA WALLAUER GUERRA

**INSOLVÊNCIA CIVIL: O DIREITO INGLÊS E O DIREITO BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Departamento de Direito Privado e Processo Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Orientação: Professor Dr. Gerson Luiz Carlos Branco.

Porto Alegre

2015

## RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar o tratamento jurídico conferido à insolvência civil no Reino Unido, bem como algumas das semelhanças e diferenças existentes com o tratamento do instituto no Brasil. O tratamento legal da insolvência foi analisado a partir do estudo das legislações relativas ao tema nos dois países, em especial, no Reino Unido, o *Insolvency Act 1986* e o *Enterprise Act 2002* e, no Brasil, a execução por quantia certa contra devedor insolvente prevista no Código de Processo Civil e o Projeto de Lei nº 283/12, acerca do superendividamento de consumidores. O estudo foi complementado pela análise da doutrina e da jurisprudência de ambos os países e centrou-se em dois procedimentos previstos no *Insolvency Act 1986*: O *Individual Voluntary Arrangement (IVA)* e a *Bankruptcy Order*, tendo sido ambos analisados com relação aos requisitos para sua concessão e aos seus principais efeitos. A partir da análise do direito inglês, foram estabelecidas comparações pontuais com o direito brasileiro.

Palavras-chave: Insolvência Civil. *Individual Voluntary Arrangement*. *Bankruptcy Order*. Projeto de Lei nº 283/12.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the legal treatment given to bankruptcy in the United Kingdom, as well as the similarities and differences with the treatment of the institute in Brazil. The legal bankruptcy treatment was analyzed from the study of laws related to the matter in both countries, particularly, in the United Kingdom, the Insolvency Act 1986 and the Enterprise Act 2002 and, in Brazil, the Civil Procedure Code and the Bill 283/12, about the over-indebtedness of consumers. The study was complemented by analysis of doctrine and jurisprudence of the two countries and focused on two procedures provided for in the Insolvency Act 1986: The Individual Voluntary Arrangement (IVA) and the Bankruptcy Order. Both procedures were analyzed with regard to the requirements for their concession and their main effects. From the analysis of English law, specific comparisons were established with Brazilian law.

**Keywords:** Bankruptcy. Individual Voluntary Arrangement. Bankruptcy Order. Bill 283/12.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 SISTEMA INGLÊS .....</b>	<b>9</b>
<b>2.1 <i>Individual Voluntary Arrangement</i> .....</b>	<b>10</b>
2.1.1 Início do Procedimento .....	13
2.1.2 Requisitos .....	14
2.1.3 Reunião de Credores .....	16
2.1.4 Principais Efeitos .....	18
2.1.5 <i>Fast-track Voluntary Arrangement</i> .....	23
<b>2.2 <i>Bankruptcy</i> .....</b>	<b>25</b>
2.2.1 Início do Procedimento .....	27
2.2.2 Requisitos .....	28
2.2.2.1 Procedimento Iniciado pelo Credor .....	28
2.2.2.2 Procedimento Iniciado pelo Devedor .....	31
2.2.2.3 Procedimento Iniciado pelo Supervisor do IVA e Pedido Baseado em Decretação de Insolvência Criminosa .....	32
2.2.3 Principais Efeitos .....	33
2.2.3.1 Entrega do Patrimônio e Extinção das Obrigações .....	34
2.2.3.2 Restrições Impostas à Conduta do Devedor .....	37
2.2.4 Atuação do <i>Trustee</i> e Conversão dos Ativos .....	40
<b>3 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS COM O DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>45</b>
<b>3.1 Prevenção da Insolvência .....</b>	<b>46</b>
3.1.1 Educação Financeira e Projeto de Lei nº 283/12 .....	48
3.1.2 Recuperação Judicial e Projeto de Lei nº 283/12 .....	50
<b>3.2 Regime Jurídico da Insolvência .....</b>	<b>54</b>
<b>3.3 Critério para a Caracterização da Insolvência .....</b>	<b>57</b>
<b>3.4 Extinção das Obrigações do Insolvente .....</b>	<b>61</b>
3.4.1 Conduta do Devedor .....	65
3.4.2 Entrega do Patrimônio .....	67
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>76</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A insolvência civil é regulada pelo direito inglês em conjunto com a empresarial, pelo fato de não haver, no Reino Unido, uma demarcação legal e jurídica entre as relações civis e comerciais. A presente pesquisa centrou-se, contudo, na análise das disposições relativas à insolvência de pessoas naturais, sendo claramente perceptível o foco do direito inglês em conferir meios adequados para a sua prevenção e, na impossibilidade de fazê-lo, oportunizar formas eficazes para a superação da crise de solvência, e consequentemente, a possibilidade de os devedores civis retornarem ao mercado, livres dos encargos e do estigma inerentes à situação de insolvência.

Para tanto, o direito inglês conta com procedimentos formais que focam em evitar a decretação da insolvência. O principal deles é o *Individual Voluntary Arrangement* (IVA), por meio do qual o devedor pode buscar um acordo com seus credores e obter a suspensão das execuções individuais contra o seu patrimônio, realizando então os pagamentos conforme tenha sido acordado e sem ter a sua insolvência decretada. Já a *Bankruptcy* ocorre quando decretada judicialmente a insolvência do devedor, e, nesse caso, o seu patrimônio é entregue para a efetivação do pagamento dos credores. Dentro do período de cerca de um ano, o credor tem acesso ao chamado *fresh start*, ocorrendo a extinção de suas obrigações.

Após a análise da regulamentação da insolvência pelo direito inglês, alguns de seus principais aspectos foram salientados e contrapostos com o direito brasileiro, buscando-se analisar as semelhanças e diferenças existentes. Não se teve, portanto, a pretensão de abordar a totalidade da regulamentação da insolvência, seja no direito inglês ou no direito brasileiro, buscou-se apenas a visualização de alguns de seus principais aspectos sob os ângulos de ambos os ordenamentos jurídicos.

Além disso, o trabalho não abrange a falência ou a recuperação judicial de pessoas jurídicas, ressalvadas algumas observações pontuais que contribuam para o entendimento da regulamentação da insolvência. Não se trata também de uma pesquisa sobre superendividamento, embora o tema tenha relação com a matéria abordada. E, finalmente, embora se tenha buscado encontrar semelhanças e diferenças entre dois ordenamentos jurídicos distintos, a pesquisa não se aprofundou em variados fatores sociais e políticos que influenciam tais ordenamentos, nem utilizou método próprio de direito comparado. Não se teve, portanto, a pretensão de realizar um estudo de direito comparado, mas apenas o de salientar as diferenças

e semelhanças em alguns aspectos pontuais do direito inglês e do brasileiro, no que concerne ao tema da insolvência civil.

Sabe-se, ainda, que o direito brasileiro e o inglês provêm de sistemas jurídicos distintos. Além disso, é perceptível a existência de grande número de diferenças culturais, sociais e políticas entre ambos os países. Ainda assim, dada a necessidade de atualização da legislação brasileira, o direito inglês não pode ser desprezado, pois a compreensão e a análise de muitos de seus aspectos podem trazer lições importantes ao nosso ordenamento.

Na insolvência, contrapõe-se diretamente os interesses do credor e do devedor. Para seu adequado tratamento, portanto, deve ser considerado o legítimo interesse do credor em obter a satisfação de seu crédito de forma rápida e eficaz, não se olvidando, contudo, de garantir ao devedor o direito a um patrimônio mínimo e também o seu direito a não ter decretada a sua morte civil. É, portanto, necessário analisar a extensão do mínimo existencial, no sentido de não privar o devedor de sua dignidade, e, ao mesmo tempo, não blindar o patrimônio do devedor de forma a impedir a realização de qualquer pagamento aos credores. É também preciso repensar o tempo necessário para que se dê a extinção das obrigações do devedor e em que medida o aumento ou diminuição nesse tempo influencia o retorno que é dado aos credores.

Além disso, não se pode esquecer que, para além dos interesses de devedores e credores, o adequado tratamento da questão interessa a toda a coletividade, que se beneficia com a possibilidade de os devedores poderem voltar a adquirir patrimônio, sendo recolocados no mercado.

Com o intuito de refletir sobre essas questões, o tema da insolvência foi abordado a partir da análise da legislação, bem como da doutrina e da jurisprudência acerca do assunto. No direito inglês foram analisados principalmente o *Insolvency Act 1986* e as mudanças nele introduzidas pela edição do *Enterprise Act 2002*. No direito brasileiro, analisaram-se as disposições acerca da execução por quantia certa contra devedor insolvente, constantes no Código de Processo Civil de 1973 e o Projeto de Lei nº 283/12, acerca do Superendividamento. O novo Código de Processo Civil também foi levado em consideração. Este, contudo, dá a entender que é necessária a edição de lei específica sobre a questão da insolvência civil e que, enquanto isso não ocorrer, continua em vigor o procedimento previsto no Código anterior.

Dessa forma, e com base nas fontes acima expostas, a matéria será dividida em duas partes. A primeira busca esclarecer o tratamento dado à insolvência civil pelo sistema inglês, a partir de um panorama geral dos serviços de prevenção e aconselhamento existentes no Reino

Unido e da análise do *Individual Voluntary Arrangement* e da *Bankruptcy*, com ênfase nos requisitos para a sua concessão e em seus principais efeitos. Na segunda parte, foram realizadas comparações pontuais com o direito brasileiro, especialmente no que concerne à educação financeira da população, à possibilidade de recuperação judicial das pessoas naturais, ao regime jurídico da insolvência, ao critério utilizado para a sua caracterização e à extinção das obrigações do devedor insolvente. Quanto a esses aspectos, foram encontradas diferenças substanciais entre os ordenamentos estudados e sua análise pode contribuir para a busca de novas soluções para o tratamento da insolvência no Brasil.



## 2 SISTEMA INGLÊS

O Reino Unido conta com um sistema organizado no sentido de informar e educar sua população, de forma a prevenir ou tratar a insolvência. Para tanto, a educação financeira foi introduzida no currículo do ensino médio no ano de 2014. O país segue iniciativas já adotadas por outros países, como Austrália e Singapura, na esperança de que os alunos estejam mais capacitados para um futuro profissional de sucesso, e, por consequência, isso conduza ao crescimento econômico, na crença de que a tomada de decisões financeiras inteligentes e esclarecidas beneficia não apenas o indivíduo, mas a economia como um todo.<sup>1</sup>

Além disso, outros serviços como o *Insolvency Service* e o *Money Advice Service* são disponibilizados à população para possibilitar a prevenção e o tratamento da insolvência civil.

O *Insolvency Service* disponibiliza estatísticas oficiais acerca dos procedimentos relativos à insolvência, seja ela empresarial ou individual. As estatísticas relativas aos procedimentos individuais são obtidas de registros administrativos do serviço e atualizadas quadrimestralmente, formando um acervo de dados que constitui um valioso instrumento para a adoção de políticas públicas.<sup>2</sup>

O *Money Advice Service*, por sua vez, autointitula-se como um serviço gratuito, independente e imparcial, criado pelo governo e disponível à população do Reino Unido, no sentido de auxiliá-la a encontrar a melhor forma de utilizar o dinheiro, meios para economizá-lo, bem como de encontrar alternativas para o pagamento de seus débitos. O serviço traz ferramentas úteis e fáceis de serem utilizadas, tais como manuais disponíveis para impressão e tabelas comparativas e pode ser contatado por meio eletrônico, por telefone e presencialmente.<sup>3</sup>

No que se refere a alternativas para o pagamento dos débitos, coexistem no Reino Unido três jurisdições separadas, sendo uma delas a da Inglaterra e País de Gales, outra a da Escócia e uma terceira a da Irlanda do Norte.<sup>4</sup> Essas jurisdições proporcionam diferentes formas para o tratamento da insolvência.

<sup>1</sup> GOYETTE, Lauren. Education Connection: Financial Education Leads to Better Financial Decisions. **HeinOnline**, Children's Legal Rights Journal, v. 34, n. 1, pp. 125-127, 2013. p. 1.

<sup>2</sup> GOV.UK. Collection. **Insolvency Statistics**. Disponível em <<https://www.gov.uk/government/collections/insolvency-service-official-statistics>>. Acesso em 05 ago. 2014.

<sup>3</sup> THE MONEY ADVICE SERVICE. **About us**. Disponível em <<https://www.moneyadviceservice.org.uk/en/static/about-us>>. Acesso em 24 jul. 2014.

<sup>4</sup> MCKENZIE SKENE, Donna W; WALTERS, Adrian. Consumer Bankruptcy Law Reform in Scotland, England and Wales. **Social Science Research Network**, Jul. 2006, p. 2.

Esta pesquisa se restringirá a abordar o tratamento da insolvência de pessoas naturais na Inglaterra e no País de Gales, sendo que, nesses dois países, além da regulamentação da decretação de insolvência (*Bankruptcy*), existem diversas alternativas formais e informais utilizadas com o intuito de evitar a sua decretação. Entre elas, podem ser citados, os *Debt Management Plans* (DPMs),<sup>5</sup> as *Administration Orders*,<sup>6</sup> a *Debt Relief Order (DRO)*<sup>7</sup> e o *Individual Voluntary Arrangement (IVA)*, sendo que estas duas últimas alternativas estão reguladas no *Insolvency Act 1986* (IA 1986).

O *Insolvency Act 1986* regula também o *Fast Track Voluntary Arrangement* (FTVA), que é uma opção de acordo a ser realizado por pessoas já declaradas insolventes. Sendo que também o IVA pode ser utilizado como meio para o cancelamento da insolvência.<sup>8</sup>

A presente pesquisa centrará sua análise no *Individual Voluntary Arrangement* e na *Bankruptcy*, que é também regulada pelo IA 1986.

## 2.1 Individual Voluntary Arrangement

O *Individual Voluntary Arrangement* (IVA) é a principal alternativa formal à *Bankruptcy*.<sup>9</sup> Trata-se de um acordo entre o devedor e seus credores, facilitado por um

---

<sup>5</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A 'Fresh Start' for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, V. 18, n. 1, pp. 5-36. 2009. pp. 21-22. Published on line in Wiley InterScience.. *Debt Management Plans* são acordos entre devedor e credores para o pagamento de débitos sem garantia, por meio da contratação de uma empresa especializada, que fará o repasse dos valores. Visa geralmente a redução dos valores pagos mensalmente por meio do aumento do número de meses em que se dará o pagamento, mas não possui mecanismos que garantam o congelamento dos juros, a amortização de parte da dívida, a suspensão das execuções individuais ou a vinculação dos credores discordantes.

<sup>6</sup> SEALY, Len. S.; HOOLEY, Richard. J. A. **Commercial Law: Texts, Cases and Materials**. 4th ed. New York, NY: Oxford University Press, 2009, p. 1.213. Administration Order é uma maneira de renegociar os débitos quando há um julgamento de uma corte (*county court or high court*) contra um indivíduo e este não tem como pagar a totalidade do débito. Está regulada pelo County Courts Act 1984, Part VI. A dívida total não pode exceder cinco mil libras. Assim que concedida, uma moratória entra em vigor e um funcionário da corte supervisiona o pagamento dos credores.

<sup>7</sup> GOV.UK. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Options for paying your debts. Debt relief order**. Disponível em <<https://www.gov.uk/options-for-paying-off-your-debts/debt-relief-orders>>. Acesso em 29 jul. 2014. *Debt Relief Orders* estão previstas no *Insolvency Act 1986 Part 7A*. Trata-se de uma oportunidade de negociação dos débitos disponível a pessoas cujas dívidas não excedem a 15 mil libras, com pouca renda excedente e que não possuam casa própria.

<sup>8</sup> Insolvency Act 1986 ss. 263A – 263G.

<sup>9</sup> WALTERS, Adrian. Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**, Journal of Corporate Law Studies, v. 5, n. 1, pp. 65 – 104. Abr. 2005. p.74.

administrador privado (*insolvency practitioner – IP*) para o pagamento de parte ou da totalidade dos débitos do devedor.<sup>10</sup>

Os acordos são flexíveis e há poucos limites legais acerca do que pode ser acordado. Também inexistente regra legal acerca de sua duração.<sup>11</sup> Porém, os IVAs são tipicamente programados por um período de cinco anos.<sup>12</sup> E podem ser cancelados caso o devedor deixe de realizar os pagamentos.<sup>13</sup>

Com relação aos custos, existem usualmente duas taxas a serem pagas pelo devedor. Uma delas para dar início ao procedimento e uma segunda taxa cobrada na realização de cada pagamento,<sup>14</sup> ou seja, o administrador descontará, de cada pagamento realizado pelo devedor, o custo de seus serviços, antes de repassar o valor aos credores.

O IVA tem sido amplamente utilizado. Segundo dados do *Insolvency Service*, o número anual de novos casos subiu de 7.899 em 2000, para 46.619 em 2012.<sup>15</sup> Os acordos se tornaram mais comuns do que a própria *Bankruptcy*, cujo número de novos casos, em 2012, foi de 31.642.<sup>16</sup> Dentre outros fatores, essa grande aceitação pode também ser explicada pela grande divulgação do IVA através dos meios de comunicação, pois, havendo alto grau de envolvimento do setor privado, formou-se ao redor dessa atividade um novo ramo empresarial.<sup>17</sup> São as chamadas IVA “*factories*”, sociedades de *insolvency practitioners* que atuam de forma

<sup>10</sup> GOV.UK. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Options for paying off your debts. Individual Voluntary Arrangements.** Disponível em <<https://www.gov.uk/options-for-paying-off-your-debts/individual-voluntary-arrangements>>. Acesso em 16 jul. 2014.

<sup>11</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A ‘Fresh Start’ for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Service**, International Insolvency Review, v. 18, n. 1, pp. 5-36, 2009. p.18. Published on line in Wiley InterScience.

<sup>12</sup> MILMAN, David. Personal Insolvency Law And The Challenges of a Dynamic, Enterprise-Driven Economy. **HeinOnline**, Singapore Academy of Law Journal, v. 20, n. 3, pp. 438 – 463, 2008. p. 454.

<sup>13</sup> GOV.UK. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Options for paying off your debts. Individual Voluntary Arrangements.** Disponível em <<https://www.gov.uk/options-for-paying-off-your-debts/individual-voluntary-arrangements>>. Acesso em 16 jul. 2014.

<sup>14</sup> GOV.UK. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Options for paying off your debts. Individual Voluntary Arrangements.** Disponível em <<https://www.gov.uk/options-for-paying-off-your-debts/individual-voluntary-arrangements>>. Acesso em 16 jul. 2014.

<sup>15</sup> GOV.UK. Statistics. Insolvency Statistics: Individual Insolvencies By Region 2012. **Individual Voluntary Arrangements (IVAs) By Area.** Disponível em <<https://www.gov.uk/government/publications/insolvency-statistics-individual-insolvencies-by-region>>. Acesso em 05 ago. 2014.

<sup>16</sup> GOV.UK. Statistics. Insolvency Statistics: Individual Insolvencies By Region 2012. **Bankruptcy Orders By Area.** Disponível em <<https://www.gov.uk/government/publications/insolvency-statistics-individual-insolvencies-by-region>>. Acesso em 05 ago. 2014.

<sup>17</sup> MILMAN, op. cit. p. 445.

agressiva, anunciando o IVA como uma solução para o pagamento dos débitos e incitando os devedores a contatá-los através da internet ou por meio de números de telefone gratuitos.<sup>18</sup>

O nome do devedor é incluído em um cadastro, o *Individual Insolvency Register*,<sup>19</sup> e é removido três meses após o encerramento do IVA. Esse registro é facilmente acessado por meio eletrônico. Qualquer um pode fazê-lo e, valendo-se do nome da pessoa ou do nome comercial da empresa, ou mesmo de alguns caracteres desses nomes, obter informações acerca de uma possível decretação de insolvência ou sobre acordo (IVA) realizado. Constitui, assim, um importante instrumento disponível aos provedores de crédito. O IVA também constará do *credit reference file* do devedor por um período de 6 anos a partir da data em que realizado o acordo, mesmo que este seja finalizado antes desse período. Se o IVA durar por mais de 6 anos, porém, o registro permanecerá enquanto perdurar o acordo.<sup>20</sup> O *credit reference file* é também uma espécie de cadastro com o intuito de fornecer informações ao mercado de crédito.

O IVA proporciona benefícios aos devedores e, teoricamente, também aos credores. Entre os benefícios dos devedores estão o congelamento dos juros, a amortização de parte da dívida (condicionada ao cumprimento do acordo pelo devedor), a menor publicidade e estigma do IVA quando comparado à *Bankruptcy*, a inexistência de restrições acerca do exercício de nenhum tipo de profissão, a possibilidade de proteger certos tipos de propriedade que, na *Bankruptcy*, teriam de ser entregues para o pagamento dos credores, e também a oportunidade de proteger a casa utilizada para sua moradia. Já os credores podem se beneficiar do fato de que, ao contrário da *Bankruptcy*, cujo período de pagamentos é limitado, no IVA, não há período máximo pré-estabelecido e, assim sendo, os credores podem acabar, em tese, por receber uma maior quantia. Podem também existir vantagens relativamente à reputação dos credores que aceitam realizar um acordo por meio do IVA, ao invés de utilizarem-se da *Bankruptcy* como instrumento de cobrança.<sup>21</sup>

Dessa forma, por sua grande utilização e pelos benefícios que potencialmente proporciona a credores e devedores, o IVA destaca-se como um importante meio de prevenção

<sup>18</sup> MCKENZIE SKENE, Donna W; WALTERS, Adrian. Consumer Bankruptcy Law Reform in Scotland, England and Wales. **Social Science Research Network**, Jul. 2006, p.14.

<sup>19</sup> GOV.UK. The insolvency Service. **Individual Insolvency Register (IIR)**. Disponível em <<https://www.insolvencydirect.bis.gov.uk/eiir/>>. Acesso em 05 mai. 2015.

<sup>20</sup> Ico. Information Commissioner's Office. **Credit explained**. Disponível em <[http://ico.org.uk/Global/faqs/~media/documents/library/Data\\_Protection/Practical\\_application/credit-explained-dp-guidance.pdf](http://ico.org.uk/Global/faqs/~media/documents/library/Data_Protection/Practical_application/credit-explained-dp-guidance.pdf)>. Acesso em 22 jul. 2014.

<sup>21</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A 'Fresh Start' for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, v. 18, n. 1, pp. 5-36, 2009. pp. 19-21. Published on line in Wiley InterScience.

da insolvência. Serão, por esse motivo, analisadas algumas generalidades relativas ao início do procedimento, os requisitos para sua concessão, dispositivos relevantes acerca da reunião de credores e os seus principais efeitos.

### 2.1.1 Início do Procedimento

Os devedores que desejam fazer uso do IVA devem fazer uma proposta a seus credores. Para tanto, o devedor contrata um administrador privado que, baseado nas informações fornecidas pelo devedor acerca de suas finanças, o auxilia na redação de uma proposta, devendo o administrador aceitar atuar, na linguagem do IA 1986, como *nominee*.<sup>22</sup>

O *nominee* terá, no IVA, uma função análoga à do *trustee* na *Bankruptcy*, ou seja, exercerá a função de um administrador, com o propósito de supervisionar sua implementação. Deve ser pessoa qualificada para atuar como *insolvency practitioner* ou autorizada a atuar como *nominee* no IVA.<sup>23</sup> Esse profissional tem o dever de apresentar um relatório à corte, opinando acerca da probabilidade de o acordo proposto ser aceito e implementado, bem como sobre a necessidade de ser convocada reunião com os credores para a análise da proposta e, em caso de considerá-la necessária, sugerir data, lugar e horário para sua realização.<sup>24</sup>

Em *Re a debtor (No 140 IO of 1995)*<sup>25</sup> é ressaltado o dever de análise da proposta por parte do *nominee*, não podendo este simplesmente repassar a decisão aos credores. É ressaltado também o poder da corte de, mesmo que o *nominee* tenha opinado acerca da viabilidade do IVA e da necessidade de uma reunião de credores, não conceder a ordem provisória de suspensão das execuções se não estiver convencida da possibilidade de sucesso do acordo, atitude esta que abre caminho para a decretação da *Bankruptcy*. A decisão deixa claro que a intenção não é a de que, na reunião convocada, os credores votem acerca do material bruto apresentado pelo devedor, mas que votem acerca de uma proposta que tenha passado pelo escrutínio do administrador, ou seja, de um profissional habilitado, independente e imparcial. Também a corte não deve centrar-se apenas na análise acerca do cumprimento dos requisitos formais

---

<sup>22</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A 'Fresh Start' for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, v. 18, n. 1, pp. 5-36, 2009. p. 19. Published on line in Wiley InterScience.

<sup>23</sup> Insolvency Act 1986 s 253 (2).

<sup>24</sup> Insolvency Act 1986 s 256 (1) (a) – (b).

<sup>25</sup> *Re a debtor (No 140 IO of 1995)* [1996] 2 BCLC 429, Chancery Division.

exigidos para a apresentação da proposta, mas deve ir além, analisando se a maioria que votou a favor, e que acabará por vincular a minoria dissidente, agiu de boa-fé. Deve também a corte analisar a razoabilidade do acordo, de forma que este se configure em um acordo que um homem de negócios poderia razoavelmente aprovar.

A ordem provisória para a suspensão das execuções pode ser solicitada à corte, no sentido de possibilitar a redação da proposta e sua análise pelos credores.<sup>26</sup> Esse pedido está regulado pelo IA 1986, nas Seções 252 a 256. Seus efeitos cessam em 14 dias,<sup>27</sup> podendo o prazo ser estendido ou renovado nos casos em que o *nominee* tenha deixado de apresentar o relatório ou necessite de mais tempo para fazê-lo, ou ainda para que a proposta possa ser analisada pelos credores.<sup>28</sup> O procedimento, contudo, pode iniciar-se com ou sem o pedido de suspensão das execuções.<sup>29</sup>

### 2.1.2 Requisitos

O IVA é aplicável ao devedor que pretenda fazer uma proposta a seus credores.<sup>30</sup> Essa proposta é usualmente apresentada para evitar a decretação da insolvência. Mas também é possível que um devedor que tenha sido declarado insolvente faça uma proposta por meio do IVA para cancelar essa decretação.<sup>31</sup>

Com relação à ordem provisória para a suspensão das execuções, a corte não deve concedê-la, a menos que sejam satisfeitos quatro requisitos. O devedor deve ter a intenção de fazer uma proposta; deve ter tido sua insolvência decretada ou preencher os requisitos para peticionar pedindo sua decretação; não pode ter sido feito outro pedido de ordem provisória nos doze meses anteriores e, por fim, o *nominee* indicado na proposta deve estar disposto a nela atuar.<sup>32</sup>

<sup>26</sup> SEALY, Len. S.; HOOLEY, Richard. J. A. **Commercial Law: Texts, Cases and Materials**. 4th ed. New York, NY: Oxford University Press, 2009, p. 1.213.

<sup>27</sup> Insolvency Act 1986 s 255 (6).

<sup>28</sup> Insolvency Act 1986 s 256 (3A) – (5).

<sup>29</sup> MILMAN, David. Personal Insolvency Law And The Challenges of a Dynamic, Enterprise-Driven Economy. **HeinOnline**, Singapore Academy of Law Journal, v. 20, n. 3, pp. 438 – 463, 2008. p. 453.

<sup>30</sup> Insolvency Act 1986 s 256 (1) (a).

<sup>31</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A ‘Fresh Start’ for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, v. 18, n.1, pp. 5-36, 2009. p. 18. Published on line in Wiley InterScience; Insolvency Act 1986 s 261 (1) e (2).

<sup>32</sup> Insolvency Act 1986 s 255 (1) (a) – (d).

Se relativa a indivíduos já declarados insolventes, a ordem, quando concedida, deve conter disposições adicionais, acerca da condução da *Bankruptcy* e da administração de seus bens.<sup>33</sup> É possível, também, suspender ou modificar o procedimento relativo à *Bankruptcy*. Entretanto, essas disposições não podem resultar em diminuição significativa dos bens disponíveis para o pagamento dos credores ou de seu valor.<sup>34</sup>

Por fim, a Seção 255 (2), enfatiza a discricionariedade da corte, no sentido de conceder a ordem quando julgá-la apropriada para facilitar a análise e implementação da proposta. Em *Chapman v Smith*<sup>35</sup> foi rejeitada a apelação de *Mr. Chapman* com relação à rejeição de seu pedido de uma ordem provisória para a suspensão das execuções, com base na s 252 do IA 1986. Sendo que, após essa rejeição, este veio a ter sua insolvência decretada a pedido de *Mr. Smith*, supervisor do IVA. Neste caso, o pedido de suspensão das execuções ocorreu durante o andamento de um *Individual Voluntary Arrangement* que, não cumprido pelo devedor, já havia sido modificado com a anuência dos credores e que, novamente, vinha sendo descumprido. Assim, a rejeição da apelação e, conseqüentemente, a não concessão da ordem para a suspensão das execuções, foi embasada no fato de que os credores, unanimemente, concordaram, no momento da modificação do acordo de pagamentos proposto no IVA, que, em caso de qualquer novo descumprimento, o supervisor deveria pedir a insolvência do devedor à corte. Além disso, foram consideradas pelo julgador a total incapacidade demonstrada por *Mr. Chapman* em cumprir o acordo, a não apresentação de qualquer evidência que pudesse justificar os descumprimentos ou que levasse a crer que o apelante pudesse ser capaz de cumprir um novo acordo ou sanar os problemas advindos do acordo atual. Na decisão, destacou-se ainda que as ordens provisórias de suspensão da execução não devem ser utilizadas como meros mecanismos para retardar a decretação de insolvência e que, portanto, para a sua concessão, o julgador deve estar convencido de que a proposta apresentada é séria e viável (s 255 do IA 1986), sendo que, no presente caso tal convencimento não se tornou possível devido ao fato de que nenhuma proposta substancial foi apresentada.

Já em *Knowles and Another v Coutts & Company*,<sup>36</sup> os apelantes, *Mr. And Mrs. Knowles*, sendo devedores de uma razoável quantia, não possuíam ativos e tiveram seu pedido de uma ordem provisória negado. O pedido destinava-se a prevenir a decretação da insolvência ou outras formas de execução contra eles durante a análise da proposta de um *Individual*

<sup>33</sup> Insolvency Act 1986 s 255 (3).

<sup>34</sup> Insolvency Act 1986 s 255 (4) e (5).

<sup>35</sup> *Chapman v Smith* [2005] EWHC 1696, Chancery Division.

<sup>36</sup> *Knowles and Another v Coutts & Company* (unreported, 16th July 1997).

*Voluntary Arrangement* por eles apresentada. Em virtude da inexistência de ativos, ambos ofereciam apenas pagamentos mensais, por um período de 5 anos, cuja soma ficava muito abaixo do total devido aos credores. Nessa situação, a decretação da insolvência possibilitaria a realização de pagamentos mensais (s. 310, IA 1986) por um período de 3 anos, enquanto que, em caso de realização de um IVA, os pagamentos perdurariam por 5 anos. A diferença era pequena e, como dito, em nenhum dos casos os valores a serem pagos se aproximavam do total devido. Ainda assim, na apelação, a ordem provisória para a suspensão da execução e possibilidade de análise do IVA foi concedida, sob o argumento de que apenas os credores podem analisar se a proposta apresentada pelo devedor produz o retorno suficiente para torná-la aceitável e de que não é função da corte decidir se a proposta é ou não boa o suficiente. Sendo os credores, indubitavelmente, as pessoas a quem é conferido o poder de aceitar ou não a proposta, a concessão de uma ordem provisória foi o primeiro passo desse processo.

O passo seguinte, quando preenchidos os requisitos para a apresentação de uma proposta e tendo o administrador opinado acerca de sua plausibilidade, é a realização da reunião de credores.

### 2.1.3 Reunião de Credores

Quando considerada necessária a convocação de uma reunião, devem ser convocados para dela participarem todos os credores acerca de cujos endereços e pretensões a pessoa que está realizando a convocação tenha conhecimento, sendo que os credores de um devedor declarado insolvente incluem todos os credores relativos aos débitos da *Bankruptcy* e também aqueles que se tornariam credores caso a *Bankruptcy* se iniciasse na data na qual o aviso sobre a reunião é dado.<sup>37</sup>

Em *Re a debtor (No 400 IO of 1996)*,<sup>38</sup> os devedores, marido e mulher, procuraram excluir um de seus credores do *Individual Voluntary Arrangement* proposto. O credor em questão era *Colonial Mutual Group (UK Holdings) Ltda.* Eles incluíram o credor no relatório acerca de suas finanças, o qual foi apresentado ao *nominee*, mas o excluíram do acordo, pois acreditavam também possuir contra eles uma demanda relativamente a danos substanciais

<sup>37</sup> Insolvency Act 1986 s 257 (1) – (3).

<sup>38</sup> *Re a debtor (No 400 IO of 1996)*; *Re a debtor (No 401 IO of 1996)* [1997] 1 WLR 1329; [1997] 2 BCLC 144, Chancery Division.



sofridos e que, portanto, o valor da dívida poderia vir a ser compensado. Por esse motivo, o *nominee* considerou o débito como controverso, não convocando o credor *Colonial Mutual Group* para a reunião de credores. Ainda assim, o credor tomou conhecimento da reunião e se fez representar. O representante foi autorizado a votar e seu voto foi decisivo para a não aprovação do acordo. Alegaram os devedores que a empresa *Colonial Mutual Group* não detinha legitimidade para votar. A decisão, contudo, rejeitou o pedido dos devedores e afirmou o direito de voto do credor, pois, tendo os devedores e o *nominee* conhecimento acerca do débito, não se justifica a não convocação do credor, pois a demanda que os devedores alegam possuir contra a empresa, embora possa ser utilizada como defesa em uma possível execução, não lhes dá o direito de se considerarem exonerados da dívida. Na decisão, concluiu-se que todos os credores são legitimados a votar e comparecer na reunião se dela tiverem notícia, independentemente do fato de terem sido convocados pelo *nominee*.

A reunião é realizada para aprovar ou não o acordo voluntário proposto, podendo este ser aprovado com ou sem modificações, contanto que o devedor consinta com cada uma delas.<sup>39</sup> Não podem, contudo, ser aprovadas modificações que afetem os direitos dos credores com garantia, a não ser que o credor interessado concorde.<sup>40</sup> Da mesma forma, é necessário que os credores preferenciais concordem com modificações em seus direitos para que estas possam ser aprovadas.<sup>41</sup> O IVA é, assim, essencialmente uma ferramenta para o pagamento de dívidas sem garantia. Os devedores que possuem imóvel hipotecado, por exemplo, devem manter os pagamentos da hipoteca, e esses pagamentos devem ser considerados ao se estabelecer o valor com o qual poderão contribuir com as parcelas do IVA.<sup>42</sup> Porém, em *Calor Gas Ltda v Piercy and others*<sup>43</sup> decidiu-se no sentido de que se o valor da garantia for inferior ao valor do débito, o possuidor da garantia não deve ser inteiramente excluído da votação na reunião de credores. Segundo a decisão, deve ser dada permissão para que o credor possuidor da garantia vote com respeito à parte do débito que exceder o valor da garantia.

---

<sup>39</sup> Insolvency Act 1986 s 258 (1) e (2).

<sup>40</sup> Insolvency Act 1986 s 258 (4).

<sup>41</sup> Insolvency Act 1986 s 258 (5).

<sup>42</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A 'Fresh Start' for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, v. 18, n.1, pp. 5-36, 2009. p. 18. Published on line in Wiley InterScience.

<sup>43</sup> Re a debtor (Nos 31/32/33 of 1993), *Calor Gas Ltda v Piercy and others* [1994] 2 BCLC 321, [1994] BCC 69, Chancery Division.

Por fim, o acordo é considerado aprovado quando aceito por uma maioria igual ou superior a 75% do valor dos créditos, considerando-se os credores que tenham votado em um ou em outro sentido.<sup>44</sup> O resultado da reunião deve ser informado à corte pelo *nominee*.<sup>45</sup>

Da rejeição ou da aprovação do acordo podem advir efeitos jurídicos. O principal efeito da rejeição é a revogação da moratória, quando concedida. O principal efeito da aprovação é o seu efeito vinculante sobre todos os credores legitimados a votar.

#### 2.1.4 Principais Efeitos

Se o acordo for rejeitado, deve a corte revogar qualquer ordem provisória para a suspensão das execuções que esteja em vigor em benefício do devedor.<sup>46</sup> Se aprovado, ficam a ele vinculados todos os legitimados a votar, quer tenham ou não comparecido ou se feito representar, e também aqueles que seriam legitimados se deles se tivesse tido conhecimento, como se fossem partes no acordo.<sup>47</sup> Dessa forma, quando aprovado, o acordo dá origem a um contrato legal entre o devedor e seus credores, e esse aspecto contratual do IVA não está presente na *Bankruptcy*.<sup>48</sup>

Tratando-se de devedor declarado insolvente, a aprovação produz efeitos adicionais. Nesse caso, a corte deve cancelar a *bankruptcy order*, devendo, para tanto, ser provocada.<sup>49</sup>

Após a aprovação do acordo, o administrador deixa de ser chamado de *nominee* e passa a ser tratado como supervisor da insolvência.<sup>50</sup> Estão entre os seus deveres a orientação quanto à implementação do IVA, a coleta e a distribuição aos credores dos pagamentos do devedor, além de assegurar-se de que o devedor cumpra o acordo. Deve, também, informar anualmente os credores acerca do andamento do IVA. Se as finanças do devedor piorarem durante a sua

---

<sup>44</sup> Insolvency Rules 1986 r 5.23. Substituted by Insolvency (Amendment) Rules 2010/686 Sch.1 para.273(2) (April 6, 2010: substitution has effect subject to savings and transitional provisions specified in SI 2010/686 Sch.4 and Sch.5 and SI 2010/734 rule 13).

<sup>45</sup> Insolvency Act 1986 s 259 (1) (b).

<sup>46</sup> Insolvency Act 1986 s 259 (2)

<sup>47</sup> Insolvency Act 1986 s 260 (2).

<sup>48</sup> MILMAN, David. Personal Insolvency Law And The Challenges of a Dynamic, Enterprise-Driven Economy. **HeinOnline**, Singapore Academy of Law Journal, v. 20, n. 3, pp. 438 – 463, 2008. p. 453 e 454.

<sup>49</sup> Insolvency Act 1986 s 261 (2).

<sup>50</sup> Insolvency Act 1986 s 263 (2).

implementação, o supervisor pode ter de modificar alguns termos do acordo.<sup>51</sup> Entretanto, não pode o administrador garantir o sucesso daquilo que foi acordado, pois inúmeros fatores podem acabar por torná-lo inviável muitos anos após sua aprovação.<sup>52</sup>

Além disso, não há previsão de mecanismo legal no sentido de modificar os termos de um acordo aprovado em virtude de mudança da situação financeira do devedor. A corte, portanto, não tem poder para modificar o que foi acordado e, considerando-se a natureza contratual do IVA, qualquer modificação necessitaria da concordância da unanimidade dos credores. Por esse motivo, a maioria das propostas apresentadas já traz em seu texto a possibilidade de modificação de seus termos mediante a aprovação por uma determinada maioria de credores.<sup>53</sup>

O administrador pode requisitar instruções à corte acerca de determinada matéria surgida em meio ao acordo.<sup>54</sup> Também o devedor, qualquer dos credores ou outra pessoa insatisfeita com relação a ato, omissão ou decisão do administrador podem fazer um requerimento à corte, podendo esta confirmar, anular ou modificar o ato ou decisão, fornecer instruções ao administrador ou tomar outra medida que considere apropriada.<sup>55</sup>

O devedor ou qualquer pessoa legitimada a votar na reunião de credores, ou que seria legitimada se tivesse sido avisada da reunião, bem como o *nominee* e, em caso de devedor declarado insolvente, também o *trustee* ou o *official receiver*,<sup>56</sup> podem peticionar à corte caso o acordo aprovado prejudique, de forma injusta, os interesses de um credor, ou em caso de haver alguma irregularidade material relacionada à reunião.<sup>57</sup> Nesses casos, a corte pode anular ou suspender a aprovação dada ao acordo, bem como pode ordenar a realização de uma reunião adicional para que o devedor revise a proposta ou para que, em caso de irregularidade material, se reconsidere a proposta original.<sup>58</sup>

---

<sup>51</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A 'Fresh Start' for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, v. 18, n.1, pp. 5-36, 2009. p. 19. Published on line in Wiley InterScience.

<sup>52</sup> MILMAN, David. Personal Insolvency Law And The Challenges of a Dynamic, Enterprise-Driven Economy. **HeinOnline**, Singapore Academy of Law Journal, v. 20, n. 3, pp. 438 – 463, 2008. p. 454.

<sup>53</sup> MCKENZIE SKENE, Donna W; WALTERS, Adrian. Consumer Bankruptcy Law Reform in Scotland, England and Wales. **Social Science Research Network**, Jul. 2006, p. 13.

<sup>54</sup> Insolvency Act 1986 s 263 (4).

<sup>55</sup> Insolvency Act 1986 s 263 (3).

<sup>56</sup> WALTERS, op. cit., p. 16. O *official receiver* é um funcionário público vinculado ao *Insolvency Service*.

<sup>57</sup> Insolvency Act 1986 s 262 (1) e (2).

<sup>58</sup> Insolvency Act 1986 s 262 (4).

Em *Re a debtor (No 101 of 1999)*,<sup>59</sup> o devedor propôs um *Individual Voluntary Arrangement*. O quadro de devedores era composto por cinco amigos seus, aos quais era devido um total de 444 mil libras, e também por credores de dívidas consideradas relativas à economia doméstica, totalizando 20 mil libras e, por fim, 77 mil libras eram devidas ao fisco. Na reunião de credores, o devedor informou que o valor de seus ativos era irrelevante e propôs o pagamento de 15 mil libras ao fisco, sendo que esse valor lhe seria disponibilizado por um amigo seu. As dívidas domésticas seriam integralmente pagas por sua esposa, enquanto que o valor devido aos amigos seria pago apenas após a realização do pagamento ao fisco, o que se daria em um prazo relativamente curto, girando em torno de seis semanas.

Tendo os amigos do devedor votado a favor do acordo, foi atingido o percentual necessário para a aprovação. O fisco votou contra. Os credores de dívidas relativas à economia doméstica não foram avisados acerca da reunião. Com base na s 262 do *IA 1986*, o fisco buscou, a anulação da aprovação dada ao acordo, sob o fundamento de que este prejudicava injustamente seus interesses. O julgador, contudo, se manifestou no sentido de que o fisco, em verdade, estava em situação privilegiada com relação aos demais credores, pois, embora perdesse o direito de reivindicar qualquer futura propriedade adquirida pelo devedor, faria jus a um dividendo imediato, enquanto que os amigos do devedor receberiam algo apenas em caso de o devedor vir a, futuramente, adquirir alguma propriedade ou tornar-se capaz de realizar pagamentos a partir de excedentes de sua renda. O julgador destacou também que as vantagens advindas do acordo superavam aquelas a que o fisco teria direito em caso de decretação da insolvência do devedor.

Porém, na apelação, o fisco obteve a anulação da aprovação dada ao acordo. Entendeu-se que o injusto prejuízo foi demonstrado, pois não se justificava o fato de os credores de dívidas relativas à economia doméstica serem integralmente pagos, não sendo afetados pelo acordo. Da mesma forma, não se justificava o fato de o fisco ter de aceitar uma redução no montante da dívida, enquanto que, também para os amigos do devedor, não haveria prejuízo substancial. Continuariam com a possibilidade de cobrar suas dívidas na integralidade, enquanto que o fisco perderia esse direito. Assim, o grupo de amigos conseguiria, com sucesso, eliminar uma dívida de 77 mil libras da concorrência, substituindo-a por uma de 15 mil. Reconheceu-se, portanto, no caso, a existência de prejuízo injusto ao fisco.

---

<sup>59</sup> *Re a debtor (No 101 of 1999)*, [2000] 1 BCLC 54, Chancery Division.

Como dito anteriormente, também a comprovação de uma irregularidade material pode dar causa à anulação da aprovação. Foi o que ocorreu em *National Westminster Bank v Kapoor and another*,<sup>60</sup> caso em que o banco conseguiu anular a aprovação dada ao *Individual Voluntary Arrangement* proposto por *Mr. Kapoor*. Neste caso, quatro credores foram identificados. São eles o apelante, com créditos no valor de 1,85 milhão de libras, *Her Majesty's Revenue and Customs*, com créditos no valor de 35 mil libras, *Crosswood Ltda*, cujos créditos totalizavam 4,5 milhões de libras e *Sanjev Chouhen*, com crédito de 4 milhões de libras. A mãe e a irmã do devedor tinham ligação com a empresa *Crosswood* e a proposta apresentada não especificou que, originalmente, o débito relativamente a referida empresa totalizava 8,5 milhões de libras, sendo que, apenas posteriormente parte do valor, ou seja, 4 milhões de libras, foram cedidos a *Mr. Chouhen*. Enquanto que *Crosswood Ltda* e *Mr. Chouhen* votaram a favor da proposta, o banco e *Her Majesty's Revenue* foram contra a aprovação. O banco entendia não existir uma justificativa clara acerca da inexistência de bens do devedor, tendo ficado de certa forma perceptível que o devedor não havia informado a sua real situação financeira, bem como alegava a falta de evidência que suportasse as pretensões de dois dos alegados credores, *Mr. Chouhen* e *Crosswood Ltda*.

Em sua decisão de anular o acordo, o juiz reconheceu a existência de uma irregularidade material relativamente a sua aprovação, por ter sido aceito o voto de *Mr. Chouhen*, em circunstâncias nas quais a cessão dos créditos se deu expressamente com o propósito de burlar as regras relativas à contagem dos votos necessários à aprovação.

Além dos casos de irregularidade material ou de injusto prejuízo a algum credor, qualquer falsa afirmação prestada pelo devedor, qualquer ação ou omissão fraudulenta de sua parte, com o objetivo de obter a aprovação da proposta apresentada, são considerados crimes e, se considerado culpado, o devedor estará sujeito à prisão, à multa ou a ambos.<sup>61</sup> Também nos casos de falsas informações terem sido prestadas ou de descumprimento das obrigações do devedor, é possível que o supervisor ou qualquer pessoa que esteja vinculada ao acordo requeiram à corte a decretação da insolvência do devedor.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> *National Westminster Bank v Kapoor and another* [2011] EWHC 255, Chancery Division.

<sup>61</sup> Insolvency Act 1986 s 262A (1) – (3).

<sup>62</sup> Insolvency Act 1986 s 264 (1) (c) e s 276.

Caso o *nominee* ou o *supervisor* desconfiem de fraude com relação ao acordo, devem relatar o fato ao Secretário de Estado,<sup>63</sup> fornecendo-lhe as informações necessárias para que proceda a verificação do ocorrido.<sup>64</sup>

Quando aprovado e corretamente implementado, o acordo firmado faz com que os credores, cujas dívidas ficaram ao IVA vinculadas, percam o direito de executar individualmente o devedor ou de peticionar pela decretação de sua insolvência. Se não cumprido, contudo, essa decretação pode ocorrer. Em *Stanley v Phillips and another*,<sup>65</sup> os devedores, *Mr. and Mrs. Phillips*, haviam solicitado que o juiz declarasse, primeiramente, que eles haviam cumprido com suas obrigações acerca do IVA. Em segundo lugar, que eles não possuíam responsabilidades pendentes acerca do acordo e, por fim, que as obrigações a respeito do acordo fossem extintas. O julgador emitiu as duas primeiras declarações, mas não extinguiu o IVA. Havia duas irregularidades acerca da não demonstração de todo o patrimônio existente à época da aprovação do acordo e, tendo o supervisor do acordo apelado, foi decidido que a primeira decisão não poderia prevalecer, sendo revogadas as declarações emitidas. Nesta segunda decisão, o julgador deixou claro que tinha conhecimento de que, mesmo decorrido o tempo de duração do acordo, o supervisor continuava tendo legitimidade para pedir a decretação da insolvência baseado em questões que tenham ocorrido durante a sua implementação e que sabia também que o fisco, principal credor no referido acordo, vinha pressionando-o a peticionar pela insolvência de *Mr. and Mrs. Phillips*.

Decretada a *Bankruptcy*, esta tem o efeito de pôr fim ao IVA antes do tempo estipulado para sua duração. Isto está muito claro em *Davis v Martin Sklan*,<sup>66</sup> em que devedor havia falhado em cumprir com o acordo e sua insolvência havia sido decretada. Assim, no presente caso, o demandado era o supervisor do IVA que, tendo já recebido alguns recursos do devedor para distribuição aos credores, defendia que, decretada a insolvência, os valores deveriam continuar a ser por ele administrados para distribuição apenas entre os credores vinculados ao IVA. Já o *trustee* nomeado era o demandante, que sustentava que, como efeito da *Bankruptcy*, o IVA estava terminado e, como resultado disso, os valores pagos deveriam passar ao patrimônio da insolvência, para distribuição a todos os credores, fossem eles ou não partes no IVA, descontada apenas uma primeira taxa em favor do supervisor do IVA, a respeito de

---

<sup>63</sup> GOV.UK. Ministers. Disponível em < <https://www.gov.uk/government/ministers> >. Acesso em 30 jul. 2014. Com relação à Insolvência, o Secretário de Estado é o Ministro responsável pelo Department of Business, Innovation and Skills.

<sup>64</sup> Insolvency Act 1986 s 262B (2).

<sup>65</sup> *Stanley v Phillips and another* [2003] EWHC 720, Chancery Division.

<sup>66</sup> *Davis v Martin-Sklan* [1995] 2 BCLC 483, [1995] BCC 1122, Chancery Division.

despesas nas quais tenha incorrido na administração do acordo. O pedido do *trustee* foi considerado procedente, afirmando o julgador que, quando decretada, a insolvência põe fim ao IVA, e os credores, antes vinculados ao IVA, estão livres para fazerem prova de seus débitos na *Bankruptcy*.

O IVA é, portanto, um mecanismo muito utilizado pelos devedores na tentativa de, com o auxílio de um administrador privado, firmarem um acordo com seus credores, com o objetivo de renegociar suas dívidas e de evitar a decretação de sua insolvência. Quando concluído com sucesso, esse objetivo é alcançado. Porém, quando descumprido, a insolvência pode vir a ser decretada.

Para aqueles que já tenham tido a sua insolvência decretada, contudo, o *IA 1986* optou pela previsão de um mecanismo similar ao IVA, conhecido como *Fast-track Voluntary Arrangement*, para que possam reverter a decretação de forma mais célere.

#### 2.1.5 *Fast-track Voluntary Arrangement*

As seções 263-A a 263-G trazem outra forma de realizarem-se os acordos voluntários, agora por meio de um procedimento mais rápido, acessível apenas a devedores cuja insolvência já tenha sido decretada, nos quais o *official receiver* é identificado na proposta como o *nominee* e não é aplicada nenhuma ordem provisória para a suspensão da execução.<sup>67</sup>

Modelos similares são bem aceitos e extensivamente utilizados nos Estados Unidos. No direito inglês, contudo, isso não se materializou, talvez porque, pelo fato de os IVAs serem amplamente divulgados pela mídia, é altamente improvável que um indivíduo tenha sua insolvência decretada sem, antes, ter considerado a possibilidade de implementação de um IVA.<sup>68</sup>

No *Fast-track Voluntary Arrangement*, os ativos do devedor são vendidos para a realização do pagamento aos credores e a *Bankruptcy* é cancelada. Existem também duas taxas devidas ao *official receiver*, uma para que se dê início ao procedimento, e uma segunda, correspondente a 15% do valor total levantado para o pagamento dos débitos. O acordo é

---

<sup>67</sup> Insolvency Act 1986 s 263A.

<sup>68</sup> MILMAN, David. Personal Insolvency Law And The Challenges of a Dynamic, Enterprise-Driven Economy. *HeinOnline*, Singapore Academy of Law Journal, v. 20, n. 3, pp. 438 – 463, 2008. p. 455.

também incluído no *Individual Insolvency Register*, sendo retirado três meses após o final do procedimento.<sup>69</sup>

As disposições que regem esse procedimento rápido são semelhantes às do procedimento padrão. Com relação às principais diferenças, deve-se notar que, no procedimento rápido, o próprio *official receiver* contata os credores para a aprovação da proposta,<sup>70</sup> devendo fornecer a cada um deles uma cópia do acordo proposto, além de informação acerca dos critérios adotados para determinar a sua aprovação ou rejeição. Nesse procedimento, pode não haver a possibilidade de modificação da proposta apresentada.<sup>71</sup> Sua aprovação ou rejeição deve ser comunicada pelo *official receiver* ao Secretário de Estado.<sup>72</sup>

As disposições de ambos os procedimentos são, contudo, semelhantes no que se refere à vinculação do devedor e credores ao acordo aprovado,<sup>73</sup> à necessidade de anulação da *bankruptcy order* por parte da corte (devendo, aqui, o pedido ser feito pelo *official receiver*),<sup>74</sup> à possibilidade de peticionar à corte acerca de ato, omissão ou decisão do *official receiver*,<sup>75</sup> à possibilidade de revogação do acordo quando este prejudique injustamente os interesses de um credor ou em caso de irregularidade material,<sup>76</sup> e à possibilidade de responsabilização criminal em caso afirmações inverídicas ou de ato ou omissão fraudulentos por parte do devedor.<sup>77</sup>

O *Fast-track Voluntary Arrangement* é regulado juntamente com o IVA, tratando-se apenas de uma alternativa mais célere para que os devedores possam ter cancelada a decretação de sua insolvência, e, portanto, mais rapidamente se desvinculem das consequências que essa decretação traz. Constitui, portanto, mais uma dentre as alternativas existentes no Reino Unido para a prevenção e o tratamento da insolvência.

Como já explicitado, o Reino Unido conta com um sistema preventivo, e com alternativas informais e formais para evitar a insolvência, sendo que, dentre as alternativas formais, destaca-se o IVA como o principal instrumento.

---

<sup>69</sup> GOV.UK. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Options for paying your debts. Fast-track voluntary arrangements.** Disponível em <<https://www.gov.uk/options-for-paying-off-your-debts/fast-track-voluntary-arrangements>>. Acesso em 29 jul. 2014.

<sup>70</sup> Insolvency Act 1986 s 263B (2).

<sup>71</sup> Insolvency Act 1986 s 263B (4).

<sup>72</sup> Insolvency Act 1986 s 263C.

<sup>73</sup> Insolvency Act 1986 s 263D (2).

<sup>74</sup> Insolvency Act 1986 s 263D (3).

<sup>75</sup> Insolvency Act 1986 s 263E.

<sup>76</sup> Insolvency Act 1986 s 263F.

<sup>77</sup> Insolvency Act 1986 s 263G.



Nos casos em que essas alternativas não se mostrem eficazes, o próprio devedor, seus credores, ou mesmo o supervisor do IVA podem pedir a decretação da insolvência do devedor. Sendo que, se decretada, acarretará a entrega do patrimônio do devedor para a satisfação das dívidas. Em contrapartida, ao devedor será dada a possibilidade de um *fresh start*, de ter extintas as obrigações anteriores, de deixar para trás a crise de solvência pela qual passou, podendo, então, recomeçar.

## 2.2 *Bankruptcy*

*Bankruptcy* é o estado de um devedor que foi declarado, por um procedimento judicial, como impossibilitado de pagar seus débitos. Embora o termo seja, muitas vezes, utilizado indiscriminadamente para se referir à insolvência (*insolvency*), ambos os termos têm significativa distinção legal. A insolvência, da forma como entendida por muitos sistemas legais, indica uma impossibilidade de solver os débitos. A *Bankruptcy*, por outro lado, resulta de uma declaração legal acerca da insolvência.<sup>78</sup>

Com a decretação da insolvência (*bankruptcy order*), são suspensas todas as execuções individuais dos credores contra o devedor e, normalmente um ano após a decretação, o devedor é automaticamente *discharged*,<sup>79</sup> ou seja, o devedor é liberado das restrições impostas em função da *Bankruptcy*<sup>80</sup> e dos débitos aos quais estava sujeito quando esta foi iniciada.<sup>81</sup> Ou seja, ocorre a extinção das obrigações do devedor.

Esse período de um ano pode, contudo, ser estendido se o devedor não cumprir com suas obrigações relativas ao procedimento.<sup>82</sup>

Para o pagamento dos débitos, o devedor deve entregar toda a sua propriedade, excetuada apenas aquela considerada necessária ao exercício de sua profissão ou relativa às

<sup>78</sup> RIESENFELD, Stefan Albrecht. *Bankruptcy*. Enciclopédia Britânica. **Periódicos da Capes**. Disponível em <<http://global.britannica.com.ez45.periodicos.capes.gov.br/EBchecked/topic/52019/bankruptcy>>. Acesso em 30 jul. 2014.

<sup>79</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A 'Fresh Start' for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, v. 18, n.1, pp. 5-36, 2009. p. 14. Published on line in Wiley InterScience.

<sup>80</sup> GOV.UK. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Declaring bankruptcy or being made bankrupt. Overview**. Disponível em <<https://www.gov.uk/bankruptcy/overview>>. Acesso em 29 jul. 2014.

<sup>81</sup> WALTERS, op. cit., p. 14.

<sup>82</sup> GOV.UK. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Declaring bankruptcy or being made bankrupt. Restrictions**. Disponível em <<https://www.gov.uk/bankruptcy/restrictions>>. Acesso em 29. Jul. 2014.

suas necessidades domésticas básicas, sendo que a propriedade entregue formará o acervo patrimonial a ser utilizado para o pagamento dos credores. Além disso, os devedores com renda regular devem realizar pagamentos a partir de excedentes.<sup>83</sup>

Ao contrário do que ocorre no IVA, na *Bankruptcy* a atuação estatal tem papel dominante. Os procedimentos são processados por um *official receiver* (OR). O *official receiver* é um funcionário público vinculado ao *Insolvency Service*. Após uma investigação inicial das finanças do devedor, podem os credores ou o governo nomear um administrador privado (*insolvency practitioner* – IP). Isso, contudo, ocorre apenas em casos mais complexos. Na maioria dos casos, portanto, o IP não é nomeado e o OR se torna o administrador.<sup>84</sup>

Também na *Bankruptcy* o nome do devedor é incluído no *Individual Insolvency Register* e a exclusão se dá dentro de três meses após a extinção de suas obrigações. Dois outros registros existentes em caso de *Bankruptcy* são o *Land Registry*<sup>85</sup> e o *Land Charges Register*.<sup>86</sup> O primeiro para o caso de a propriedade não ser mais necessária para o pagamento dos débitos ou de ter sido concedido ao devedor o benefício de retomar o imóvel utilizado para sua moradia. O segundo é retirado apenas após cinco anos contados da data em que iniciada a *Bankruptcy*. Por

---

<sup>83</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A ‘Fresh Start’ for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, v. 18, n.1, pp. 5-36, 2009. p. 15. Published on line in Wiley InterScience.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>85</sup> LAND REGISTRY. **About us**. Disponível em <<http://www.landregistry.gov.uk/media/about-us>>. Acesso em 22 jul. 2014. O *Land Registry* é um departamento governamental criado em 1862 para o registro da propriedade na Inglaterra e no País de Gales.

<sup>86</sup> LAND REGISTRY. Home. Public. Guides. Public Guide 11 – **Bankruptcy Orders**. Disponível em <<http://www.landregistry.gov.uk/public/guides/public-guide-11>>. Acesso em 22 jul 2014. *Land Charges Registers* são registros mantidos pelo *Land Charges Department*. Quando um pedido de decretação de insolvência é feito (*bankruptcy petition*), a corte notifica o *Land Charges Department*, pedindo sua inclusão no registro de ações pendentes. Se, posteriormente, a *bankruptcy order* for emitida, tornando o devedor insolvente, o *official receiver* notifica o departamento, pedindo que a ordem seja registrada. Isso ocorre porque, quando uma pessoa é declarada insolvente, o *trustee* tem como principal incumbência converter os ativos, incluindo qualquer propriedade, em dinheiro a ser utilizado para o pagamento dos credores. Para tanto, quando se efetiva a nomeação do trustee, a propriedade é transferida automaticamente a ele. Se a *bankruptcy order* for cancelada, o devedor deve entrar com pedido para que o registro seja removido. Já em caso de liberação do insolvente (*discharge*), o registro só é removido após ordem expressa da corte (isso ocorre porque a propriedade, que por conta da nomeação do trustee havia sido a ele transferida, não retorna automaticamente ao devedor após sua liberação). O registro é, contudo, removido automaticamente cinco anos após o registro da *bankruptcy order*, a menos que seja feito pedido para renová-lo.

fim, a *Bankruptcy* pode constar na *credit reference file*<sup>87</sup> do devedor por seis anos, a partir da data de início da *Bankruptcy*.<sup>88</sup>

O procedimento possui custos relativos à sua gestão e manejo e também custos devidos à corte, que pode recusar-se a aceitar a petição em caso de não pagamento.<sup>89</sup>

### 2.2.1 Início do Procedimento

O pedido de decretação da insolvência pode ser feito por um credor ou grupo de credores, pelo próprio devedor, ou pelo supervisor do IVA ou outra pessoa a ele vinculada em caso de seu descumprimento por parte do devedor.<sup>90</sup> Caso tenham sido nomeados liquidante<sup>91</sup> ou administrador temporário,<sup>92</sup> conforme definição fornecida pela *EC Regulation*, artigos 2 (b) e 38, respectivamente, também poderão estes pedir a decretação da insolvência.

Após a análise do pedido, a corte poderá emitir uma *bankruptcy order* contra o devedor, declarando-o insolvente.<sup>93</sup>

---

<sup>87</sup>Ico. Information Commissioner's Office. **Credit explained.** Disponível em <[http://ico.org.uk/Global/faqs/~media/documents/library/Data\\_Protection/Practical\\_application/credit-explained-dp-guidance.pdf](http://ico.org.uk/Global/faqs/~media/documents/library/Data_Protection/Practical_application/credit-explained-dp-guidance.pdf)>. Acesso em 22 jul. 2014. Trata-se o *credit reference file* de uma espécie de cadastro com o intuito de fornecer informações aos provedores de crédito. Ocorrendo uma *bankruptcy order* contra o devedor, essa informação constará do registro por 6 anos contados da data da emissão da ordem, independentemente de ter havido a liberação do devedor (*discharge*). Se tiverem havido restrições adicionais, o tempo pode ser estendido.

<sup>88</sup>GOV.UK. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Declaring bankruptcy or being made bankrupt. When does bankruptcy end?** Disponível em <<https://www.gov.uk/bankruptcy/when-does-bankruptcy-end>>. Acesso em 29 jul. 2014.

<sup>89</sup>GOV.UK. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Declare bankruptcy or being made bankrupt. Declare bankruptcy.** Disponível em <<https://www.gov.uk/bankruptcy/declare-bankruptcy>>. Acesso em 29 jul. 2014.

<sup>90</sup>Insolvency Act 1986 s 264 (1) (a) – (c).

<sup>91</sup>EC Regulation on Insolvency Proceedings. Article 2 (b) “ ‘liquidator’ shall mean any person or body whose function is to administer or liquidate assets of which the debtor has been divested or to supervise the administration of his affairs.”

<sup>92</sup>Ibidem. Article 38 “Where the court of a Member State which has jurisdiction pursuant to Article 3(1) appoints a temporary administrator in order to ensure the preservation of the debtor's assets, that temporary administrator shall be empowered to request any measures to secure and preserve any of the debtor's assets situated in another Member State, provided for under the law of that State, for the period between the request for the opening of insolvency proceedings and the judgment opening the proceedings.”

<sup>93</sup>Também pode ser requerida a insolvência em caso de ter sido emitida contra o indivíduo uma *criminal bankruptcy order*, que é regulada pelo *Powers of Criminal Courts Act 1973*. Nesse caso, é necessária uma ordem da corte liberando o falido. Essa ordem é regulada pela Seção 280 do IA 1986 e pode ser requerida pelo insolvente a qualquer tempo, depois de passados 5 anos da data em que decretada a insolvência, podendo a corte se recusar a liberá-lo, liberá-lo completamente ou sob determinadas condições por ela especificadas.

### 2.2.2 Requisitos

Para que um pedido de insolvência possa ser apresentado, é necessário que o devedor seja residente na Inglaterra ou no País de Gales, que ele esteja no território de um destes países no dia da apresentação do pedido, ou que, nos três anos anteriores, tenha neles residido ou exercido sua atividade profissional.<sup>94</sup>

Embora um dos requisitos para a apresentação da petição por parte do credor seja o de que a dívida não possua garantia, eventualmente também pode ser apresentada uma petição em virtude de uma dívida com garantia, desde que a pessoa com poderes para executá-la afirme estar disposta a dela desistir, em caso de decretação de insolvência, em benefício de todos os credores, ou então, quando se tratar de dívidas apenas em parte garantidas, que esteja expresso na petição que esta não diz respeito à parte do débito que possui garantia, contendo o pedido, ainda, a estimativa do valor da garantia na data de sua apresentação.<sup>95</sup>

#### 2.2.2.1 Procedimento Iniciado pelo Credor

As Seções 267 a 271 do IA 1986 tratam do procedimento iniciado pelo credor. Nesse caso, é possível apresentar a petição à corte quando o valor do débito ou seu valor agregado é igual ou superior a 750 libras.<sup>96</sup> O débito deve referir-se a uma quantia líquida pagável imediatamente ou dentro de um período futuro e certo, sendo que a dívida não deve possuir garantia. Deve também o devedor parecer impossibilitado de pagá-la ou não haver uma possibilidade razoável de que ele possa pagá-la.<sup>97</sup>

Além disso, qualquer credor que deseje pleitear a decretação de insolvência do devedor, deve entrar com uma demanda contra ele, a qual é chamada de *statutory demand*.<sup>98</sup>

---

<sup>94</sup> Insolvency Act 1986 s 265 (1).

<sup>95</sup> Insolvency Act 1986 s 269.

<sup>96</sup> Insolvency Act 1986 s 267 (4).

<sup>97</sup> Insolvency Act 1986 s 267 (2).

<sup>98</sup> MILMAN, David. Personal Insolvency Law And The Challenges of a Dynamic, Enterprise-Driven Economy. **HeinOnline**, Singapore Academy of Law Journal, v. 20, n. 3, pp. 438 – 463, 2008. p. 449.

As Seções 268 (1) e (2) trazem, respectivamente, as definições daquilo que se considera impossibilidade de realizar o pagamento e improbabilidade de o pagamento vir a ser realizado, sendo que ambas as definições envolvem a apresentação da *statutory demand*.

O devedor é considerado impossibilitado de pagar apenas quando o débito é imediatamente exigível e, tendo o credor demandado (*statutory demand*) contra o devedor, requerendo que este pagasse, fornecesse garantia ou propusesse acordo, tenham decorrido, sem sucesso, três semanas. A aparência quanto à impossibilidade de realizar o pagamento também decorre de execução ou outro processo surgido relativamente ao débito em julgamento ou ordem de qualquer corte em favor do credor ou credores e que tenha tido retorno insatisfatório no todo ou em parte.<sup>99</sup> Já a improbabilidade de que o devedor possa vir a pagar o débito é aplicável quando o débito não é imediatamente exigível e, tendo o credor demandado (*statutory demand*) contra o devedor, requerendo que ele provasse a existência de razoável probabilidade de pagar a dívida em seu vencimento, tenham decorrido três semanas sem que o devedor se desincumbisse dessa tarefa.<sup>100</sup>

Quando apresentada uma demanda, porém, é comum a apresentação de defesa por parte do devedor, a qual muito comumente envolve a alegação de que o débito é controverso. Pelo fato de os tribunais virem enfatizando que a *Bankruptcy* não é um instrumento adequado para a cobrança de débitos insignificantes ou controversos, tal argumento pode ser aceito. É necessário, porém, que a controvérsia seja substancial e capaz de reduzir a pretensão do credor a um valor inferior a 750 libras.<sup>101</sup>

É ponto pacífico que o credor de um débito incontroverso tem o direito de buscar a decretação de insolvência do devedor. Detém a corte, contudo, certa discricionariedade na análise do pedido. Isso se dá em virtude do reconhecimento de que a *Bankruptcy* não é meramente um instrumento de cobrança de débitos,<sup>102</sup> mas um regime coletivo que busca substituir a corrida dos credores perseguindo suas pretensões, dado que, em virtude da limitação de recursos do devedor, poucos seriam beneficiados.<sup>103</sup>

<sup>99</sup> Insolvency Act 1986 s 268 (1).

<sup>100</sup> Insolvency Act 1986 s 268 (2).

<sup>101</sup> MILMAN, David. Personal Insolvency Law And The Challenges of a Dynamic, Enterprise-Driven Economy. **HeinOnline**, Singapore Academy of Law Journal, v. 20, n. 3, pp. 438 – 463, 2008. p. 449.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 455.

<sup>103</sup> WALTERS, Adrian. Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**, Journal of Corporate Law Studies, v. 5, n. 1, pp. 65 – 104, abr. 2005. p.69.

Com base no acima exposto, a corte não deve conceder a *bankruptcy order*, a menos que, tratando-se de débito exigível na data do pedido ou que tenha se tornado posteriormente exigível, não tenha sido realizado pagamento, fornecida garantia ou sido proposto acordo. E, em se tratando de dívida ainda não exigível, não deve ser concedida a ordem, a menos que inexistam uma razoável probabilidade de a dívida ser paga em seu vencimento.<sup>104</sup>

A petição deve ser rejeitada quando a corte considerar que o devedor tem possibilidade de pagar todos os seus débitos ou quando o devedor ofereceu garantia ou propôs acordo, sendo que sua aceitação acarretaria a rejeição do pedido de insolvência, tendo sido a oferta recusada pelo credor sem razão. Com o intuito de determinar a capacidade de pagamento do devedor, a corte deve levar também em consideração as suas futuras e prováveis obrigações.<sup>105</sup>

Em *Re a debtor (No 32 of 1993)*,<sup>106</sup> o devedor propôs o pagamento de 15 mil libras para a total liquidação de uma dívida de cerca de 33 mil libras, relativa a um empréstimo. Tratava-se de um único credor e este não aceitou a proposta e peticionou pela decretação da insolvência do devedor. Este apresentou defesa e o pedido de insolvência foi rejeitado sob o fundamento de que a proposta havia sido recusada sem razão. Na apelação, contudo, destacou-se que, para que a recusa seja reconhecida como sem razão, a corte deve estar convencida de que nenhum credor razoável teria recusado a oferta e que a recusa estava, portanto, além daquilo que pudesse ser considerado razoável nas circunstâncias concretas. Foi destacado ainda que, no presente caso, consistindo a proposta no pagamento de menos da metade da dívida, embora pudesse haver um credor que viesse a aceitá-la, sua recusa não pode ser considerada como sem razão, a ponto de não ser aceita por nenhum credor hipotético razoável.

Tratando do mesmo tema, *Northcote v Wimbledon Bridge Club*<sup>107</sup> destaca o quanto a previsão acerca da possibilidade de a corte recusar um pedido de insolvência quando a proposta do devedor tenha sido recusada sem razão (IA s 271) é ainda pouco entendida ou erroneamente interpretada. No caso específico, o devedor que tinha recebido a recusa quanto à sua proposta chega a pedir que então o próprio juiz declare o que seria uma proposta razoável. Porém, não basta que a proposta do credor seja razoável, é preciso que a recusa por parte do devedor seja categoricamente irracional. A recusa por parte do credor é que não deve poder ser enquadrada naquilo que seria considerado como um padrão racional de conduta. Não é dado, portanto, ao

---

<sup>104</sup> Insolvency Act 1986 s 271 (1).

<sup>105</sup> Insolvency Act 1986 s 271 (3).

<sup>106</sup> *Re a debtor (No 32 of 1993)* [1995] 1 All ER 628, [1994] 1 WLR 899, [1994] BCC 438, Chancery Division.

<sup>107</sup> *Northcote v Wimbledon Bridge Club* [2001] EWCA Civ 1824, Court of Appeal (Civil Division).

devedor o poder de estabelecer um acordo para impedir a decretação de sua insolvência. Trata-se de um critério residual, limitado a casos em que a recusa, e não a proposta, não seja razoável. E a experiência forense é a de que esse poder é exercitado em um limitado número de casos.

Por fim, quando concedida a *bankruptcy order* pela corte, tal ordem pode, obviamente, ser objeto de recurso, podendo ser anulada.<sup>108</sup>

#### 2.2.2.2 Procedimento Iniciado pelo Devedor

O devedor pode apresentar o pedido de insolvência quando está impossibilitado de pagar suas dívidas. Deve instruir o pedido com uma declaração de suas finanças que contenha as características de seus débitos, de seus credores, de outros passivos e de seus ativos, bem como outras informações que se façam necessárias.<sup>109</sup> A corte, com base na análise do valor agregado dos débitos e do patrimônio do devedor, e considerando também o fato de, nos últimos cinco anos, ter sido ou não o devedor decretado insolvente ou feito algum tipo de acordo com seus credores, decidirá pela decretação ou não da insolvência.<sup>110</sup>

A corte pode considerar oportuna a nomeação de uma pessoa, qualificada como *insolvency practitioner*, para que apresente um relatório acerca das finanças do devedor e, havendo a possibilidade de realização de um IVA, nele atue como administrador.<sup>111</sup> Isso é perceptível em *UCB Corporate Services Ltd v Emery and another*<sup>112</sup>, pois, embora a questão controversa se refira à admissão ou não do voto de um credor para a aprovação de um *Individual Voluntary Arrangement*, a decisão relata que, originalmente, o fisco havia pedido a decretação da insolvência dos devedores e que foi o juiz perante o qual a petição havia sido apresentada que sugeriu o acordo como mais conveniente para o caso.

A corte também pode entender que estão preenchidos os requisitos para a concessão de uma *Debt Relief Order* ao devedor. Se tal ordem for pedida pelo devedor, a corte deve, então,

---

<sup>108</sup> MILMAN, David. Personal Insolvency Law And The Challenges of a Dynamic, Enterprise-Driven Economy. **HeinOnline**, Singapore Academy of Law Journal, v. 20, n. 3, pp. 438 – 463, 2008. p.455; Insolvency Act 1986 s 282.

<sup>109</sup> Insolvency Act 1986 s 272.

<sup>110</sup> Insolvency Act 1986 s 273 (1).

<sup>111</sup> Insolvency Act 1986 s 273 (2).

<sup>112</sup> UCB Corporate Services Ltda v Emery and another, Court of Appeal (Civil Division) (unreported, 29th, April 1999).

suspender os procedimentos relativos ao pedido de insolvência e, concedida a ordem, o pedido de insolvência deve ser rejeitado.<sup>113</sup>

### 2.2.2.3 Procedimento Iniciado pelo Administrador do IVA e Pedido Baseado em Decretação de Insolvência Considerada Criminosa.

O pedido de insolvência pode ser feito pelo administrador do IVA caso o devedor tenha descumprido o acordo, tenha omitido ou fornecido falsas informações ou não tenha seguido as instruções do administrador, contanto que as instruções fornecidas fossem razoáveis.<sup>114</sup> Entretanto, mesmo quando a insolvência tenha sido requerida pelo administrador do IVA pelo fato de o devedor ter falhado em cumprir o acordo, permanece a discricionariedade da corte no sentido de decretar ou não a insolvência. Em *Re Bourne; Kaye v Bourne*,<sup>115</sup> por exemplo, a *bankruptcy order* não foi concedida pela corte, sob o argumento de que a decretação da insolvência traria prejuízo aos credores, sendo-lhes mais favorável a continuidade do IVA, ainda que este tivesse sido parcialmente descumprido.

A insolvência deve, ainda, ser decretada, quando houver contra o indivíduo uma ordem de insolvência considerada criminosa embasando a petição. Isso não se aplica, contudo, se a ordem tiver sido anulada por meio de recurso.<sup>116</sup>

Por fim, um pedido de insolvência, independentemente de quem tenha iniciado o procedimento, não pode ser retirado sem a permissão da corte, e esta pode, se lhe parecer que houve infração às regras ou por qualquer outro motivo, recusar a petição ou suspender o procedimento, sendo que, nesse último caso, deve estabelecer os termos e condições aplicáveis ao caso.<sup>117</sup>

Da mesma forma, independentemente de quem tenha peticionado pela insolvência, a data de sua decretação é o marco temporal em que se dá o início da contagem do prazo para a extinção das obrigações do devedor. Durante o período em que perdurar, iniciar-se-á a conversão dos ativos para a realização do pagamento aos credores e serão impostar restrições à

---

<sup>113</sup> Insolvency Act 1986 s 274.

<sup>114</sup> Insolvency Act 1986 s 276.

<sup>115</sup> *Re Bourne; Kaye v Bourne* [2004] All ER (D) 384 (Nov), Chancery Division.

<sup>116</sup> Insolvency Act 1986 s 277 (1).

<sup>117</sup> Insolvency Act 1986 s 266 (2) e (3).



conduta do devedor. Findo o período de duração da insolvência, o devedor é beneficiado com a extinção de suas obrigações e, se a conduta do devedor não tiver sido considerada abusiva, serão retiradas também as restrições impostas à sua conduta.

### 2.2.3 Principais Efeitos

A insolvência de um indivíduo, quando decretada (*bankruptcy order*) começa no dia de sua decretação pela corte e continua até a extinção das obrigações do insolvente (*discharge*).<sup>118</sup> Essa extinção ocorre normalmente após um ano.<sup>119</sup> Pode, contudo, ocorrer antes disso, pois, se antes do final desse período, o *official receiver* informar à corte que uma investigação da conduta e dos negócios do insolvente (conforme a seção 289) não é necessária ou que já foi concluída, o insolvente é liberado assim que essa informação é fornecida.<sup>120</sup>

A corte pode, ainda, em virtude de pedido apresentado pelo *official receiver* ou pelo *trustee*, ordenar a suspensão do prazo para a extinção das obrigações do devedor até o final de um determinado período ou até o cumprimento de uma determinada condição. Entretanto, a corte só deve atender a esse pedido se acreditar que o insolvente deixou de cumprir qualquer obrigação.<sup>121</sup>

Com a substituição da Seção 279 do *Insolvency Act 1986* pela Seção 256 do *Enterprise Act 2002*, houve significativa redução na duração da *Bankruptcy*, cujo período passou de três para um ano, independentemente da conduta do devedor,<sup>122</sup> ou seja, de seus atos ou omissões terem ou não contribuído para a decretação da insolvência ou para o aumento de sua extensão. Também o fato de o indivíduo já ter sido anteriormente declarado insolvente em nada modifica o prazo para a extinção de suas obrigações. Esse é um reflexo da aceitação de que mesmo um devedor honesto pode, por mais de uma vez, tornar-se insolvente e, assim sendo, uma segunda ou mesmo uma série de insolvências é tratada exatamente da mesma forma que a primeira.<sup>123</sup>

---

<sup>118</sup> Insolvency Act 1986 s 278.

<sup>119</sup> Insolvency Act 1986 s 279 (1).

<sup>120</sup> Insolvency Act 1986 s 279 (2).

<sup>121</sup> Insolvency Act 1986 s 279 (3) e (4).

<sup>122</sup> WALTERS, Adrian. Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**, Journal of Corporate Law Studies, v. 5, n. 1, pp. 65 – 104, abr. 2005. p.75.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 78.

No período de tempo compreendido entre a decretação da insolvência e a extinção das obrigações do devedor, este é considerado insolvente e deve submeter-se a algumas restrições. Em contrapartida, após esse período, estará liberado de todos os débitos incluídos no procedimento.

### 2.2.3.1 Entrega do Patrimônio e Extinção das Obrigações

Para o pagamento dos débitos, o devedor deve entregar a propriedade de seus bens ao *trustee*, com exceção daquela que seja considerada necessária para seu exercício profissional ou para o suprimento de suas necessidades domésticas básicas.<sup>124</sup> No momento da nomeação do *trustee*, o patrimônio da insolvência é a ele transferido imediata e automaticamente, não sendo necessário nenhum ato de transmissão.<sup>125</sup> E, com relação à propriedade não transferida, ou seja, relativa à profissão ou necessidades domésticas, o *trustee* pode requisitá-la, se lhe parecer que o valor possível de ser obtido com sua conversão em dinheiro excederia o custo de sua substituição por um bem equivalente. Essa substituição, contudo, deve ter prioridade com relação às demais obrigações do *trustee* e relativas à distribuição do patrimônio entre os credores.<sup>126</sup>

Além disso, a propriedade adquirida pelo devedor ou a ele transferida posteriormente, mas ainda dentro do período da *Bankruptcy*, pode ser incluída no patrimônio destinado ao pagamento dos credores.<sup>127</sup>

A renda do devedor insolvente não é automaticamente transferida ao administrador. Este pode, entretanto, providenciar uma *income payments order* (IPO), mecanismo previsto no IA 1986, Seção 310, e por meio do qual a renda excedente do devedor pode ser destinada ao pagamento dos credores. Essa renda excedente é obtida após o desconto da quantia necessária para o pagamento de despesas ordinárias e razoáveis relativas ao sustento do devedor e de sua família. Os efeitos da ordem de pagamento podem durar por até 3 anos, ou seja, o devedor pode

<sup>124</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A 'Fresh Start' for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, v. 18, n. 1, pp. 5-36, 2009. p. 15. Published on line in Wiley InterScience.

<sup>125</sup> Insolvency Act 1986 s 306.

<sup>126</sup> Insolvency Act 1982 s 308 (1) e (3).

<sup>127</sup> WALTERS, Adrian. Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**, Journal of Corporate Law Studies, v. 5, n. 1, pp. 65 – 104, abr. 2005. p.75.

ter de continuar realizando os pagamentos mesmo após sua liberação. Já a Seção 310A prevê o *income payments agreement* (IPA), que consiste em um acordo vinculante, também com duração máxima de três anos, mas sem a necessidade da emissão de uma ordem por parte da corte, no intuito de reduzir custos e gerar maior retorno aos credores.<sup>128</sup>

A *income payments order* deve ser requerida à corte pelo *trustee* antes da liberação do devedor.<sup>129</sup> Dessa forma, o período de que dispõe o *trustee* para tentar um acordo (*income payments agreement*) e, caso isso não seja possível, entrar com o pedido perante a corte é de cerca de um ano.

Após a extinção das obrigações do devedor, o administrador continua responsável pelo patrimônio da insolvência e pelo repasse dos valores advindos de pagamentos oriundos da renda excedente do devedor, sendo que este último continua obrigado a fornecer as informações necessárias acerca de suas finanças ao administrador.<sup>130</sup> Os credores, embora permaneçam com o direito de fazer prova de qualquer débito do qual o devedor tenha sido liberado,<sup>131</sup> perdem o direito de cobrar o devedor em função da obrigação original e, salvo acordo de pagamento realizado, não têm direito a nenhuma espécie de reembolso advinda da renda ou de aquisições futuras do devedor.<sup>132</sup>

A extinção das obrigações do insolvente abrange todos os débitos relativos ao procedimento da insolvência, porém não afeta o direito de qualquer credor com garantia, podendo esta ser executada.<sup>133</sup>

A liberação também não abrange débitos não incluídos na *Bankruptcy* e débitos oriundos de conduta fraudulenta.<sup>134</sup> E, a não ser que a corte assim determine, também não são abrangidos os débitos devidos em função de danos pessoais ocasionados (que incluem morte ou doença ou outro prejuízo à condição física ou mental de um indivíduo)<sup>135</sup> ou em virtude de

---

<sup>128</sup> WALTERS, Adrian. Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**, Journal of Corporate Law Studies, v. 5, n. 1, pp. 65 – 104, abr. 2005. pp. 80 e 81.

<sup>129</sup> Insolvency Act 1986 s 310 (1).

<sup>130</sup> WALTERS, op. cit., p.76.

<sup>131</sup> Insolvency Act 1986 s 281 (1).

<sup>132</sup> WALTERS, op. cit., p. 70.

<sup>133</sup> Insolvency Act 1986 s 281 (2).

<sup>134</sup> GOV.UK. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Declaring bankruptcy or being made bankrupt. When does bankruptcy end?** Disponível em <<https://www.gov.uk/bankruptcy/when-does-bankruptcy-end>>. Acesso em 29. Jul. 2014.

<sup>135</sup> Insolvency Act 1986 s 281 (8).

procedimentos que envolvam relações familiares,<sup>136</sup> como, por exemplo, questões envolvendo divórcio ou assistência financeira.

Da mesma forma esse tipo de crédito envolvendo relações familiares não pode ser vinculado a um *Individual Voluntary Arrangement*. Isso foi reafirmado no caso *Greene King plc v Stanley and others*.<sup>137</sup> Esse caso envolve um pai que não residia com a criança e que devia 26 mil libras em pensão alimentícia quando, juntamente com sua esposa, propôs um *Individual Voluntary Arrangement*, sendo que a dívida relativa à pensão representava 94% das obrigações. Por acreditar que não poderia votar acerca do acordo ou ser por ele vinculada, a *Child Maintenance and Enforcement Commission* não compareceu<sup>138</sup> à reunião. O único credor que votou foi *British Waterways*, a quem eram devidas 381 libras. Tendo sido aprovado o acordo, a *Child Maintenance and Enforcement Commission* conseguiu que o mesmo fosse anulado. Na decisão, reafirmou-se que, estando já estabelecido que esse tipo de débito não se submete à *Bankruptcy* e que isso reflete a política do Reino Unido acerca do adequado suporte que deve ser dado às crianças, com vistas a seu bem-estar, não se justifica também que esse débito esteja submetido ao IVA ou que possa ser reduzido com base na decisão dos demais credores.

E, finalmente, qualquer outra pessoa que não o falido, como por exemplo sócios ou co-administradores, não é liberada de qualquer responsabilidade da qual o falido esteja exonerado, ou de qualquer responsabilidade como fiador.<sup>139</sup>

Com relação ao patrimônio entregue ao administrador, cabe ainda fazer uma ressalva quando estiver contido neste patrimônio um *interest* ou *beneficial interest*<sup>140</sup> do devedor

<sup>136</sup> Insolvency Act 1986 s 281 (8).

<sup>137</sup> *Child Maintenance and Enforcement Commission v Beesley and another* [2011] 1 FCR 380; [2010] EWCA Civ 1344, Court of Appeal, Civil Division.

<sup>138</sup> GOV.UK. Home. Births, deaths, marriages and care. Marriage, civil partnership and divorce. **Use the Child Maintenance Service or Child Support Agency (CSA). Overview.** Disponível em <<https://www.gov.uk/child-maintenance/overview>>. Acesso em 30 mar. 2015. O serviço pode ser utilizado quando ambos os pais não conseguem chegar a um acordo e, pode, inclusive, auxiliar na localização de um dos pais que não esteja sendo encontrado ou estabelecer o valor a ser pago.

<sup>139</sup> Insolvency Act 1986 s 281 (7).

<sup>140</sup> THE INSOLVENCY SERVICE. **What will happen to my home? Information about your home when bankruptcy occurs.** Disponível em <<http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+http://www.insolvency.gov.uk/pdfs/guidanceleaflets/pdf/home.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2014. O *beneficial interest* é um interesse no produto da venda da propriedade e que difere do título de domínio que é tido pelo proprietário. Sendo o devedor o único dono, o *beneficial interest* corresponde ao valor total da propriedade, havendo mais de um proprietário, o *beneficial interest* é normalmente dividido entre eles em frações iguais. O *beneficial interest* do devedor é transferido ao administrador e, sendo o devedor o único proprietário, o título de domínio também é transferido ao administrador. Se houverem mais proprietários, o título de domínio permanece com o devedor e com os co-proprietários, podendo, ainda assim, o administrador requisitar a propriedade. O *beneficial interest* deve ser convertido em dinheiro para o pagamento dos credores e uma alternativa existente para o devedor, é que a compra seja feita por algum parente ou co-proprietário do imóvel, ou mesmo por um amigo.

relativo a imóvel que, na data da decretação da insolvência, tratava-se da principal residência do insolvente, de seu cônjuge ou ex-cônjuge. Esse *interest* é entregue ao administrador para o benefício dos credores e, mesmo a extinção das obrigações do devedor não muda esse fato, pois a liberação não afeta o patrimônio da insolvência, que pode continuar a ser administrado por muitos anos. Entretanto, antes da entrada em vigor do *Enterprise Act 2002*, o administrador podia retardar a sua conversão em dinheiro, aguardando condições favoráveis do mercado. Isso era, sem dúvida, benéfico aos credores. Por outro lado, fazia com que, muitas vezes, o devedor e sua família tivessem que aguardar por anos para que a situação se resolvesse. Diante desse fato, foi introduzida pelo *Enterprise Act 2002*, a Seção 283A no IA 1986 e, a partir de sua entrada em vigor, o administrador deverá negociá-lo dentro de três anos, e, caso isso não ocorra, ele deixará de fazer parte do patrimônio da insolvência, retornando ao devedor.<sup>141</sup>

A Seção 313A do IA 1986 trata dos imóveis de baixo valor e, nesse caso, a corte deve rejeitar qualquer pedido do *trustee* no sentido de adquirir a posse ou realizar a venda da propriedade, pois, dados os custos para a realização do procedimento, o benefício dos credores seria ínfimo, não se justificando a retirada da moradia do devedor e de sua família.<sup>142</sup>

### 2.2.3.2 Restrições Impostas à Conduta do Devedor

Declarado insolvente, o devedor deve sujeitar-se a algumas restrições. Estará, por exemplo, impossibilitado de atuar como diretor de empresa, de criar ou dirigir uma empresa sem autorização da corte, de exercer a função de *insolvency practitioner*, de dirigir um negócio utilizando-se de um nome diferente e sem informar a insolvência às pessoas com as quais está negociando e de tomar um empréstimo em valor superior a 500 libras, a menos que se dê conhecimento ao fornecedor do crédito acerca da insolvência.<sup>143</sup> Além disso, a regulamentação específica de qualquer profissão pode obstar que indivíduos insolventes a exerçam.<sup>144</sup>

Essas restrições se justificam porque, embora seja do interesse de toda a sociedade que os devedores se reabilitem e recebam encorajamento para realizarem novas contribuições

<sup>141</sup> WALTERS, Adrian. Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**, Journal of Corporate Law Studies, v. 5, n. 1, pp. 65 – 104, abr. 2005. p.79.

<sup>142</sup> Ibidem, p.80.

<sup>143</sup> GOV.UK. Home. Money and Tax. Court claims, debt and bankruptcy. **Declaring bankruptcy ou being made bankrupt. Restrictions**. Disponível em < <https://www.gov.uk/bankruptcy/restrictions>>. Acesso em 30 jul. 2014.

<sup>144</sup> WALTERS, op. cit., p. 84.

produtivas, a insolvência tem um custo social, pois a sociedade como um todo suporta a despesa proveniente da falha do devedor.<sup>145</sup> Portanto, deixar de cumprir qualquer restrição imposta é crime e o devedor fica a elas submetido até a extinção de suas obrigações.<sup>146</sup>

Porém, o *Enterprise Act 2002* introduziu no IA 1986 um regime chamado de *post-discharge restrictions*, ou seja, restrições que perduram após a extinção das obrigações do devedor, por um período que varia de dois a quinze anos.<sup>147</sup> Sendo que a conduta do devedor não influencia no prazo para a extinção de suas obrigações,<sup>148</sup> esse regime constitui a principal sanção disponível para combater a conduta abusiva do insolvente.<sup>149</sup> Seu objetivo é impor restrições àqueles que delas são merecedores e, por consequência, proteger a sociedade dos indivíduos que tenham agido de forma imprudente, irresponsável ou desonesta.<sup>150</sup>

Com relação a essas restrições posteriores, o artigo 281A do IA 1986 remete ao *Schedule 4A*, o qual estabelece que uma *Bankruptcy Restrictions Order* (BRO) pode ser emitida pela corte a requerimento do Secretário de Estado ou do *official receiver*, atuando sob às suas ordens.<sup>151</sup> O parágrafo 2 (1) traz uma lista de condutas que devem ser consideradas pela corte no sentido de conceder ou não a ordem. Essas condutas referem-se a comportamentos do devedor tanto após quanto em período anterior à decretação de insolvência e a lista é exemplificativa.<sup>152</sup>

Dentre as condutas elencadas estão falhas nos registros que tenham ocasionado perda de propriedade do devedor ou do negócio por ele exercido, tendo essa perda ocorrido até dois anos antes do pedido de insolvência ou qualquer falha em registros solicitados pelo administrador da insolvência, falta de cooperação com o administrador, realização de transações abaixo do valor de mercado, realização de qualquer tipo de aposta, especulação imprudente ou perigosa, bem como extravagância exorbitante ou a condução dos negócios de forma negligente, de modo a contribuir ou elevar a extensão da insolvência, e também a celebração de negócio ou a assunção de um débito, no período anterior ao início da insolvência,

<sup>145</sup> WALTERS, Adrian. Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**, Journal of Corporate Law Studies, v. 5, n. 1, pp. 65 – 104, abr. 2005. p.71.

<sup>146</sup> GOV.UK. Home. Money and Tax. Court claims, debt and bankruptcy. **Declaring bankruptcy ou being made bankrupt. Restrictions.** Disponível em < <https://www.gov.uk/bankruptcy/restrictions>>. Acesso em 30 jul. 2014.

<sup>147</sup> Insolvency Act 1986. Schedule 4A, parágrafo 4.

<sup>148</sup> Com base no IA s 279 (3) e (4), a corte pode, contudo, em virtude de pedido apresentado pelo administrador, ordenar a suspensão do prazo para liberação do devedor até o final de um determinado período ou até o cumprimento de uma determinada condição, se acreditar que o insolvente deixou de cumprir qualquer obrigação.

<sup>149</sup> WALTERS, op. cit., p.78.

<sup>150</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>151</sup> Insolvency Act 1986. Schedule 4A, parágrafo 1.

<sup>152</sup> WALTERS, op. cit., p. 90.

quando o devedor sabia ou deveria saber de seu estado de insolvência ou, com relação ao débito assumido, de que não tinha nenhuma razoável expectativa de ser capaz de pagá-lo.<sup>153</sup>

Deve ainda a corte levar em consideração o fato de o devedor já ter sido declarado insolvente nos seis anos anteriores, contados da data do atual pedido de insolvência.<sup>154</sup>

O pedido de uma *Bankruptcy Restrictions Order* deve ocorrer dentro do período de um ano, ou seja, enquanto não tiver ocorrido a extinção das obrigações. Após esse período, somente poderá ser concedida com a permissão da corte.<sup>155</sup>

Pode também ser autorizada uma *Bankruptcy Restrictions Order* provisória durante o período compreendido entre a data de requerimento e a de concessão da medida definitiva. Para tanto, a corte deve estar convencida de que existem elementos que apontam para sua futura concessão e de que esse ato atende ao interesse público.<sup>156</sup>

O Secretário de Estado também tem poder para aceitar uma *Bankruptcy Restrictions Undertaking* (BRU), que é proposta a ele pelo próprio devedor. Para aceitá-la, o Secretário deve levar em consideração os mesmos critérios especificados no parágrafo 2 do *Schedule 4A*, relativos à *Bankruptcy Restrictions Order*.<sup>157</sup> Sua duração é também de dois a quinze anos.<sup>158</sup>

Dessa forma, os efeitos práticos da *Bankruptcy Restrictions Undertaking* equivalem aos da *Bankruptcy Restrictions Order*. O que ocorre é que, havendo a concordância do devedor acerca de sua imposição e de sua duração, não é necessário o envolvimento da corte.<sup>159</sup>

Em *Randhawa v Official Receiver*,<sup>160</sup> uma *Bankruptcy Restrictions Order* foi imposta por um período de três anos contra *Mr. Randhawa*, pois, durante o trâmite de um IVA, ou seja, em momento no qual ele já sabia que ele e sua esposa estavam insolventes, *Mr. Randhawa* realizou gastos no valor de 9 500 libras no cartão de crédito de sua esposa, sendo que sabia não haver nenhuma expectativa razoável de a dívida ser paga, o que ocasionou prejuízo a massa de credores de sua esposa. Na decisão, destacou-se que é dever da corte examinar e avaliar a

<sup>153</sup> Insolvency Act 1986. Schedule 4A, parágrafo 2 (2).

<sup>154</sup> Insolvency Act 1986. Schedule 4A, parágrafo 2 (3).

<sup>155</sup> Insolvency Act 1986. Schedule 4A, parágrafo 3. Entretanto, esse período de um ano será também suspenso nos casos da Seção 279 (3) do IA 1986.

<sup>156</sup> Insolvency Act 1986. Schedule 4A, parágrafo 5.

<sup>157</sup> Insolvency Act 1986. Schedule 4A, parágrafo 7.

<sup>158</sup> Insolvency Act 1986. Schedule 4A, parágrafo 9 (2).

<sup>159</sup> WALTERS, Adrian. Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**, Journal of Corporate Law Studies, v. 5, n. 1, pp. 65 – 104, abr. 2005. p.87.

<sup>160</sup> *Randhawa v Official Receiver* [2006] EWHC 2496 (Ch); [2007] 1 All ER 755, Chancery Division at Birmingham.

conduta do devedor insolvente e, caso conclua que os requisitos para a concessão de uma BRO estejam preenchidos, esta deve ser concedida, não havendo, então, maior espaço para a discricionariedade. A decisão abordou também a finalidade da ordem e salientou que, embora seu principal objetivo seja, indubitavelmente, a proteção da sociedade como um todo, há também a finalidade de impor uma sanção substancial àqueles que agiram de maneira irresponsável.

Além da imposição de restrições à sua conduta, a decretação da insolvência submete o devedor a uma investigação a ser conduzida pelo *official receiver* e à possibilidade de um exame público de seus negócios. O *official receiver* deve investigar a conduta e os negócios do devedor, ainda que anteriores a decretação de insolvência e, se considerar necessário, apresentar relatório à corte. Esse relatório gera uma presunção de veracidade acerca dos fatos nele contidos.<sup>161</sup> O exame público pode ser realizado a pedido do *official receiver*, embasado em requerimento de um dos credores, com a concordância de pelo menos metade dos credores, considerando-se o valor de seus créditos. Esse pedido pode ser feito a qualquer tempo, contanto que antes da liberação do devedor. Podem participar do exame e indagar o devedor acerca de suas finanças, negócios e propriedade o *official receiver*, o *trustee*, qualquer pessoa que tenha sido nomeada como administrador especial do patrimônio da insolvência e qualquer credor que tenha apresentado prova no procedimento da *Bankruptcy*.<sup>162</sup>

Pelo exposto, pode-se concluir que a conduta do devedor é analisada, tanto no período anterior quanto no período posterior à decretação da insolvência, podendo ocasionar a aplicação das chamadas *post discharge restrictions*.

O *trustee*, contudo, está também submetido ao controle da corte, podendo o credor ou outra pessoa envolvida e que esteja insatisfeita com sua atuação requerer que a corte exerça o controle dos atos por ele praticados.

#### 2.2.4 Atuação do *Trustee* e Conversão dos Ativos

Assim como ocorre com o supervisor do IVA, na *Bankruptcy* a conduta do *trustee* está também submetida ao controle da corte. Dessa forma, qualquer credor ou outra pessoa

---

<sup>161</sup> Insolvency Act 1986 s 289.

<sup>162</sup> Insolvency Act 1986 s 290.



insatisfeita com ato ou omissão praticados ou com decisão tomada pelo *trustee* pode fazer um requerimento à corte, sendo que esta pode confirmar, anular ou modificar o ato ou decisão, fornecer orientações ao *trustee* ou tomar outra medida que considere apropriada. E também o próprio *trustee* pode solicitar instruções à corte acerca de qualquer matéria surgida no curso da *Bankruptcy*.<sup>163</sup>

Além disso, se a corte considerar que o *trustee* tenha empregado indevidamente, retido ou ocasionado prejuízo ao patrimônio da insolvência em consequência de abuso de poder, quebra de confiança ou violação de qualquer dever a ele imposto, pode ordenar que ele recupere ou reembolse o prejuízo e, conforme o caso, também pode condená-lo ao pagamento de uma soma a título de compensação.<sup>164</sup>

*Supperstone v Hurst and another*,<sup>165</sup> contudo, relata um caso oposto, em que o *trustee* buscou a justiça para impedir que o devedor declarado insolvente e sua esposa continuassem a impetrar demandas repetitivas e incômodas, totalmente desprovidas de mérito contra ele e sua empresa. O *trustee* obteve, durante os procedimentos relativos à *Bankruptcy*, uma ordem autorizando-lhe a obter a posse e possibilitando a venda da casa utilizada como moradia do devedor e de sua esposa e cogitou-se que esse fato poderia ter desencadeado o comportamento inadequado de ambos. A corte concedeu a ordem de restrição, destacando que se caracterizava, na ação dos réus, uma persistente e irracional recusa em aceitar uma decisão da corte que lhes tenha sido desfavorável.

Quanto aos créditos, é necessário que sejam provados na *Bankruptcy*, bem como os juros deles decorrentes.<sup>166</sup> Quando, antes de seu início, houver créditos, débitos ou outras negociações recíprocas entre o devedor e qualquer credor, deve-se proceder à sua compensação. Apenas após essa compensação é que os débitos podem ser provados e, se for o caso, pode ser efetuado o pagamento de qualquer soma devida ao *trustee* para compor o patrimônio da insolvência.<sup>167</sup>

Sempre que o *trustee* tiver recursos financeiros para tanto, deve declarar sua intenção de distribuir um dividendo e a forma como o fará. Deve o *trustee* reservar valor quando lhe parecer que há algum débito devido e ainda não comprovado, ou quando algumas pretensões

---

<sup>163</sup> Insolvency Act 1986 s 303 (1) e (2).

<sup>164</sup> Insolvency Act 1986 s 304 (1).

<sup>165</sup> *Supperstone v Hurst and another* [2009] All ER (D) 77 (Jun); [2009] EWHC 1271 (Ch), Chancery Division.

<sup>166</sup> Insolvency Act 1986 s 322 (1) e (2).

<sup>167</sup> Insolvency Act 1986 s 323.

ainda não tiverem sido exatamente determinadas ou permanecerem controvérsias acerca de determinadas pretensões e provas.<sup>168</sup> Por outro lado, o credor cujo crédito ainda não tiver sido comprovado não tem o direito de obstaculizar a distribuição dos dividendos, sendo-lhe garantido que, quando comprovar seu crédito, terá direito ao pagamento relativo a qualquer dividendo que tenha sido anteriormente distribuído.<sup>169</sup>

Também é possível que o *trustee* divida a propriedade entre os credores, sem convertê-la em dinheiro, mas apenas quando, por sua natureza peculiar ou outras circunstâncias especiais, a propriedade não possa ser imediata ou vantajosamente vendida.<sup>170</sup>

As categorias de débitos preferenciais estão estabelecidas no *Schedule 6* do IA 1986.<sup>171</sup> Esses débitos devem ser pagos em sua totalidade, a não ser que o patrimônio seja insuficiente. Qualquer excedente patrimonial após realizado o pagamento, deve ser utilizado para a quitação dos juros deles decorrentes.<sup>172</sup>

Realizado o pagamento das categorias previstas no *Schedule 6*, têm preferência os débitos a serem pagos ao cônjuge do insolvente, bem como os juros deles decorrentes.<sup>173</sup>

Quando o *trustee* entender que cumpriu sua tarefa, deve informar sua intenção de distribuir um dividendo final ou de que nenhum outro dividendo será distribuído, além de estabelecer uma data limite para a apresentação de qualquer pretensão acerca do patrimônio da insolvência. Após essa data, deve o *trustee* liquidar as dívidas da *Bankruptcy* e, em caso de haver saldo remanescente, este deve ser devolvido ao devedor.<sup>174</sup> Nos casos em que o *trustee* nomeado não for o próprio *official receiver*, deve convocar uma reunião final com os credores, na qual entregará relatório acerca de sua administração e será decidido acerca da extinção de suas obrigações, conforme as regras da Seção 299 do IA 1986.<sup>175</sup>

Deve-se ainda destacar que, tanto nos casos de acordos firmados entre o devedor e seus credores, quanto em caso de decretação de insolvência, o interesse dos credores não é soberano

---

<sup>168</sup> Insolvency Act 1986 s 324.

<sup>169</sup> Insolvency Act 1986 s 325 (1).

<sup>170</sup> Insolvency Act 1986 s 326 (1).

<sup>171</sup> Insolvency Act 1986. Schedule 6. As categorias de débitos preferenciais são as seguintes: 1. débitos devidos à Inland Revenue (Fisco); 2. débitos referentes a alfândega e impostos; 3. contribuições à seguridade social; 4. contribuições relativas a planos de pensões profissionais e outros; 5. remunerações de empregados e 6. taxas sobre a produção de carvão e aço.

<sup>172</sup> Insolvency Act 1986 s 328 (1) – (4).

<sup>173</sup> Insolvency Act 1986 s 329.

<sup>174</sup> Insolvency Act 1986 s 330.

<sup>175</sup> Insolvency Act 1986 s 331 (1) e (2).

ao interesse público. Em *Financial Services Authority v Foster*,<sup>176</sup> foi negada ao credor a possibilidade de propor um IVA e concedida uma *bankruptcy order*, sob o argumento de que o caso se assemelhava a um esquema do tipo pirâmide, devendo ser investigado por um *trustee*, com poderes investigatórios superiores aos do supervisor de um IVA, e devendo, portanto, prevalecer o interesse público.

A prevalência do interesse público, nesse caso especificamente com relação ao direito à informação, pode também ser percebida em *Caine v Liverpool Daily Post and Echo Ltda*,<sup>177</sup> em que *Mr. Caine* e sua família, proprietários de diversos clubes e pubs em Liverpool, em razão de estarem enfrentando dificuldades financeiras, realizaram uma reunião com seus credores para discutir a propositura de um IVA. O diretor de uma das empresas credoras, e que havia estado presente na reunião, divulgou informações relativas ao estado de insolvência de *Mr. Caine* a um jornal, que estava em vias de publicá-las. Com base na preservação dos interesses de cerca de 300 empregados diretos de *Mr. Caine* e também no fato de que este estava, em negociações com um investidor, prestes a receber um importante investimento para suas empresas, o devedor insolvente buscou na justiça que a publicação de informações relativas à reunião de credores realizada fosse proibida, ainda que por um curto espaço de tempo, para que, após o acordo entre as partes, a notícia fosse tornada pública de modo mais adequado. *Mr. Caine* alegou que a reunião de credores era privada e que disso derivava um dever de confidencialidade a respeito das matérias nela discutidas. O julgador, ressaltando que os dados que talvez pudessem vir a ser divulgados eram verídicos, constatou que a legislação regula a reunião de credores de modo bastante detalhado, mas que não há nenhuma previsão expressa no sentido de sua confidencialidade e que, na ausência de previsão nesse sentido, não cabia proibir o jornal de divulgar as informações, nem mesmo por um curto período de tempo.

Logicamente que, mesmo em face da prevalência do interesse público, o direito à informação não é absoluto e, em *Haig v Aitken*,<sup>178</sup> caso em que um antigo ministro havia sido declarado insolvente e que, por esse motivo, despertava o interesse da mídia. O *trustee* havia apreendido, como parte do patrimônio da insolvência, a correspondência que havia sido trocada entre o ministro e colegas de governo, Chefes de Estado e importantes estadistas estrangeiros e pretendia vendê-la aos meios de comunicação, como meio de obter um valor substancial a ser distribuído aos credores. Contudo, sob a alegação de que isso constituiria uma grosseira e

---

<sup>176</sup> *Financial Services Authority v Foster* [2005] All ER (D) 55 (Jul), Chancery Division.

<sup>177</sup> *Caine v Liverpool Daily Post and Echo Ltda*, Court of Appeal (Civil Division) (unreported, 12th, May, 2000).

<sup>178</sup> *Haig v Aitken* [2001] 2 Ch 110; [2000] 3 WLR 1117; [2000] 3 All ER 80, Chancery Division.

repugnante invasão de privacidade e que a referida correspondência não fazia parte do patrimônio da insolvência, a venda não foi autorizada.

Por fim, a atuação do *trustee* se dará pelo tempo necessário à conversão dos ativos e à realização dos pagamentos, mas, independentemente do tempo que isso levar, as obrigações do devedor já terão sido extintas automaticamente quando decorrido um ano da decretação da insolvência.

O sistema inglês se configura, portanto, como um sistema que busca prevenir a insolvência e, na impossibilidade de fazê-lo, tenta garantir a administração do patrimônio arrecadado pelo tempo necessário, com vistas a garantir aos credores um retorno adequado, mas sem fazer com que o devedor permaneça obrigado durante todo esse tempo. O retorno do devedor ao mercado e a diminuição do estigma relacionado à *Bankruptcy* são tidos como positivos ao desenvolvimento do empreendedorismo e, portanto, benéficos à coletividade.

O modelo inglês é, portanto, bastante diferente do modelo adotado pelo direito brasileiro. Não se defende, de modo algum, a sua adoção integral no Brasil. O que se pretende, contudo, é a realização de comparações pontuais entre ambos os ordenamentos, com o intuito de fomentar a reflexão sobre o tema de contribuir para a evolução da matéria.

### 3 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS COM O DIREITO BRASILEIRO

Para o tratamento dos casos relativos à insolvência civil no direito brasileiro, instituiu o legislador no Código de Processo Civil (CPC) o processo de execução por quantia certa contra o devedor insolvente.

Ao lado desse procedimento, admite também o Código de Processo Civil, em seus artigos 711 a 713, o concurso particular de credores, nos casos em que, “na execução individual, se superpõe diversas penhoras sobre o mesmo bem do devedor comum, ou quando, sobre o bem penhorado, incidem privilégios ou preferências anteriores à execução”.<sup>1</sup> Nesse caso, contudo, os critérios inspiradores da execução são diferentes, o procedimento se dá com base em uma disputa de preferência sobre os bens, não há universalidade e não há fundamentação na insolvência do devedor.<sup>2</sup>

Por esse motivo, a análise de semelhanças e diferença será centrada, no direito brasileiro, na execução por quantia certa contra devedor insolvente, prevista nos artigos 748 a 786-A do CPC.

Será também considerado o Projeto de Lei nº 283 de 2012, que tramita no Senado Federal, por meio do qual propõe-se uma alteração ao Código de Defesa do Consumidor (CDC), com o intuito de aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor<sup>3</sup>. Esse projeto traz disposições no sentido de implementar a educação financeira dos consumidores, de coibir a publicidade enganosa e a concessão de crédito de forma irresponsável e, além disso, prevê a apresentação, por parte do devedor, de uma proposta a seus credores para o pagamento das dívidas. Essa possibilidade apresenta semelhanças com o *Individual Voluntary Arrangement* prevista no direito inglês e será, por tal motivo, levada em consideração na presente análise.

Os principais pontos abordados e com relação aos quais se buscou contrapor as diferentes visões ou formas de tratamento existentes em ambos os ordenamentos são a prevenção da situação de insolvência, a possibilidade de as pessoas físicas terem acesso à

---

<sup>1</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 25.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>3</sup> BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n. 283/12**. Parecer do relator Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Brasília, DF, 26 mar. 2014. 116f. p. 57.

recuperação judicial, o regime jurídico adotado para o tratamento da insolvência, o critério para a sua caracterização e a extinção das obrigações do devedor insolvente.

### 3.1 Prevenção da Insolvência

Diferentemente do que ocorre no Reino Unido, no Brasil inexistente um sistema organizado que busque promover a educação da população para a prevenção da insolvência civil, nem que forneça estatísticas confiáveis acerca de sua ocorrência e tratamento, no sentido de orientar as políticas públicas.

Embora diversos autores relatem o estigma relacionado à insolvência no direito inglês,<sup>4</sup> as políticas públicas não ignoram sua ocorrência. Existe o reconhecimento explícito de que os falidos são, às vezes, vítimas de uma oferta excessiva de crédito. Porém, o crédito é uma facilidade da qual a economia moderna depende e, portanto, em certa medida, mesmo os devedores acabam por contribuir com a economia, pois há uma dependência crescente do consumo baseado no crédito.<sup>5</sup> Pelo fato de as estatísticas demonstrarem níveis crescentes de superendividamento de consumidores, busca-se dar a essa elevação uma resposta política em dois aspectos. Em primeiro lugar, uma atenção governamental contínua no sentido de desenvolver estratégias preventivas visando à limitação do superendividamento de consumidores, enfatizando a oferta responsável de crédito, o aconselhamento e a educação financeira. Em segundo lugar, reformas legislativas tendentes a modernizar a regulação da insolvência e de alinhá-la às necessidades dos consumidores.<sup>6</sup>

No que se refere a atualizações legislativas, a edição do *Enterprise Act 2002* teve o claro objetivo de estimular o empreendedorismo por meio da diminuição do estigma relacionado à insolvência.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> WALTERS, Adrian. Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**, Journal of Corporate Law Studies, v. 5, n. 1, pp. 65 – 104, abr. 2005. pp. 82-85; MILMAN, David. Personal Insolvency Law And The Challenges of a Dynamic, Enterprise-Driven Economy. **HeinOnline**, Singapore Academy of Law Journal, v. 20, n. 3, p. 438-463. 2008. p. 455.

<sup>5</sup> MILMAN, David. Personal Insolvency Law And The Challenges of a Dynamic, Enterprise-Driven Economy. **HeinOnline**, Singapore Academy of Law Journal, v. 20, n. 3, pp. 438 – 463. 2008. p. 447.

<sup>6</sup> MCKENZIE SKENE, Donna W; WALTERS, Adrian. Consumer Bankruptcy Law Reform in Scotland, England and Wales. **Social Science Research Network**, Jul. 2006, p. 3.

<sup>7</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A ‘Fresh Start’ for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, v.18, n. 1, pp. 5-36, 2009. p. 12. Published on line in Wiley InterScience.

O fato de a educação financeira ter sido confirmada oficialmente como parte do currículo nacional inglês para o ano de 2014<sup>8</sup> constitui uma medida ampla, com o intuito de proporcionar à sua população as ferramentas necessárias para a tomada de decisões acertadas nessa área. E, posteriormente, caso haja necessidade, podem ainda contar como um serviço – *Money Advice Service* – apto a orientar a tomada de decisões específicas perante um problema financeiro concreto.<sup>9</sup>

No Brasil, tanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quanto o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e assim também instituições privadas como a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), fornecem seguidamente estatísticas correlacionadas ao tema da insolvência. Inexiste, contudo, um sistema unificado e transparente nos moldes do *Insolvency Service*, que fornece números quadrimestralmente atualizados sobre o número de novas insolvências, bem como o acesso a dados de pessoas específicas, dando detalhes acerca do procedimento adotado (*Debt Relief Order*, *Individual Voluntary Arrangement* ou *Bankruptcy*), e da data da provável liberação do devedor.<sup>10</sup>

Devido ao estigma associado à insolvência, evita-se discutir o assunto no Brasil. O resultado é a inexistência de estatísticas claras, bem como de um sistema preventivo. O seu tratamento não é transparente e a legislação que trata da matéria é ultrapassada e pouco funcional. A falta de transparência, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, pode acabar por aumentar ainda mais o estigma em torno do tema, ao invés de reduzi-lo. E a pouca funcionalidade dos mecanismos de tratamento da insolvência faz com que o problema perdure por vários anos. Não há, portanto, um sistema de prevenção da insolvência no Brasil, não existem medidas amplas e concretas para a educação financeira da população, nem a oportunidade de proceder-se a recuperação judicial das pessoas físicas, com o intuito de evitar a decretação da insolvência.

---

<sup>8</sup> GOYETTE, Lauren. Education Connection: Financial Education Leads to Better Financial Decisions. *HeinOnline*, Children's Legal Rights Journal, v. 34, n. 1, pp. 125-127, 2013. p. 1.

<sup>9</sup> THE MONEY ADVICE SERVICE. About us. Disponível em <<https://www.moneyadviceservice.org.uk/en/static/about-us>>. Acesso em 24 jul. 2014.

<sup>10</sup> GOV.UK. Collection. Insolvency Statistics. Disponível em <<https://www.gov.uk/government/collections/insolvency-service-official-statistics>>. Acesso em 05 ago. 2014.

### 3.1.1 Educação Financeira e Projeto de Lei nº 283/12

O Projeto de Lei nº 283/12 propõe o acréscimo dos incisos IX e X ao artigo 4º do CDC, ou seja, elenca entre os princípios da Política Nacional das Relações de Consumo o fomento de ações visando à educação financeira dos consumidores e à prevenção e ao tratamento do superendividamento<sup>11</sup>. Novamente, em seu artigo 6º, o projeto visa incluir entre os direitos básicos do consumidor a garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira, de prevenção e tratamento das situações de superendividamento, preservando o mínimo existencial, por meio da revisão e repactuação da dívida, entre outras medidas<sup>12</sup>.

Além disso, o Capítulo VII do referido projeto de lei trata especificamente da prevenção e do tratamento ao superendividamento. A redação do artigo 54-A, caput, deixa claro que o capítulo tem “a finalidade de prevenir o superendividamento da pessoa natural, dispor sobre o crédito responsável e a educação financeira do consumidor”.<sup>13</sup> A prevenção está focada no dever dos fornecedores de prestarem informações completas e corretas aos consumidores<sup>14</sup>, na avaliação da capacidade de pagamento destes consumidores antes da concessão do crédito<sup>15</sup> e em vedações à sua oferta abusiva<sup>16</sup>. Por fim, são estabelecidas sanções para o caso de descumprimento desses deveres<sup>17</sup>.

O projeto foca, portanto, no cumprimento de deveres por parte dos fornecedores de crédito e em sua responsabilização em caso de seu descumprimento. Embora exista, de forma geral, a previsão acerca de ações de fomento à educação financeira da população, inexistente a previsão de medidas concretas a serem adotadas nesse sentido. Ainda assim, deve-se reconhecer que o acesso à informação é o primeiro passo a ser tomado e contribui para a educação dos consumidores.

Quanto às consignações em folha de pagamento, dispõe o artigo 54-E que a soma das parcelas reservadas para o pagamento das dívidas não poderá ser superior a 30% da remuneração mensal líquida do consumidor.<sup>18</sup> Será, desse modo, “instituída verdadeira

---

<sup>11</sup> BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n. 283/12**. Parecer do relator Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Brasília, DF, 26 mar. 2014. 116f. p. 57.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>14</sup> Ibidem, pp. 59-61.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>16</sup> Ibidem, pp. 60 e 61.

<sup>17</sup> Ibidem, pp. 61 e 62.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 62.



proibição para a concessão de crédito em montante superior a 30% da renda mensal líquida do consumidor”<sup>19</sup>.

“O crédito é um instrumento de criação de moeda”.<sup>20</sup> “O crédito ao consumo é um estímulo ao consumo, é um elemento de dinamização da produção capitalista. Pressupõe um movimento perpétuo, jogando para o futuro uma perspectiva de incessante crescimento e desenvolvimento.”<sup>21</sup>

A atuação do crédito na elasticidade dos valores e na promoção da circulação de riquezas faz com que o mesmo seja protegido como uma instituição econômica, ou seja, o crédito é protegido com a finalidade de garantir a segurança e a boa-fé nas atividades negociais. A recuperação do equilíbrio e do prestígio da função do crédito é que justificam a intervenção estatal nos casos de insolvência.<sup>22</sup>

Assim, considerada a essencialidade do crédito na economia de mercado, é questionável a edição de regra legal limitadora da concessão de crédito. “A redução do crédito apenas prejudicará os consumidores que dele necessitam [...] e será completamente inócua, servindo apenas para motivar a criação de uma série de subterfúgios por aqueles que necessitarem de mais crédito para se manterem no mercado de consumo.”<sup>23</sup>

Ainda assim, devido aos perigos relacionados ao crédito e ao fato de uma crise de solvência facilmente ocasionar a exclusão desses indivíduos do mercado consumidor, a concessão de crédito deve se dar de forma responsável.<sup>24</sup> A iniciativa do Projeto de Lei acerca do superendividamento é, portanto, louvável. Constitui um grande avanço legislativo, ao suprir uma lacuna existente em nosso ordenamento, buscando fornecer à pessoa natural a possibilidade de renegociar o conjunto de suas dívidas, e não apenas cada uma delas individualmente<sup>25</sup>. Visa, assim, possibilitar a recuperação judicial do consumidor endividado e

<sup>19</sup> LIMA, Mikael Martins de. O Limite para Concessão de Crédito Previsto no Projeto de Lei sobre o Superendividamento. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, v. 57, p. 97, jul. 2012. p. 8.

<sup>20</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Crédito ao Consumidor e Superendividamento: Uma Problemática Geral. **Revista dos Tribunais Online**, Revista de Direito do Consumidor, v. 17, p. 57, jan. 1996; Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor, v. 2, p. 737, abr. 2011. p. 1.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>22</sup> MILARÉ, Édis. O Ministério Público e a Insolvência Civil. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista de Processo, v. 25, p. 97, jan. 1982. pp. 1 e 3.

<sup>23</sup> LIMA, op. cit., p. 9.

<sup>24</sup> MARQUES, Cláudia Lima. Algumas Perguntas e Respostas sobre Prevenção e Tratamento do Superendividamento dos Consumidores Pessoas Físicas. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista de Direito do Consumidor, v. 75, p. 9, jul. 2010; Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor, v. 2, p. 563, abr. 2011. pp. 3-6.

<sup>25</sup> LIMA, op. cit., p. 4.

foca, como maior instrumento para a prevenção do superendividamento, na informação exata e completa daquilo que foi contratado.

Para a complementação dessas medidas, seria, contudo, importante a previsão de medidas concretas e efetivas concernentes à educação e ao aconselhamento financeiro da população, a existência de dados transparentes e confiáveis acerca das ocorrências de insolvência em nosso país, bem como a previsão legal de uma solução eficaz, com vistas à possibilidade de um recomeço, para aquelas pessoas cuja insolvência civil venha a ser decretada.

### 3.1.2 Recuperação Judicial e Projeto de Lei nº 283/12

No Brasil, as pessoas jurídicas podem se beneficiar do procedimento de recuperação judicial, que é regulado pela Lei de Falências, com o intuito de, a partir da superação da crise econômica pela qual passa o devedor, “permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”.<sup>26</sup> No Reino Unido, contudo, mecanismos desse tipo são acessíveis também às pessoas físicas. No próprio *Insolvency Act 1986* são reguladas duas alternativas formais à insolvência civil, são elas a *Debt Relief Order (DRO)*<sup>27</sup> e o *Individual Voluntary Arrangement (IVA)*, sendo que este último procedimento foi também objeto do presente estudo. No caso do IVA, o acordo é aprovado quando aceito por uma maioria igual ou superior a 75% do valor dos créditos<sup>28</sup> e vincula todos os legitimados a votar, quer tenham ou não comparecido ou se feito representar, e também aqueles que seriam legitimados se deles se tivesse tido conhecimento, como se fossem partes no acordo<sup>29</sup>.

Percebe-se, portanto, que não é necessária unanimidade para que ocorra a aprovação do acordo. Contudo, uma vez aprovado, os credores ficam a ele vinculados. Isso faz do IVA um instrumento eficaz para evitar a decretação de insolvência, pois não prosseguirão as execuções

<sup>26</sup> BRASIL. Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Art. 129. **Planalto**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm)>. Acesso em 13 fev. 2015.

<sup>27</sup> Insolvency Act 1986. Part 7A

<sup>28</sup> Insolvency Rules 1986 r 5.23. Substituted by Insolvency (Amendment) Rules 2010/686 Sch.1 para.273(2) (April 6, 2010: substitution has effect subject to savings and transitional provisions specified in SI 2010/686 Sch.4 and Sch.5 and SI 2010/734 rule 13).

<sup>29</sup> Insolvency Act 1986 s 260 (2).

individuais contra o devedor, que poderá, beneficiando-se também do congelamento dos juros e de uma possível amortização de parte da dívida, realizar os pagamentos conforme o estipulado na reunião de credores.<sup>30</sup> Além disso, o fato de serem ambos, *IVA* e *Bankruptcy*, regulados conjuntamente no *Insolvency Act 1986* possibilita haver entre eles um diálogo. Dessa forma, mesmo que tenha sido pedida pelo devedor a decretação de sua insolvência, a corte analisará a possibilidade de medida menos gravosa, ou seja, a realização de uma DBO ou de um IVA<sup>31</sup>. Sendo que também o contrário é verdadeiro, pois quando proposto um IVA, o próprio *Insolvency Practitioner* deve dar parecer à corte acerca da viabilidade do acordo.<sup>32</sup> Também em caso de seu descumprimento, o acordo pode ser cancelado, ocorrendo a insolvência.<sup>33</sup> Esse diálogo é benéfico porque evita que a insolvência, com todas as consequências a ela inerentes, seja decretada desnecessariamente. Além disso, a intervenção do *Insolvency Practitioner* busca evitar que sejam firmados acordos impossíveis de serem cumpridos. E a possibilidade de decretação de insolvência em caso de descumprimento serve também como estímulo para que o devedor honre o acordado. Em decisão de 2009,<sup>34</sup> o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pareceu buscar uma alternativa menos gravosa do que a decretação da insolvência das partes. Ocorreu que dois servidores públicos requereram que se lhes declarasse a insolvência, dado que o único bem que possuíam era um imóvel hipotecado no valor de R\$ 150 000,00 e suas dívidas, decorrentes de despesas médicas, ultrapassavam R\$ 270 000,00. Em primeiro grau, contudo, entendeu-se que os servidores postulavam a declaração com o intuito de fraudar os credores. Os apelantes, contudo, enfatizaram que sua insolvência estava objetivamente demonstrada, sendo imperativo que fosse declarada para todos os efeitos. Em segundo grau a decretação voltou a ser negada, sob o fundamento de que, pelo fato de estar o imóvel hipotecado, os bens disponíveis para a realização do pagamento aos credores teriam valor ínfimo, o que equivaleria a inexistência de bens e, sendo, portanto, inadmissível a decretação. Embora a fundamentação da decisão contrarie a orientação doutrinária no sentido de que a inexistência de bens acarreta apenas a suspensão da execução, é perceptível que a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro buscou propiciar aos devedores situação menos gravosa. Inexistindo, contudo, em nosso sistema, figura análoga à da recuperação judicial, sugeriu aos apelantes, como alternativa conhecida, a ação de revisão de cláusulas dos

<sup>30</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A 'Fresh Start' for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, v.18, n. 1, pp. 5-36, 2009. p. 15. Published on line in Wiley InterScience.

<sup>31</sup> Insolvency Act 1986 s 273 (2) e S 274.

<sup>32</sup> Insolvency Act 1986 s 256A (3).

<sup>33</sup> Insolvency Act 1986 s 276.

<sup>34</sup> RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. ApCiv. 2008.001.62147, Relator: Des. Jessé Torres, 2009.

contratos de mútuo bancário, no sentido de estabelecer o limite de 30% aos descontos em folha de pagamento.

A inexistência de procedimento análogo à uma recuperação judicial de pessoas físicas no Brasil é uma grave lacuna de nosso ordenamento.

[...] aquele devedor pessoa física que contrata um ou mais créditos visando o consumo de produtos e serviços e cai em inadimplência global [...] não tem como pedir a "renegociação" do conjunto de suas dívidas - só pode entrar com ações individuais contra cada um dos credores pedindo a "revisão" daquela dívida uma a uma, ganhar ou perder aquela "revisão", como são popularmente chamadas essas ações que proliferam no Judiciário brasileiro.<sup>35</sup>

Atualmente, o que existe de mais próximo à recuperação judicial em nossa legislação é a chamada concordata civil, regulada em nosso CPC, art. 783.

O devedor insolvente poderá, depois da aprovação do quadro a que se refere o art. 769, acordar com os seus credores, propondo-lhes a forma de pagamento. Ouvidos os credores, se não houver oposição, o juiz aprovará a proposta por sentença.<sup>36</sup>

A concordata civil é, assim, “simplesmente a possibilidade de suspender-se a execução coletiva em virtude de um acordo entre devedores e credores, em torno de um plano ou uma forma de pagamento para as dívidas em execução concursal”.<sup>37</sup>

A redação do artigo 783, contudo, dá a entender que é necessário que a unanimidade dos credores consinta com o plano apresentado. Essa é a opinião majoritária da doutrina.<sup>38</sup>

Assim, embora se faça necessária a prolação de uma sentença para homologar o acordo, “o núcleo do ato jurídico não é a sentença, mas a convenção ajustada entre as partes”.<sup>39</sup> Pelo

<sup>35</sup> MARQUES, Cláudia Lima. Algumas Perguntas e Respostas sobre Prevenção e Tratamento do Superendividamento dos Consumidores Pessoas Físicas. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista de Direito do Consumidor, v. 75, p. 9, jul. 2010; Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor, v. 2, p. 563, abr. 2011. p. 9.

<sup>36</sup> BRASIL. Lei Nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. **Planalto**. Art. 783. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869.htm)>. Acesso em 09 fev. 2015.

<sup>37</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 388.

<sup>38</sup> PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários ao código de processo civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1976. 620 p., v.11. p. 520; GONÇALVES NETO, Alfredo Assis. O Regime Jurídico da Insolvência. **Revista dos Tribunais Online**, Revista de Processo, v. 67, p. 62, jul. 1992. p. 6; THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 387.

<sup>39</sup> THEODORO JÚNIOR, op. cit. p. 486.

fato de que, não apenas o devedor, mas toda a coletividade lucra com a implementação de remédios que visem evitar a decretação da insolvência, as legislações mais modernas ampliam os remédios concedidos, optando por procedimentos mais complexos como a recuperação judicial ou tornando desnecessário o consentimento ou a aprovação por parte da unanimidade dos credores,<sup>40</sup> a exemplo do que ocorre no Reino Unido.

O Projeto de Lei nº 283/12 busca suprir a lacuna existente no ordenamento brasileiro, propiciando “um método conciliatório no tratamento do superendividamento dos consumidores pessoas físicas, como um momento de solidariedade e boa-fé.”<sup>41</sup> Portanto, a partir de acordo entre o devedor e seus credores, poderá haver a concessão de benefícios como o aumento de prazos, amortização de parte da dívida e suspensão ou extinção de outras ações em andamento.<sup>42</sup> Optou-se, assim, por um sistema pré-judicial de conciliação, mas diante do juiz estadual, seguido por um processo judicial, em caso de impossibilidade de renegociação.<sup>43</sup>

Porém, em casos extremos, pode ocorrer de o devedor não conseguir apresentar um plano satisfatório de pagamento, ou seja, um plano capaz de liquidar a totalidade das dívidas no prazo de 5 anos, preservando-se o mínimo existencial e as garantias originalmente pactuadas.<sup>44</sup> E, devido ao fato de o projeto claramente expressar que o plano de pagamento previsto “não importa em declaração de insolvência civil”,<sup>45</sup> o direito brasileiro continua carente de uma regulamentação que diga respeito ao devedor declarado insolvente. Assim, a possibilidade de uma recuperação judicial acessível a pessoas físicas é algo benéfico, mas que não exclui a necessidade de regulamentar a situação dos insolventes. E o ideal seria a existência de alguma conexão, de um certo diálogo entre ambas as regulamentações, assim como ocorre no direito inglês.

Assim, trata-se o Projeto de Lei nº 283/12 de uma necessária iniciativa no sentido de implementar a prevenção da insolvência e a recuperação judicial das pessoas naturais. Porém, diante da insuficiência de bens do devedor e da necessidade de execução coletiva de seu patrimônio, ou seja, diante da decretação de sua insolvência, submeter-se-á o consumidor

---

<sup>40</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. pp. 383-386.

<sup>41</sup> MARQUES, Cláudia Lima. Algumas Perguntas e Respostas sobre Prevenção e Tratamento do Superendividamento dos Consumidores Pessoas Físicas. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista de Direito do Consumidor, v. 75, p. 9, jul. 2010; Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor, v. 2, p. 563, abr. 2011. p. 3.

<sup>42</sup> BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n. 283/12**. Parecer do relator Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Brasília, DF, 26 mar. 2014. 116f. p. 66.

<sup>43</sup> MARQUES, op. cit. p., 3.

<sup>44</sup> BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n. 283/12**, op. cit. pp. 65 e 66.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 66.

brasileiro ao procedimento de execução por quantia certa contra devedor insolvente previsto no CPC de 1973. Essa execução coletiva busca dar um tratamento igualitário aos credores pertencentes à mesma classe e a ideia de igualdade entre os credores permeia também o direito inglês. O regime jurídico adotado, contudo, diverge do brasileiro, pois o Reino Unido regula conjuntamente a insolvência civil e a empresarial, enquanto que, no Brasil, a regulação se dá separadamente.

### 3.2 Regime Jurídico da Insolvência

Existindo bens livres e desembaraçados no patrimônio do devedor, não se faz necessária a execução coletiva, podendo o credor satisfazer seu crédito por meio da execução singular. Esta se revela, contudo, imprópria quando as dívidas excedem a importância dos bens do devedor, já que dela se beneficiariam os credores mais diligentes, espertos ou inflexíveis, ou mesmo aqueles que fossem advertidos pelo devedor ou que fossem coniventes com ele.<sup>46</sup>

Portanto, é diante da insuficiência dos bens do devedor que surge a necessidade de se buscar a melhor forma de atender, simultaneamente, aos interesses dos diferentes credores que recaem sobre os mesmos bens do devedor.<sup>47</sup>

Para tanto, o procedimento de execução coletiva possui “características bem marcantes, assentadas nos pressupostos básicos da situação patrimonial deficitária do devedor e da disputa geral de todos os seus credores num só processo”.<sup>48</sup> Por meio desse procedimento, dá-se “uma arrecadação geral de todos os bens penhoráveis do insolvente para satisfação também da universalidade dos credores”.<sup>49</sup>

Nesse contexto, e com fundamento no fato de que “não se poderia permitir a sujeição efetiva dos bens do devedor a um ou mais credores sem se deixar aos demais credores a faculdade de abrir a relação jurídica processual executiva e nela inserir-se como parte”<sup>50</sup>, busca-se assegurar a “igual participação nos resultados positivos da expropriação judicial e nos

<sup>46</sup> MILARÉ, Édis. O Ministério Público e a Insolvência Civil. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista de Processo, v. 25, p. 97, jan. 1982. p. 3.

<sup>47</sup> PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti; BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Tratado de Direito Privado**: parte especial. São Paulo: RT, 2012. 60 v.; v. 27. p. 91.

<sup>48</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 24.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>50</sup> PONTES DE MIRANDA, op. cit., p. 105.

prejuízos decorrentes do descalabro financeiro do devedor comum”<sup>51</sup>, através da “observância de regras equitativas de distribuição, capazes de evitar que o patrimônio do insolvente seja dilapidado inútil ou nocivamente, com desigualdade e prejuízos à ordem econômica geral”.<sup>52</sup>

Nesse sentido, concorda a doutrina do Reino Unido com o fato de que o procedimento de execução coletiva se justifica porque substitui uma disputa dos credores, na qual, sendo cada um por si, poucos estariam destinados a ganhar, enquanto que a maioria provavelmente nada ganharia.<sup>53</sup>

Apesar de a legislação do Brasil e do Reino Unido convergirem no sentido de almejam proporcionar aos credores da mesma classe um tratamento igualitário, a forma por meio da qual ambos os países procuram fazê-lo é diferente. No que se refere ao regime jurídico da insolvência civil, as legislações de alguns países, entre elas a do Reino Unido, aplicam o instituto da falência indistintamente a comerciantes e não-comerciantes. Outras legislações, como a do Brasil, adotam procedimentos distintos para os comerciantes e para os devedores civis. E, por fim, existem também países que não contam com previsões legislativas acerca da insolvência de não comerciantes, prevendo a falência apenas para os comerciantes.<sup>54</sup>

Porém, em inúmeros ordenamentos, é perceptível a tendência à unificação dos procedimentos relativos à falência civil e comercial.<sup>55</sup> Isso ocorre pelo fato de que, na atualidade, tanto comerciantes quanto não comerciantes fazem uso do crédito e, além disso, as relações de direito civil e de direito comercial estão intimamente relacionadas e impregnadas pelas mesmas necessidades econômicas e pelas mesmas formas jurídicas.<sup>56</sup>

A insolvência, seja civil ou comercial, decorre da impossibilidade de o devedor realizar o pagamento da totalidade de suas dívidas, não havendo diferença substancial entre ambas.<sup>57</sup>

---

<sup>51</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 12.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>53</sup> WALTERS, Adrian. Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**, Journal of Corporate Law Studies, v. 5, n. 1, pp. 65 – 104, abr. 2005. p. 69; MILMAN, David. Personal Insolvency Law And The Challenges of a Dynamic, Enterprise-Driven Economy. **HeinOnline**, Singapore Academy of Law Journal, v. 20, n. 3, p. 438-463. 2008. p. 455.

<sup>54</sup> THEODORO JÚNIOR, op. cit., pp. 36.

<sup>55</sup> MILARÉ, Édís. O Ministério Público e a Insolvência Civil. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista de Processo, v. 25, p. 97, jan. 1982. p. 4. 5; CASTEX FILHO, Carlos. Da Extensibilidade da Fallencia aos Não Comerciantes. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista dos Tribunais, v. 829, p. 741, nov. 2004. p. 7; THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 37.

<sup>56</sup> CASTEX FILHO, Carlos. Da Extensibilidade da Fallencia aos Não Comerciantes. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista dos Tribunais, v. 829, p. 741, nov. 2004. p. 1.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 6.

Dessa forma, “entre a falência e o concurso civil há, sem dúvida, exata identidade de causa e fim, pois ambos se fundem no estado patrimonial deficitário do devedor e ambos têm em vista a realização de todo o patrimônio do devedor para rateio entre todos os credores do insolvente”.<sup>58</sup>

Dada a similitude de ambos os institutos, a unificação de seus procedimentos seria positiva “para o intérprete e o aplicador, sem falar no intercâmbio doutrinário e jurisprudencial que se torna mais rico, por contar com maior casuísmo prático em torno da aplicação de cada preceito”.<sup>59</sup>

A sistemática de nosso concurso civil só teria a lucrar em aperfeiçoamento e eficácia, caso se adotasse o regime falimentar como padrão, ou regulamentação básica, ficando a regulamentação do concurso civil restrita aos aspectos peculiares da liquidação do patrimônio do devedor não-comerciante.<sup>60</sup>

Além disso, embora o legislador brasileiro tenha se preocupado em regulamentar a insolvência civil em nosso CPC e a tenha regulamentado de forma similar à falência, é inegável que inúmeras questões, que foram devidamente esclarecidas na Lei de Falências, acabaram por ser deixadas sem solução na regulamentação da insolvência.<sup>61</sup> Por esse motivo, a jurisprudência acaba por aplicar a Lei de Falências analogicamente aos casos de insolvência civil, para a solução de controvérsias que envolvam, por exemplo, a exclusão de multa moratória<sup>62</sup> ou a incidência de correção monetária.<sup>63</sup>

E ainda em outros aspectos, como por exemplo com relação à extinção das obrigações do falido, os devedores civis e os comerciantes foram deixados em situação extremamente desigual, ficando o Código de Processo Civil muito aquém do propósito de equiparar o devedor

---

<sup>58</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 43.

<sup>59</sup> Ibidem, pp. 43 e 44.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>61</sup> MILARÉ, Édis. O Ministério Público e a Insolvência Civil. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista de Processo, v. 25, p. 97, jan. 1982. p. 1.; THEODORO JÚNIOR, op. cit., p. 41.

<sup>62</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.108.831, Relator: Min. Luiz Fux, 2010.

<sup>63</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 11.217, Relator: Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, 1992.



civil ao comerciante para os efeitos da fruição dos benefícios concedidos pela Lei de Falências.<sup>64</sup>

Por fim, o novo Código de Processo Civil, em seu artigo 1.052, determina que, até a edição de lei específica reguladora da insolvência civil, devem permanecer em vigor as disposições do código de 1973.<sup>65</sup>

Enquanto que, em grande número de ordenamentos jurídicos, a tendência é a unificação dos procedimentos relativos à insolvência de empresas e de pessoas naturais, ou, pelo menos, a uniformização de seus procedimentos, convivemos, no Brasil, com uma Lei de Falências relativamente recente e que foi atualizada em muitos aspectos, e com uma regulamentação relativa à insolvência civil que parou no tempo. O reflexo disso é justamente o contrário daquilo que se buscou com a popularização do crédito, ou seja, os insolventes são retirados do mercado. Sem elementos que permitam a recuperação desses indivíduos, o direito brasileiro não tem como resolver essa situação.

Em uma economia de mercado e diante da democratização do crédito, não se justifica o silêncio do legislador brasileiro diante do tema da insolvência civil. Ainda que a opção legislativa não seja pela unificação dos procedimentos, deve ser dada a devida atenção ao tratamento da matéria. E inúmeros são os aspectos que necessitam de atualização. Dentre eles, destaca-se o critério adotado pelo Brasil para a caracterização da insolvência, pois é adotado o critério deficitário, o qual, em virtude das dificuldades que envolvem sua comprovação, já foi abandonado pela atual Lei de Falências<sup>66</sup> e por grande parte dos ordenamentos estrangeiros.<sup>67</sup>

### 3.3 Critério para a Caracterização da Insolvência

O termo insolvência não possui um significado único. Para um melhor entendimento do tema, é importante diferenciar ao menos três possíveis significados da expressão.

---

<sup>64</sup> REQUIAO, Rubens. **Curso de direito falimentar**. São Paulo: Saraiva, 1975, v.1. p. 33; THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 433.

<sup>65</sup> BRASIL. Lei n. 13.105, de 06 de março de 2015. **Planalto**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em 08 mai. 2015.

<sup>66</sup> GONÇALVES NETO, Alfredo Assis. O Regime Jurídico da Insolvência. **Revista dos Tribunais Online**, Revista de Processo, v. 67, p. 62, jul. 1992. p. 5.

<sup>67</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 51.

Primeiramente, a insolvência pode significar um efetivo estado patrimonial deficitário, em que o ativo é menor do que o passivo. Um segundo significado relaciona-se à falta de liquidez dos ativos, mesmo em casos em que o passivo não excede o ativo. E um terceiro possível significado ocorreria em casos em que, sendo o ativo maior do que o passivo, os custos relativos à realização do ativo e à administração do patrimônio da insolvência acabariam por tornar o passivo superior ao ativo.<sup>68</sup>

As consequências jurídicas podem ser diferentes conforme o tipo de insolvência verificado em cada caso. Com o intuito de evitar a ambiguidade da expressão, Pontes de Miranda distinguia os termos insolvabilidade e insolvência. Entendia a insolvência como uma situação em que o ativo era maior do que o passivo, faltando apenas disponibilidades para a satisfação dos credores, ou seja, a impossibilidade de satisfazer as dívidas, nesse caso, estaria relacionada a uma situação ocasional, como por exemplo a falta de liquidez. O estado econômico em que o ativo é menor do que o passivo era chamado por Pontes de insolvabilidade.<sup>69</sup>

A ambiguidade da expressão “insolvência” dificilmente seria superada. Não seria impossível se sempre se empregassem “insolvente” e “insolvência” para os casos de inadimplemento, e “insolvável” e “insolvabilidade” para os estados de inaptação econômica à solução da dívida.<sup>70</sup>

A nomenclatura proposta por Pontes não foi, contudo, adotada, permanecendo mais de um sentido possível relativamente à expressão.

Nosso CPC, em seu artigo 748, diz “ocorrer a insolvência toda vez que as dívidas excederem a importância dos bens do devedor”<sup>71</sup>. Assim sendo, “do critério adotado pela lei se infere, outrossim, que a cessação de pagamentos, e o simples inadimplemento de obrigação no

---

<sup>68</sup> SEALY, Len. S.; HOOLEY, Richard. J. A. **Commercial Law: Texts, Cases and Materials**. 4th ed. New York, NY: Oxford University Press, 2009, p. 1.212.

<sup>69</sup> PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários ao código de processo civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1976. 620 p., v.11. p. 204.

<sup>70</sup> PONTES DE MIRANDA, op. cit., p. 204.

<sup>71</sup> BRASIL. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. **Planalto**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869.htm)>. Acesso em 09 fev. 2015.

seu termo, não preenchem o suporte do artigo 748”.<sup>72</sup> “Indispensável se mostra que, em determinado momento histórico, o passivo realmente exceda o ativo.”<sup>73</sup>

Com relação ao critério adotado para a caracterização da insolvência:

Diante do maior ou menor rigor que se reclama para a comprovação da insolvência, os sistemas legislativos podem ser agrupados da seguinte maneira: a) sistema do efetivo estado patrimonial deficitário; b) sistema de cessação de pagamentos; c) sistema de impontualidade; d) sistema de presunção em face de atos enumerados em lei.<sup>74</sup>

Nosso sistema adotou como critério para a decretação da insolvência civil, conforme já exposto, o critério deficitário (art. 748 do CPC) e, de forma excepcional, o presuntivo (art. 750 do CPC). Nossa atual Lei de Falências já abandonou o critério deficitário, sendo a insolvência presumida com base, fundamentalmente, no critério da impontualidade.<sup>75</sup>

Também o Reino Unido não adota o critério deficitário. O *Insolvency Act 1986*, ao tratar do procedimento para a decretação de insolvência iniciado pelo credor, deixa claro que o devedor deve parecer impossibilitado de pagar a dívida ou que não deve haver uma possibilidade razoável de que ele possa pagá-la.<sup>76</sup>

A adoção do critério deficitário pela legislação brasileira dificulta sobremaneira a produção de provas e gera um grande risco de sucumbência ao credor, pois, quando este propõe a ação, na grande maioria das vezes, não detém um conhecimento completo e aprofundado acerca da totalidade dos bens do devedor para concluir sobre a sua insolvência ou não.<sup>77</sup>

A grande dificuldade para a produção da prova retarda excessivamente a prolação da sentença declaratória de insolvência. E, considerando-se que a decretação da insolvência é apenas o primeiro passo, que deverá se somar a toda a fase executiva, bem como ao fato de que o devedor continuará ainda obrigado pelo prazo de 5 anos caso não seja possível o pagamento

<sup>72</sup> ROCHA apud ASSIS, Araken de. **Manual da execução**. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 939.

<sup>73</sup> ASSIS, Araken de. **Manual da execução**. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 939.

<sup>74</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 47.

<sup>75</sup> GONÇALVES NETO, Alfredo Assis. O Regime Jurídico da Insolvência. **Revista dos Tribunais Online**, Revista de Processo, v. 67, p. 62, jul. 1992. p. 5.

<sup>76</sup> Insolvency Act 1986 s 267 (1) (c)

<sup>77</sup> ASSIS, Aldimar de. Insolvência Civil. **Revista dos Tribunais Online**, Revista dos Tribunais, v. 787, p. 751, Mai. 2001. p. 3.

integral dos credores, é possível concluir que o processo de insolvência tende a se eternizar na justiça, necessitando-se de muitos anos para que o devedor possa voltar a adquirir patrimônio e seja, portanto, reinserido no mercado.

No direito inglês, percebe-se exatamente o oposto, pois a extinção das dívidas e a recolocação do indivíduo no mercado são ideias centrais na *Bankruptcy*, e, mesmo em caso de insolvência considerada fraudulenta, quando podem ocorrer restrições adicionais ao devedor, a extinção das obrigações ocorre no período de um ano.<sup>78</sup> Parte-se do pressuposto que a recolocação dos indivíduos no mercado interessa à coletividade, à economia como um todo<sup>79</sup>, e é mais importante do que o pagamento dos credores especificamente envolvidos no caso em particular.

A caracterização da insolvência como um estado patrimonial no qual o ativo é menor do que o passivo não é, portanto, um critério adequado, pois contribui em muito para a morosidade do processo e para a falta de funcionalidade do instituto, bem como para a confusão jurisprudencial acerca da decretação ou não da insolvência. Isso pode ser ilustrado por uma decisão de 2011, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal,<sup>80</sup> na qual, sob o fundamento de tratar-se a insolvência civil de “medida extrema”, cuja “decretação deve se cercada de extremo cuidado e demonstração inequívoca da incapacidade do indivíduo de solver suas dívidas”, não foi decretada a insolvência civil da devedora. O débito totalizava R\$ 9 160,72 e a credora encontrou, entre os bens da devedora, apenas uma participação societária no valor de R\$ 4900,00. Destaque-se que a credora fez prova de que a devedora não possuía veículo em seu nome, não tinha valores na rede bancária que fossem passíveis de penhora, e de que suas declarações de renda indicavam a inexistência de bens em seu nome. A devedora, tendo sido citada e intimada, não atendeu ao apelo judicial. Contudo, não lhe foram aplicados os efeitos da revelia. Pelo contrário, destacou-se no julgamento que a credora não havia esgotado os meios de prova, não tendo realizado, por exemplo, a busca via RENAJUD, nem expedido mandado de penhora acerca dos bens que guarnecem a residência da devedora. A decisão, portanto, manteve a sentença de primeiro grau e negou a decretação de insolvência. O próprio Tribunal

---

<sup>78</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A ‘Fresh Start’ for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, v.18, n. 1, pp. 5-36, 2009. p. 14. Published on line in Wiley InterScience.

<sup>79</sup> Idem, Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**, Journal of Corporate Law Studies, v. 5, n. 1, pp. 65 – 104, abr. 2005. pp. 71.

<sup>80</sup> DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça. ApCiv. 559.328, Relator: Des. Waldir Leôncio C. Lopes Júnior, 2011.

de Justiça do Distrito Federal, em 2012, contudo, decidiu de forma diferente<sup>81</sup>, enfatizando que cabe ao credor apenas a instrução do pedido de insolvência com o título executivo, incumbindo ao devedor impugnar a ação fazendo prova de sua solvabilidade. Também o Superior Tribunal de Justiça já decidiu nesse sentido.<sup>82</sup> Nesse caso, tanto a decisão monocrática quanto a proferida pelo Tribunal não haviam decretado a insolvência pelo fato de o credor não tê-la provado. Determinando ser o devedor o responsável pela prova de sua solvência, os autos foram novamente remetidos novamente ao primeiro grau, para o julgamento do mérito. Com base nesses exemplos, é possível verificar a inadequação do critério adotado no Brasil, sendo consequência desta inadequação a possibilidade de se passarem anos antes do início da fase executória, o que em muito contribui para a demora para que se dê a extinção das obrigações do devedor.

Nesse aspecto, as legislações inglesa e brasileira colidem frontalmente, pois enquanto o Reino Unido possibilita uma extinção automática das obrigações após um ano da decretação da insolvência,<sup>83</sup> no Brasil, além do fato de a extinção não se dar de forma automática, exige-se que o devedor passe por uma longa fase cognitiva, somada a toda a fase executiva e somando-se, ainda, o prazo de 5 anos em caso de não ter sido possível o pagamento integral das dívidas.<sup>84</sup>

### 3.4 Extinção das Obrigações do Insolvente

No Brasil, é necessária uma sentença de encerramento do processo de insolvência, e seu trânsito em julgado constitui o marco inicial do prazo legal para a extinção das obrigações do insolvente. Pois o devedor só poderá requerê-la ao juiz cinco anos após essa data.<sup>85</sup>

O juiz deve então mandar publicar edital, com prazo de trinta dias para impugnação por parte dos credores. Verifica-se, assim, a possível ocorrência de “mais um processo de

<sup>81</sup> DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça. ApCiv. 572.463, Relator: Des. Lecir Manoel da Luz, 2012.

<sup>82</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 488.439, Relator: Min. Fernando Gonçalves, 2003; BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 488.432, Relator: Min. Raul Araújo, 2012.

<sup>83</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A ‘Fresh Start’ for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, v. 18, n.1, pp. 5-36, 2009. p. 14. Published on line in Wiley InterScience.

<sup>84</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 437.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 437.

conhecimento, incidental no processo da execução coletiva, quando se suscite o procedimento de encerramento”.<sup>86</sup>

Conforme o artigo 782 do CPC, apenas após esse procedimento é que o juiz, em caso de procedência do pedido de extinção das obrigações, sentenciará declarando o devedor habilitado a prática de todos os atos da vida civil. E esta sentença deverá também ser publicada em edital.<sup>87</sup>

Além do efeito de liberar o devedor da responsabilidade pelos saldos acaso existentes, essa sentença também faz com que o devedor recupere o direito de administrar seus bens e deles dispor.<sup>88</sup> Cabe contra ela o recurso de apelação, no prazo de 15 dias.<sup>89</sup>

Pelo acima exposto, pode-se perceber que o caminho a ser percorrido pelo devedor no sentido de recuperar sua capacidade de adquirir patrimônio é longo, perpassando uma longa fase de cognição para a comprovação de sua insolvência, uma fase executiva, e a contar do encerramento do processo, o decurso do período de cinco anos. E, mesmo após esse período, sua liberação não se dará de forma automática, devendo ele requerê-la ao juiz, caso em que, havendo impugnações, poderá enfrentar uma nova fase cognitiva incidental e, após nova sentença publicada em edital é que estará novamente apto à prática de todos os atos da vida civil.

Podem ainda ser encontradas dificuldades adicionais, pois não é incomum que, em pedidos de insolvência iniciados por credores ou em pedidos de autoinsolvência, estes venham a ser considerados improcedentes, alegando-se, por exemplo, que é inadmissível a declaração judicial em virtude da inexistência de bens penhoráveis no patrimônio do devedor. Em 1987, a Segunda Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo se manifestou sobre o assunto, devendo ser destacado o voto do então desembargador César Peluso, no sentido de que a inexistência de bens não é motivo para obstar a declaração da situação de insolvência, e nem mesmo a admissibilidade da execução, ficando esta simplesmente suspensa. O magistrado rebateu ainda o argumento fundamental, no sentido de que a referida declaração seria inútil, pois destacou que ela “atende a preciso e irrecusável efeito jurídico, congênito ao instituto da insolvência civil e cuja substância inovadora está em nivelar ao comerciante o devedor civil insolvente

---

<sup>86</sup> NEVES, Celso. **Comentários ao código de processo civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1974. 10v. ; v.7. p. 307.

<sup>87</sup> BRASIL. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. **Planalto**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869.htm)>. Acesso em 09 fev. 2015.

<sup>88</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 442.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 447.

concedendo a este o mesmo prazo privilegiado para a extinção de suas obrigações”.<sup>90</sup> Em 1995, novamente a Segunda Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo enfatizou que, impedindo-se o ajuizamento da ação, estar-se-ia privando, tanto o devedor, como os credores de relevantes efeitos jurídicos advindos da declaração de insolvência, como por exemplo o vencimento antecipado das dívidas e o alcance da extinção das obrigações.<sup>91</sup> Em 1998, a Quarta Turma do STJ manifestou-se sobre o assunto, também no sentido de que a inexistência de bens arrecadáveis impõe apenas a suspensão da ação.<sup>92</sup> Ainda assim, mesmo em anos posteriores podem ser encontrados julgados que, em segundo grau, autorizam o prosseguimento da ação em face da decisão proferida em primeiro grau, no sentido do não reconhecimento da insolvência por não haverem bens penhoráveis.<sup>93</sup>

Diferentemente do que ocorre em caso de devedores não comerciantes, a lei brasileira de falências, em seu art. 58, II, possibilita a extinção das obrigações do devedor pelo pagamento de mais de 50% dos créditos quirografários, após a realização do ativo.<sup>94</sup> E, nesse sentido, o devedor comerciante está em posição privilegiada, quando comparado ao civil.

Também quando comparada à legislação inglesa, a legislação brasileira deixa o devedor civil em enorme desvantagem, pois, no Reino Unido o prazo para a extinção das obrigações é de apenas um ano<sup>95</sup>, contado da decretação e, findo o qual, a liberação do devedor ocorre de forma automática e independentemente da continuidade da administração do patrimônio da insolvência e da realização de pagamentos aos credores<sup>96</sup>. No Brasil, como vimos, é necessário que se aguarde a tramitação de todo o processo – o que pode levar anos - e, após a finalização da execução, este permanecerá ainda suspenso por um período de mais 5 anos, para que então o devedor possa requerer sua liberação, arriscando-se a enfrentar uma nova fase cognitiva em caso de haver impugnação a seu requerimento.

O empreendedorismo é importante para o desenvolvimento de qualquer nação. Dessa forma, essa diferença de prazo, além de pouco influenciar no retorno que será dado aos credores,

---

<sup>90</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação n. 69.197-1, Relator: Des. Silva Ferreira, 1986.

<sup>91</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação n. 219.303-1/9, Relator: Des. José Roberto Bedran, 1995.

<sup>92</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 78.966, Relator: Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, 1998.

<sup>93</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação n. 372.985-4/8-00, Relator: Des. Silvério Ribeiro, 2005; RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação n. 70022376180, Relator: Des. Paulo Augusto Monte Lopes, 2008.

<sup>94</sup> BRASIL. Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Art. 129. **Planalto**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm)>. Acesso em 13 fev. 2015.

<sup>95</sup> Insolvency Act 1986 s 279 (1)

<sup>96</sup> WALTERS, Adrian. Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**. Journal of Corporate Law Studies. Vol. 5. Part 1, pp. 65 – 104. Abr. 2005. p.76.

em muito prejudica a economia do país, porque inúmeros indivíduos, além de perderem a capacidade de dispor e de administrar seus bens por longos anos, ficam retirados do mercado e com pouco ou nenhum estímulo para empreender, na maioria das vezes, inclusive, sem condição alguma de realizar qualquer atividade empreendedora, ou pelo menos não de forma legalizada.

Nenhum homem pratico [sic], contará, para o reembolso do capital, com os recursos que futuramente adquirirá o devedor insolvente [sic], desmoralizado pela idéia [sic] de que só trabalhará dahi [sic] em diante para os credores.

Que se póde [sic], com effeito [sic], exigir da actividade [sic] de um indivíduo que sabe não poder conservar o que adquirir? Morbidas [sic], disse Rescher, são as condições do Estado em que ás [sic] pessoas capazes de corpo, de intelligência [sic] e de moral, é impossível [sic] adquirir a propriedade. E' [sic] desconhecer a natureza humana acreditar e esperar que um homem, impedido de adquirir para si e para os seus, possa representar uma força productora utilisável [sic]. Quanto maior fôr [sic] a ruina do devedor, menos capaz será de oferecer [sic] aos credores uma esperança longínqua de pagamento.

.....  
Inutiliza-se um homem para a sociedade e para a família, mas o rigor do direito nenhuma ou muito pequena vantagem dá aos credores. Ou o insolvente [sic] deixa-se ficar desanimado, agenciando a vida parasitariamente, condenado [sic] a nada possuir que desperte a cobiça dos credores, ou recorre á [sic] fraude, aos contractos [sic] simulados, á occultação [sic] de bens, aos artificios [sic] que o dolo engendra.<sup>97</sup>

Dessa forma, a demora excessiva para a extinção das obrigações prejudica ao insolvente, impedindo-o de voltar a adquirir patrimônio, e também a toda a coletividade, porque inúmeros indivíduos deixam de consumir e de empreender, ao mesmo tempo em que é pouco provável que o retorno a ser dado aos credores aumente de forma significativa.

É importante que se busque garantir o retorno aos credores através da entrega do patrimônio do devedor ao administrador da insolvência e da conversão dos ativos e distribuição dos valores de forma efetiva. Quanto ao prazo para extinção das obrigações, contudo, seria

---

<sup>97</sup> CASTEX FILHO, Carlos. Da Extensibilidade da Fallencia aos Não Commerçiantes. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista dos Tribunais, v. 829, p. 741, nov. 2004. pp. 4 e 5.



oportuno que fosse reduzido, pelo menos para beneficiar os devedores cuja conduta não demonstre que tenham agido de forma negligente ou desonesta.

### 3.4.1 Conduta do Devedor

A doutrina europeia diferencia o superendividamento passivo do ativo. No primeiro, o devedor é surpreendido por uma situação inesperada, como por exemplo uma doença, não contribuindo ativamente para a ocorrência de insolvência. Já no segundo, ocorre um abuso do crédito por parte do devedor, tornando-se as dívidas impagáveis, mesmo sem que nenhum imprevisto tenha ocorrido.<sup>98</sup>

Nesse aspecto, diferentemente do que faz a Lei de Falências em seu art. 158, III e IV, a legislação brasileira relativa à insolvência em nada modifica o tempo necessário para a extinção das obrigações em virtude da conduta do devedor.

A boa ou má-fé do devedor, como causa de sua ruína econômica, não entrou na linha de cogitação do legislador, ao regular o instituto da extinção das dívidas pelo decurso de tempo. Por isso, o fato de ter sido a insolvência fraudulenta, e mesmo o de ter sido o devedor condenado criminalmente pela fraude não são, para o Código, circunstâncias obstativas ou modificativas da extinção das obrigações do insolvente.<sup>99</sup>

Há, assim, uma semelhança entre o direito inglês e o brasileiro. Em ambos, o prazo para a extinção das obrigações não se modifica, independentemente da conduta do devedor. A legislação brasileira, contudo, apenas cogita da culpa do devedor no art. 785 do CPC, quando trata da possibilidade de arbitramento de pensão ao insolvente. “Nossa insolvência é apenas uma execução coletiva, sem atentar para os fatos da vida do consumidor desfavorecido, para o

---

<sup>98</sup> MARQUES, Maria Manuel Leitão et al. apud MARQUES, Cláudia Lima. Algumas Perguntas e Respostas sobre Prevenção e Tratamento do Superendividamento dos Consumidores Pessoas Físicas. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista de Direito do Consumidor, v. 75, p. 9, jul. 2010; Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor, v. 2, p. 563, abr. 2011. p. 5.

<sup>99</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 439.

juízo especial que permita tratamento diferenciado quando o superendividamento se dever a uma atitude de boa ou má-fé.”<sup>100</sup>

No Reino Unido, porém, a conduta do devedor é analisada, não para modificar o prazo de extinção das obrigações, mas para verificar o cabimento da imposição de restrições adicionais, que perduram após a liberação do devedor e constituem a principal sanção disponível contra os devedores que tenham atuado de forma abusiva.<sup>101</sup>

Além disso, o *official receiver* tem deveres de investigação da conduta do devedor, inclusive em período anterior ao pedido de decretação da insolvência.<sup>102</sup> Existe, assim, algo semelhante ao que ocorre na legislação brasileira relativa à falência empresarial, ou seja, a consideração de um período, anterior à decretação da falência, como suspeito, para fins de ineficácia de determinados atos praticados.<sup>103</sup> No *Insolvency Act 1986*, Seções 341 e 342, esse período é chamado de *relevant time* e pode abranger até cinco anos anteriores à apresentação do pedido de insolvência.<sup>104</sup>

Dessa forma, o direito inglês, ao regular a insolvência, analisa a conduta do devedor de forma mais ampla do que o faz o direito brasileiro e essa análise traz consequências no sentido de impor restrições adicionais à sua conduta, bem como no sentido de ocasionar a ineficácia de determinados atos por ele praticados.

A legislação do Reino Unido busca reconhecer que nem todos os casos de insolvência resultam de má-administração ou de irresponsabilidade do devedor, e, por meio da diferenciação entre devedores culpáveis e não-culpáveis, busca reduzir o estigma com relação aos segundos.<sup>105</sup>

Isso é benéfico para a economia, pois o estigma sobre os devedores pode desestimulá-los a enfrentar riscos ligados ao empreendedorismo e impossibilitar seu recomeço.<sup>106</sup> Por esse motivo, a legislação brasileira deveria também tratar de modo diferenciado os devedores,

---

<sup>100</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Crédito ao Consumidor e Superendividamento: Uma Problemática Geral. **Revista dos Tribunais Online**, Revista de Direito do Consumidor, v. 17, p. 57, jan. 1996; Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor, v. 2, p. 737, abr. 2011. p. 5.

<sup>101</sup> WALTERS, Adrian. Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**, Journal of Corporate Law Studies, v. 5, n. 1, pp. 65 – 104, abr. 2005. pp. 84.

<sup>102</sup> Insolvency Act 1986 s 289 (1) (a)

<sup>103</sup> BRASIL. Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Art. 129. **Planalto**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm)>. Acesso em 13 fev. 2015.

<sup>104</sup> Insolvency Act 1986 ss. 341 e 342.

<sup>105</sup> WALTERS, op. cit., p. 83.

<sup>106</sup> WALTERS, op. cit., p. 83.

conforme tenham ou não contribuído para seu estado de insolvência e, nesse aspecto, o Projeto de Lei sobre o superendividamento de consumidores avança, ao excluir das disposições de seu Capítulo VII, que trata da prevenção e do tratamento ao superendividamento, o “consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé ou oriundas de contratos celebrados dolosamente com o propósito de não realizar o pagamento”.<sup>107</sup>

Porém, a análise da conduta do devedor merece também avançar na legislação relativa à insolvência civil, para que os devedores que não tenham agido fraudulenta ou negligentemente obtenham tratamento diferenciado, sendo que esta mudança, se combinada com a conversão dos ativos e distribuição dos valores arrecadados de forma eficiente, além de não resultar em significativo prejuízo aos credores, beneficiaria a toda a sociedade.

### 3.4.2 Entrega do Patrimônio

No Reino Unido, a decretação da insolvência acarreta a imediata e automática transferência da propriedade dos bens do devedor ao *trustee*.<sup>108</sup> Conforme já analisado, apenas os bens necessários às necessidades domésticas básicas ou ao exercício profissional do devedor permanecem em sua propriedade,<sup>109</sup> e ainda, com relação a essa parcela não transferida do patrimônio, pode haver sua requisição por parte do *trustee*, se este constatar que seria benéfica a sua conversão em dinheiro e substituição por um bem equivalente.<sup>110</sup> Embora existam disposições legais no sentido de proteger a moradia do devedor e de sua família, especialmente em se tratando de um imóvel de pequeno valor,<sup>111</sup> propriedades cujo valor exceda a mil libras podem ser vendidas como forma de assegurar o pagamento aos credores.<sup>112</sup> Também a parte excedente da renda do devedor pode ser utilizada, o que se dá através de uma ordem emitida

<sup>107</sup> BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n. 283/12**. Parecer do relator Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Brasília, DF, 26 mar. 2014. 116f. p. 59.

<sup>108</sup> Insolvency Act 1986 s 306.

<sup>109</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A ‘Fresh Start’ for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, v.18, n. 1, pp. 5-36, 2009. p. 15. Published on line in Wiley InterScience.

<sup>110</sup> Insolvency Act 1986 s 308 (1) e (3).

<sup>111</sup> Insolvency Act 1986 s 313 A

<sup>112</sup> THE INSOLVENCY SERVICE. **What will happen to my home? Information about your home when bankruptcy occurs**. p. 3. Disponível em <<http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+http://www.insolvency.gov.uk/pdfs/guidanceleaflets/pdf/home.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2014.

pela corte (*income payments order*) ou de um acordo vinculante ao qual o devedor tenha aderido (*income payments agreement*).<sup>113</sup>

Percebe-se, portanto, que, decretada a insolvência do devedor, embora não se pretenda reduzi-lo à penúria ou à indignidade,<sup>114</sup> o sistema legal inglês confere ao *trustee* amplos poderes no sentido de proceder à venda do patrimônio e ao pagamento dos credores de forma rápida e eficaz.

No Brasil, contudo, ocorre a arrecadação, que não consiste na “transferência da propriedade dos bens arrecadados, ficando o devedor apenas afastado dos direitos de administração e de disposição de seus bens, permanecendo, entretanto, na titularidade dos créditos e de outros direitos que acaso possua”.<sup>115</sup> Ou seja, no Brasil, a propriedade dos bens não é transferida ao administrador da massa.

Também não é intenção do legislador brasileiro reduzir o insolvente ou sua família à penúria ou à indignidade. Existem, pois, também no Brasil, limites à arrecadação dos bens. A universalidade do patrimônio é, desse modo, relativa. “Atinge todo o patrimônio do insolvente. Mas todo o patrimônio exequível, apenas.”<sup>116</sup> Dessa forma, os bens elencados no artigo 649 do CPC, considerados absolutamente impenhoráveis, e o bem de família, conforme regulado pela Lei 8.009/90, desde que não se aplique nenhuma das exceções à impenhorabilidade elencadas em seus artigos 2º e 3º, não podem ser arrecadados.

Com relação a esses bens, insuscetíveis de integrarem o patrimônio da insolvência, deve-se ressaltar que, no Brasil, por força do disposto no CPC, art. 649, IV, “o rendimento do trabalho pessoal do devedor, qualquer que seja ele, não será arrecadado para a massa”.<sup>117</sup> Não havendo também nenhuma restrição quanto ao valor do imóvel a ser considerado como bem de família.<sup>118</sup>

<sup>113</sup> Insolvency Act 1986 s 310 e s 310 A.

<sup>114</sup> WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A ‘Fresh Start’ for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, v.18, n. 1, pp. 5-36, 2009. p. 15. Published on line in Wiley InterScience.

<sup>115</sup> TAVARES JUNIOR, Homero Francisco. Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente: As Interfaces De Um Procedimento Comumente Esquecido Pelos Operadores Do Direito. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista de Processo, v. 120, p. 9, fev. 2005. p. 10.

<sup>116</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 228.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 241.

<sup>118</sup> BRASIL. Lei n. 8009, de 29 de março de 1990. **Planalto**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18009.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18009.htm)>. Acesso em 08 mai. 2015.

Com o projeto de Lei 11.382, de 06 de dezembro de 2006, buscava-se alterar essa situação, através da inclusão do § 3º ao artigo 649 e do parágrafo único ao artigo 650, ambos do CPC. As alterações visavam tornar “penhorável até 40% (quarenta por cento) do total recebido mensalmente acima de 20 (vinte) salários mínimos, calculados após efetuados os descontos de imposto de renda retido na fonte, contribuição previdenciária oficial e outros descontos compulsórios”.<sup>119</sup> Também o bem de família se tornaria passível de penhora quando seu valor ultrapassasse mil salários mínimos, “caso em que, apurado o valor em dinheiro, a quantia até aquele limite será [seria] entregue ao executado, sob cláusula de impenhorabilidade”.<sup>120</sup>

Porém, ambos os dispositivos foram vetados, sob o argumento de que eram contrários à tradição jurídica brasileira, no sentido “da impenhorabilidade, absoluta e ilimitada, da remuneração” e da impenhorabilidade do bem de família, independentemente de seu valor.<sup>121</sup>

Pensando-se, contudo, menos na tradição jurídica brasileira, e mais na finalidade dos institutos, é difícil justificar tal veto. “Não seria exatamente o momento de abandonar tradição que não mais se justifica, tradição em desarmonia com os mais variados sistemas jurídicos e em desacordo até com a tutela preconizada para o salário pela própria Organização Internacional do Trabalho?”<sup>122</sup>

A Argentina, por exemplo, ao regular o bem de família, estende a proteção ao “montante em que este não exceda às necessidades de sustento e de vida da própria família”.<sup>123</sup> E a Convenção 95 da Organização Internacional do Trabalho não declara a impenhorabilidade absoluta do salário, mas apenas “na medida julgada necessária para assegurar a manutenção do trabalhador e de sua família”.<sup>124</sup>

---

<sup>119</sup> BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Mensagem 1.047, de 06 de dezembro de 2006. **Planalto**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Msg/Vep/VEP-1047-06.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Msg/Vep/VEP-1047-06.htm)>. Acesso em 23 fev. 2015.

<sup>120</sup> Ibidem.

<sup>121</sup> Ibidem.

<sup>122</sup> MALLETT, Estevão. Anotações à Lei Nº 11.382, de 6 de Dezembro de 2006. **Acervo Digital TRT4**, Revista TST, Brasília, v. 73, n.1, pp. 66-87, jan./mar. 2007. pp. 79 e 80.

<sup>123</sup> CACHAPUZ, Maria Cláudia. Bem De Família: Uma Análise Contemporânea. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista dos Tribunais, v. 770, p. 23, dez. 1999. p. 4.

<sup>124</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenções ratificadas. **Convenção 95, de 1949**. Convenção sobre proteção do salário. Disponível em <<http://www.oit.org.br/node/463>>. Acesso em 23 fev. 2015.

Assim, embora o salário e a moradia sejam protegidos constitucionalmente, em razão do princípio da dignidade humana, a proclamação de sua impenhorabilidade total e absoluta dificilmente se justifica e se “harmoniza com a ordem de valores posta pela Constituição”.<sup>125</sup>

Além da observação de valores constitucionais fundamentais – como o de dignidade do homem –, princípios de razoabilidade e temperamento jurídico se tornam essenciais para avaliar a extensão da tutela jurídica devida ao patrimônio familiar de um devedor civil.

.....

Ou seja, na análise da natureza do instituto protetivo oferecido pela Lei, suas razões de existir e fundamentos para uma manutenção da proteção. [...] a proteção ao patrimônio familiar contra uma alienação forçada permanece justificável na medida em que garantir este patrimônio o sustento da família, conferindo-lhe dignidade de moradia e bem-estar. Do contrário, sendo hipótese para que se reconheça um endividamento injustificável por parte do devedor, não há como defender que se mantenha a este uma proteção patrimonial que lhe permita, via transversa, um enriquecimento ilícito.<sup>126</sup>

Não é defensável, portanto, que o devedor seja privado de sua dignidade, mas que a busca pela preservação dessa dignidade não seja utilizada indevidamente e como forma de fraudar a execução. Vale, nesse ponto, relembrar o ensinamento britânico, com a política do *can pay, should pay*.<sup>127</sup> Ou seja, aqueles que podem, devem pagar seus débitos.

Nesse sentido, é claramente perceptível a diferença na forma pela qual a jurisprudência britânica e a brasileira lidam com a questão da impenhorabilidade do bem de família. O STJ, em 2010, ao desconstituir a penhora sobre parte da área de dois imóveis de diferentes proprietários, sendo um deles de 795 m<sup>2</sup> e o outro de 319 m<sup>2</sup>, reafirmou que a proteção é dada ao bem de família, ainda que este seja luxuoso ou de alto padrão.<sup>128</sup> Reconhece ainda o STJ que “a Lei 8.009/90 merece interpretação ampliativa, conferindo proteção não apenas ao ‘imóvel do casal’, mas à entidade familiar como um todo, protegendo e conferindo legitimidade a todos aqueles que residam no imóvel e que sejam integrantes da entidade familiar para se insurgir contra a sua penhora”.<sup>129</sup> Nessa linha de raciocínio, reconheceu a uma menor, filha e irmã das devedoras, legitimidade para opor embargos de terceiro contra penhora de bem imóvel no qual

<sup>125</sup> MALLET, Estevão. Anotações à Lei Nº 11.382, de 6 de Dezembro de 2006. **Acervo Digital TRT4**, Revista TST, Brasília, v. 73, n.1, pp. 66-87, jan./mar. 2007. p. 80.

<sup>126</sup> CACHAPUZ, op. cit. p. 12.

<sup>127</sup> WALTERS, Adrian. Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**, Journal of Corporate Law Studies, v. 5, n. 1, pp. 65 – 104, abr. 2005. p. 80.

<sup>128</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 1178469, Relator: Min. Massami Uyeda, 2010.

<sup>129</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 345.933, Relator: Min. Nancy Andrigli, 2002.

as três – mãe e duas filhas – residiam. Essa legitimidade foi reconhecida ainda que preservada a quota parte da menor, devido ao fato de que a proteção se estende a inteireza do bem.<sup>130</sup> Nessa mesma linha, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reconheceu a impenhorabilidade do imóvel em que residiam a ex-mulher e a filha do executado, sendo que a separação do casal não descaracterizava o imóvel como bem de família. Optou o Tribunal por proteger o bem inteiro, e não apenas a meação da mulher, considerando “desnecessário perquirir se o acordo de partilha que destinou o imóvel integralmente à embargante foi devidamente registrado na circunscrição imobiliária respectiva”.<sup>131</sup>

Conforme já explicitado anteriormente, no direito inglês a proteção não é tão ampla e o *beneficial interest*<sup>132</sup> do devedor relativamente ao imóvel de sua residência é entregue ao *trustee*. Trata-se o *beneficial interest* de uma espécie de quota parte da propriedade. Na verdade, é um interesse no produto da venda da propriedade e difere do título de domínio que é tido pelo proprietário. Sendo o devedor o único dono, o *beneficial interest* corresponde ao valor total da propriedade, havendo mais de um proprietário, o *beneficial interest* é normalmente dividido entre eles em frações iguais. De qualquer forma, a parte que corresponde ao devedor será utilizada para o pagamento dos credores. Por esse motivo o IVA é muito utilizado na tentativa de o devedor proteger a casa que é utilizada como sua moradia. Ainda assim, mesmo no IVA a casa pode ter de ser entregue. Em *Re Bremner*,<sup>133</sup> foi julgado o pedido do *trustee* relativamente a insolvência de *Mr. Bremner*, sendo que o pedido consistia em uma declaração judicial de que a casa utilizada para a sua moradia era de sua inteira propriedade, uma ordem autorizando a sua venda, bem como uma ordem pondo fim a qualquer direito de ocupação da casa por parte de sua esposa. Em 1992, *Mr. Bremner* havia proposto um IVA e, sendo o imóvel o seu único bem substancial, a proposta consistia em vendê-lo dentro de um ano, para que então o valor fosse repassado aos credores. Não tendo *Mr. Bremner* se dedicado à venda do imóvel, os credores não haviam ainda recebido praticamente nada. Contudo, a decisão de 1998 relata que ele estava com 79 anos e gravemente doente, com uma expectativa de vida de não mais de seis meses e que evidências médicas sugeriam que o estresse associado à perda da casa reduziria claramente a expectativa de vida inicialmente prevista e que provavelmente o levaria a um ataque cardíaco ou acidente vascular cerebral fatal. *Mrs. Bremner*, sua esposa de 74 anos, era sua única

<sup>130</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 245.291, Relator: Min. Aldir Passarinho Júnior, 2001.

<sup>131</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Ap. s/ Rev. 252.938-5/2-00, Relator: Des. Edson Ferreira da Silva, 2007.

<sup>132</sup> THE INSOLVENCY SERVICE. **What will happen to my home? Information about your home when bankruptcy occurs.** Disponível em <<http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+http://www.insolvency.gov.uk/pdfs/guidanceleaflets/pdf/home.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2014.

<sup>133</sup> Re Bremner, Chancery Division (unreported, 16th July 1998).

cuidadora. Ainda assim, o julgador levou em consideração que o fato de os credores, até então, terem sido privados do recebimento dos créditos se devia, em grande parte, à inércia de *Mr. Bremner* e concedeu a ordem para a venda da propriedade, mas isso deveria ser feito apenas três meses após a sua morte, sendo que sua esposa deveria seguir as instruções do *trustee* e colaborar com a venda. O juiz ainda deixou claro que não teria necessariamente tomado essa decisão se *Mr. Bremner* fosse jovem ou menos doente, ou se sua expectativa de vida fosse maior do que aparenta ser.

Essa decisão, no sistema jurídico brasileiro, é inimaginável e não se está aqui a defender que seja adotada essa mesma lógica no Brasil. A proteção à moradia é um valor caro a nosso ordenamento e por isso mesmo constitucionalmente consagrado.<sup>134</sup> O que se busca frisar é que a legislação brasileira procura, por um lado, proteger o devedor evitando a entrega de seu patrimônio, muitas vezes em níveis que ultrapassam a proteção de sua dignidade humana. Mas, de outro lado, o mantém cativo por anos, negando-lhe o *fresh start* que é tão prezado pelos britânicos. Aos credores interessa o pagamento dos débitos, e não o cativo do devedor.

O sistema brasileiro, portanto, além de não proporcionar elementos que possam auxiliar na prevenção da insolvência, aprisiona o devedor em um procedimento que tende a se estender ao longo de anos. É urgente, pois, a necessidade de atualização da regulamentação da insolvência, com o intuito de alinhá-la às tendências observadas em outros países, bem como às já adotadas por nossa legislação relativa à falência empresarial.

---

<sup>134</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em 08 mai. 2015.



## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasil e Reino Unido adotam modelos distintos para a regulação da insolvência civil. No Reino Unido, o *Individual Voluntary Arrangement (IVA)*, previsto no *Insolvency Act 1986*, destaca-se como principal mecanismo formal para evitar a decretação de insolvência. Por meio dele, firma-se um acordo entre o devedor e seus credores, o que possibilita a suspensão das execuções individuais e a renegociação do conjunto dos débitos.

Na impossibilidade de realizar-se um IVA ou em caso de seu descumprimento, o *Insolvency Act 1986* regula a *Bankruptcy*, estado de uma pessoa física judicialmente declarada insolvente. A *Bankruptcy*, por um lado, acarreta a imposição de restrições à conduta do devedor e a entrega de seu patrimônio para a realização dos pagamentos aos credores. Por outro, beneficia o devedor com a possibilidade de um *fresh start*, dentro de um curto período de tempo.

O sistema inglês busca prevenir a insolvência, tanto através do aconselhamento e da educação financeira de sua população, quanto através de meios alternativos, formais e informais, à sua decretação.

Entretanto, quando imprescindível a decretação, a administração do patrimônio da insolvência e a extinção das obrigações do devedor obedecem a prazos distintos. A primeira continua pelo tempo que for necessário à conversão dos ativos e distribuição do valor arrecadado aos credores, a segunda ocorre cerca de um ano após a data em que o devedor foi declarado insolvente. Ou seja, o fato de o patrimônio do devedor não ter ainda sido vendido em nada modifica o prazo para a extinção das obrigações. Garante-se, assim, ao devedor a possibilidade de recomeçar, livre dos encargos inerentes à situação de insolvência. Privilegia-se a possibilidade de recomeço do devedor e a diminuição do estigma relacionado à insolvência, pelo fato de trazerem benefícios não apenas aos devedores, mas a toda a sociedade.

No Brasil, o novo Código de Processo Civil manteve, com relação à insolvência civil, a regulamentação dada pelo Código de 1973, relativa a execução por quantia certa contra devedor insolvente. Tramita ainda, no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 283/12, que trata do superendividamento de consumidores.

Destaca-se, na regulamentação da insolvência pelo direito brasileiro, a inexistência de meios preventivos, pois a população não tem acesso a medidas amplas e concretas relativas à educação financeira, nem a mecanismos que lhe possibilitem renegociar o conjunto de seus

débitos, com o intuito de evitar a insolvência. Também chama a atenção o fato de a insolvência civil não apenas ser regulada separadamente da insolvência empresarial, como também o fato de não existir uniformidade entre os procedimentos de ambas. Essa não uniformidade pode ser percebida, por exemplo, pelo fato de a regulamentação da insolvência civil utilizar-se ainda do critério deficitário para a sua caracterização, o qual, pelas dificuldades que envolvem sua comprovação, já foi abandonado pela legislação falimentar. Também desse tratamento não uniforme entre a insolvência civil e a empresarial resulta a não concessão, ao devedor civil, dos mesmos benefícios concedidos ao devedor empresarial, especialmente no que concerne à extinção de suas obrigações.

Diferentemente do sistema inglês, configura-se, assim, o sistema brasileiro como um sistema que não foca na prevenção e no qual, uma vez decretada a insolvência, não existe uma data aproximada para que se dê a extinção das obrigações do devedor, porque o prazo de cinco anos será contado da sentença de encerramento do processo. Por esse motivo, a extinção das obrigações dependerá do tempo de duração do processo, para que apenas então se inicie a contagem de mais cinco anos. A única certeza, portanto, é a de que levará um bom tempo para que o devedor retorne ao mercado.

O credor tem o direito de exigir o pagamento e deve, portanto, o patrimônio do devedor responder pela satisfação dos créditos. Porém, após a arrecadação do patrimônio do devedor, não há motivos para mantê-lo obrigado por longos anos. Isso não aumentará o retorno que será dado aos credores, porque é altamente improvável que o devedor insolvente venha a adquirir, em seu nome, novo patrimônio, pois sabe que este será entregue aos credores. Assim, esse longo período para a extinção das obrigações resultará apenas na desmotivação do devedor para empreender ou na utilização de meios ardilosos para fazê-lo.

Frisa-se ainda a necessidade de proteção a um patrimônio mínimo, necessário ao suprimento de necessidades básicas do devedor e de sua família. Contudo, a proteção absoluta do bem de família e do salário ultrapassam o fim constitucional de proteger a dignidade humana e se configuram em verdadeira fraude aos credores, possibilitando o enriquecimento ilícito do devedor.

Interesses de credores e devedores estão, portanto, diretamente contrapostos. Mas além deles, existe também o interesse de toda uma coletividade, para quem o pagamento de uma ou outra dívida em particular representa menos do que a reinclusão de significativa parcela da população no mercado.

Em uma economia de mercado e diante da democratização do crédito, é urgente a atualização da regulamentação da insolvência, para que se possa, sopesando os interesses conflitantes dos envolvidos nesse processo, alinhá-la às tendências observadas em outros países, bem como às já adotadas por nossa legislação relativa à falência empresarial.

## REFERÊNCIAS

### Direito Inglês

#### Artigos e Livros

GOYETTE, Lauren. Education Connection: Financial Education Leads to Better Financial Decisions. **HeinOnline**, Children's Legal Rights Journal, v. 34, n. 1, pp. 125-127, 2013. Disponível em <[http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/clrj\\_34&div=10&collection=journals&set\\_as\\_cursor=0&men\\_tab=srchresults&terms=lauren|goyette&type=matchall](http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/clrj_34&div=10&collection=journals&set_as_cursor=0&men_tab=srchresults&terms=lauren|goyette&type=matchall)>. Acesso em 05 mar. 2015.

MCKENZIE SKENE, Donna W; WALTERS, Adrian. Consumer Bankruptcy Law Reform in Scotland, England and Wales. **Social Science Research Network**, Jul. 2006. Disponível em <<http://ssrn.com/abstract=914522>> ou <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.914522>>. Acesso em 24 jul. 2014.

MILMAN, David. Personal Insolvency Law And The Challenges of a Dynamic, Enterprise-Driven Economy. **HeinOnline**, Singapore Academy of Law Journal, v. 20, n. 3, pp. 438 – 463, 2008. Disponível em <[http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/saclj20&div=24&collection=journals&set\\_as\\_cursor=5&men\\_tab=srchresults&terms=Personal%20Insolvency%20Law&type=matchall](http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/saclj20&div=24&collection=journals&set_as_cursor=5&men_tab=srchresults&terms=Personal%20Insolvency%20Law&type=matchall)>. Acesso em 06 ago. 2014.

RIESENFELD, Stefan Albrecht. Bankruptcy. Enciclopédia Britânica. **Periódicos da Capes**. Disponível em <<http://global.britannica-com.ez45.periodicos.capes.gov.br/EBchecked/topic/52019/bankruptcy>>. Acesso em 30 jul. 2014.

SEALY, Len. S.; HOOLEY, Richard. J. A. **Commercial Law: Texts, Cases and Materials**. 4th ed. New York, NY: Oxford University Press, 2009.

WALTERS, Adrian. Personal Insolvency Law After The Enterprise Act: An Appraisal. **HeinOnline**, Journal of Corporate Law Studies, v. 5, n. 1, pp. 65 – 104. Abr. 2005. Disponível em <[http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/corplstd5&div=5&collection=journals&set\\_as\\_cursor=3&men\\_tab=srchresults&terms=personal%20insolvency%20law%20after%20the%20enterprise%20act&type=matchall](http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/corplstd5&div=5&collection=journals&set_as_cursor=3&men_tab=srchresults&terms=personal%20insolvency%20law%20after%20the%20enterprise%20act&type=matchall)>. Acesso em 30 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Individual Voluntary Arrangements: A 'Fresh Start' for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? **Wiley Online Library**, International Insolvency Review, V. 18, n. 1, pp. 5-36. 2009. Published on line in Wiley InterScience. Disponível em <[www.interscience.wiley.com](http://www.interscience.wiley.com)> DOI: 10.1002/iir.166. Acesso em 30 jul. 2014.

#### Decisões Judiciais

Caine v Liverpool Daily Post and Echo Ltda, Court of Appeal (Civil Division) (unreported, 12th, May, 2000). Retrieved from LexisNexis Academic database.

Chapman v Smith [2005] EWHC 1696, Chancery Division. Retrieved from LexisNexis Academic database.

Child Maintenance and Enforcement Commission v Beesley and another [2011] 1 FCR 380; [2010] EWCA Civ 1344, Court of Appeal, Civil Division. Retrieved from LexisNexis Academic database.

Davis v Martin-Sklan [1995] 2 BCLC 483, [1995] BCC 1122, Chancery Division. Retrieved from LexisNexis Academic database.

Financial Services Authority v Foster [2005] All ER (D) 55 (Jul), Chancery Division. Retrieved from LexisNexis Academic database.

Haig v Aitken [2001] 2 Ch 110; [2000] 3 WLR 1117; [2000] 3 All ER 80, Chancery Division. Retrieved from LexisNexis Academic database.

Knowles and Another v Coutts & Company (unreported, 16th July 1997). Retrieved from LexisNexis Academic database.

National Westminster Bank v Kapoor and another [2011] EWHC 255, Chancery Division. Retrieved from LexisNexis Academic database.

Northcote v Wimbledon Bridge Club [2001] EWCA Civ 1824, Court of Appeal (Civil Division). Retrieved from LexisNexis Academic database.

Randhawa v Official Receiver [2006] EWHC 2496 (Ch); [2007] 1 All ER 755, Chancery Division at Birmingham. Retrieved from LexisNexis Academic database.

Re a debtor (Nos 31/32/33 of 1993), Calor Gas Ltd v Piercy and others [1994] 2 BCLC 321, [1994] BCC 69, Chancery Division. Retrieved from LexisNexis Academic database.

Re a debtor (No 32 of 1993) [1995] 1 All ER 628, [1994] 1 WLR 899, [1994] BCC 438, Chancery Division. Retrieved from LexisNexis Academic database.

Re a debtor (No 101 of 1999), [2000] 1 BCLC 54, Chancery Division. Retrieved from LexisNexis Academic database.

Re a debtor (No 140 IO of 1995) [1996] 2 BCLC 429, Chancery Division. Retrieved from LexisNexis Academic database.

Re a debtor (No 400 IO of 1996); Re a debtor (No 401 IO of 1996) [1997] 1 WLR 1329; [1997] 2 BCLC 144, Chancery Division. Retrieved from LexisNexis Academic database.

Re Bourne; Kaye v Bourne [2004] All ER (D) 384 (Nov), Chancery Division. Retrieved from LexisNexis Academic database.

Re Bremner, Chancery Division (unreported, 16th July 1998). Retrieved from LexisNexis Academic database.

Stanley v Phillips and another [2003] EWHC 720, Chancery Division. Retrieved from LexisNexis Academic database.

Supperstone v Hurst and another [2009] All ER (D) 77 (Jun); [2009] EWHC 1271 (Ch), Chancery Division. Retrieved from LexisNexis Academic database.

UCB Corporate Services Ltda v Emery and another, Court of Appeal (Civil Division) (unreported, 29th, April 1999). Retrieved from LexisNexis Academic database.

### Legislação

EC Regulation on Insolvency Proceedings.

Enterprise Act 2002

Insolvency Act 1986

Insolvency Rules 1986

### Sítios Eletrônicos

Ico. Information Commissioner's Office. **Credit explained**. Disponível em <[http://ico.org.uk/Global/faqs/~media/documents/library/Data\\_Protection/Practical\\_application/credit-explained-dp-guidance.pdf](http://ico.org.uk/Global/faqs/~media/documents/library/Data_Protection/Practical_application/credit-explained-dp-guidance.pdf)>. Acesso em 22 jul. 2014.

GOV.UK. Collection. **Insolvency Statistics**. Disponível em <https://www.gov.uk/government/collections/insolvency-service-official-statistics>>. Acesso em 05 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Home. Births, deaths, marriages and care. Marriage, civil partnership and divorce. **Use the Child Maintenance Service or Child Support Agency (CSA). Overview**. Disponível em <<https://www.gov.uk/child-maintenance/overview>>. Acesso em 30 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Declaring bankruptcy or being made bankrupt. Overview**. Disponível em <<https://www.gov.uk/bankruptcy/overview>>. Acesso em 29 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Declaring bankruptcy or being made bankrupt. Restrictions**. Disponível em <<https://www.gov.uk/bankruptcy/restrictions>>. Acesso em 29. Jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Declaring bankruptcy or being made bankrupt. When does bankruptcy end?** Disponível em <<https://www.gov.uk/bankruptcy/when-does-bankruptcy-end>>. Acesso em 29 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Declare bankruptcy or being made bankrupt. Declare bankruptcy**. Disponível em <<https://www.gov.uk/bankruptcy/declare-bankruptcy>>. Acesso em 29 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Options for paying your debts. Debt relief order.** Disponível em <<https://www.gov.uk/options-for-paying-off-your-debts/debt-relief-orders>>. Acesso em 29 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Options for paying your debts. Fast-track voluntary arrangements.** Disponível em <<https://www.gov.uk/options-for-paying-off-your-debts/fast-track-voluntary-arrangements>>. Acesso em 29 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Home. Money and tax. Court claims, debts and bankruptcy. **Options for paying off your debts. Individual Voluntary Arrangements.** Disponível em <<https://www.gov.uk/options-for-paying-off-your-debts/individual-voluntary-arrangements>>. Acesso em 16 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministers. Disponível em <<https://www.gov.uk/government/ministers>>. Acesso em 30 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Statistics. Insolvency Statistics: Individual Insolvencies By Region 2012. **Individual Voluntary Arrangements (IVAs) By Area.** Disponível em <<https://www.gov.uk/government/publications/insolvency-statistics-individual-insolvencies-by-region>>. Acesso em 05 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Statistics. Insolvency Statistics: Individual Insolvencies By Region 2012. **Bankruptcy Orders By Area.** Disponível em <<https://www.gov.uk/government/publications/insolvency-statistics-individual-insolvencies-by-region>>. Acesso em 05 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. The insolvency Service. **Individual Insolvency Register (IIR).** Disponível em <<https://www.insolvencydirect.bis.gov.uk/eiir/>>. Acesso em 05 mai. 2015.

LAND REGISTRY. **About us.** Disponível em <<http://www.landregistry.gov.uk/media/about-us>>. Acesso em 22 jul. 2014.

LAND REGISTRY. Home. Public. Guides. Public Guide 11 – **Bankruptcy Orders.** Disponível em <<http://www.landregistry.gov.uk/public/guides/public-guide-11>>. Acesso em 22 jul 2014.

THE INSOLVENCY SERVICE. **What will happen to my home? Information about your home when bankruptcy occurs.** Disponível em <<http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+/http://www.insolvency.gov.uk/pdfs/guidanceleaflets/pdf/home.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2014.

THE MONEY ADVICE SERVICE. **About us.** Disponível em <<https://www.moneyadvice.service.org.uk/en/static/about-us>>. Acesso em 24 jul. 2014.

## **Direito brasileiro**

### Artigos e Livros

ASSIS, Aldimar de. Insolvência Civil. **Revista dos Tribunais Online**, Revista dos Tribunais, v. 787, p. 751, Mai. 2001. Disponível em <<http://revistadostribunais.com.br/maf/app/>>

resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad818150000014bebcfee825b353aea&docguid=Idb61f950f25411dfab6f010000000000&hitguid=Idb61f950f25411dfab6f010000000000&spos=1&epos=1&td=1&context=33&startChunk=1&endChunk=1#>. Acesso em 05 mar. 2015.

ASSIS, Araken de. **Manual da execução**. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CACHAPUZ, Maria Cláudia. Bem De Família: Uma Análise Contemporânea. **Revista dos Tribunais Online**, Revista dos Tribunais, v. 770, p. 23, dez. 1999. Disponível em <<http://revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad81816000014bb7f16db0892d31f0&docguid=Ic15cbcb0f25011dfab6f010000000000&hitguid=Ic15cbcb0f25011dfab6f010000000000&spos=2&epos=2&td=2&context=10&startChunk=1&endChunk=1#>>. Acesso em 23 fev. 2015.

CASTEX FILHO, Carlos. Da Extensibilidade da Fallencia aos Não Comerciantes. **Revista dos Tribunais Online**, Revista dos Tribunais, v. 829, p. 741, nov. 2004. Disponível em <<http://revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad600790000014b5b53c81ca8e42fba&docguid=I21230460f25111dfab6f010000000000&hitguid=I21230460f25111dfab6f010000000000&spos=1&epos=1&td=1&context=7&startChunk=1&endChunk=1#>>. Acesso em 05 fev. 2015.

GONÇALVES NETO, Alfredo Assis. O Regime Jurídico da Insolvência. **Revista dos Tribunais Online**, Revista de Processo, v. 67, p. 62, jul. 1992. Disponível em <<http://revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad6007a000014c001987d3b2014097&docguid=I5c595880f25711dfab6f010000000000&hitguid=I5c595880f25711dfab6f010000000000&spos=1&epos=1&td=2&context=10&startChunk=1&endChunk=1#>>. Acesso em 09 mar. 2015.

LIMA, Mikael Martins de. O Limite para Concessão de Crédito Previsto no Projeto de Lei sobre o Superendividamento. **Revista dos Tribunais Online**, Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, v. 57, p. 97, jul. 2012. Disponível em <<http://revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad600790000014b5af3cf0d029d72ea&docguid=Iadcf77d006d211e28476010000000000&hitguid=Iadcf77d006d211e28476010000000000&spos=8&epos=8&td=1831&context=6&startChunk=1&endChunk=1#>>. Acesso em 05 fev. 2015.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Crédito ao Consumidor e Superendividamento: Uma Problemática Geral. **Revista dos Tribunais Online**, Revista de Direito do Consumidor, v. 17, p. 57, jan. 1996; Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor, v. 2, p. 737, abr. 2011. Disponível em <<http://revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad818160000014bebc690c2322fdd9f&docguid=Idbe06300f25211dfab6f010000000000&hitguid=Idbe06300f25211dfab6f010000000000&spos=3&epos=3&td=11&context=16&startChunk=1&endChunk=1#>>. Acesso em 05 mar. 2015.

MALLET, Estevão. Anotações à Lei Nº 11.382, de 6 de Dezembro de 2006. **Acervo Digital TRT4**, Revista TST, Brasília, v. 73, n.1, pp. 66-87, jan./mar. 2007. Disponível em <<http://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/doutrina/artigos/Revista%20do%20Tribunal%20Superior%20do%20Trabalho/2007/n%201/Revista%20do%20Tribunal%20Superior%20do%20Trabalho,%20Porto%20Alegre,%20v.%2073,%20n.1,%20p.%2067-87,%20jan.-mar.%202007.pdf>>. Acesso em 06 mar. 2015.



MARQUES, Cláudia Lima. Algumas Perguntas e Respostas sobre Prevenção e Tratamento do Superendividamento dos Consumidores Pessoas Físicas. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista de Direito do Consumidor, v. 75, p. 9, jul. 2010; Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor, v. 2, p. 563, abr. 2011. Disponível em <<http://revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad600790000014b5b12267516441613&docguid=Ibb65be103e5e11e09ce30000855dd350&hitguid=Ibb65be103e5e11e09ce30000855dd350&spos=1&epos=1&td=1&context=47&startChunk=1&endChunk=1#>>. Acesso em 05 fev. 2015.

MILARÉ, Édís. O Ministério Público e a Insolvência Civil. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista de Processo, v. 25, p. 97, jan. 1982. Disponível em <<http://revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad6007a0000014b5b092e12ecee982&docguid=I0eab7b40f25711dfab6f010000000000&hitguid=I0eab7b40f25711dfab6f010000000000&spos=17&epos=17&td=30&context=26&startChunk=1&endChunk=1#>>. Acesso em 05 fev. 2015.

NEVES, Celso. **Comentários ao código de processo civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1974. 10v. ; v.7.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários ao código de processo civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1976. 620 p., v.11.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti; BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Tratado de Direito Privado: parte especial**. São Paulo: RT, 2012. 60 v.; v. 27.

REQUIAO, Rubens. **Curso de direito falimentar**. São Paulo: Saraiva, 1975, v.1.

TAVARES JUNIOR, Homero Francisco. Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente: As Interfaces De Um Procedimento Comumente Esquecido Pelos Operadores Do Direito. **Revista dos Tribunais OnLine**, Revista de Processo, v. 120, p. 9, fev. 2005. Disponível em <<http://revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad818150000014bb7c6fb63862cdb1a&docguid=Ia9b2c9a0f25611dfab6f010000000000&hitguid=Ia9b2c9a0f25611dfab6f010000000000&spos=7&epos=7&td=8&context=12&startChunk=1&endChunk=1#>>. Acesso em 23 fev. 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Insolvência Civil: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

#### Decisões Judiciais

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.108.831. Recorrente: Fazenda Nacional. Recorrido: Maria da Conceição Gallida Silva – Massa Insolvente. Relator: Min. Luiz Fux. Brasília, 23 de novembro de 2010. Disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1025084&num\\_registro=200802795759&data=20101203&formato=HTML](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1025084&num_registro=200802795759&data=20101203&formato=HTML)>. Acesso em 08 mai. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 11.217. Recorrente: Paulo Roth – Massa Falida. Recorrido: Banco Itaú S/A. Relator: Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira. Brasília, 25 de fevereiro de 1992. Disponível em <<https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado>>

/?num\_registro=199100100285&dt\_publicacao=30-03-1992&cod\_tipo\_documento=>. Acesso em 08 mai. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 488.439. Recorrente: José Eurico Costallat Magno de Carvalho. Recorrido: Cláudia Miguez Mançur. Relator: Min. Fernando Gonçalves. Brasília, 26 de agosto de 2003. Disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=423966&num\\_registro=200201706349&data=20030908&formato=HTML](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=423966&num_registro=200201706349&data=20030908&formato=HTML)>. Acesso em 08 mai. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 488.432. Recorrente: Mauro Gomes Baptista. Recorrido: Flávio Filizola Lima. Relator: Min. Raul Araújo. Brasília, 06 de novembro de 2012. Disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1192431&num\\_registro=200201749378&data=20130701&formato=HTML](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1192431&num_registro=200201749378&data=20130701&formato=HTML)>. Acesso em 08 mai. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 78.966. Apelante: Holanda Carmo de Moraes Oliveira. Apelado: Antônio Carlos Albuquerque Clerot. Relator: Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. Brasília, 30 de abril de 1998. Disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num\\_registro=199500573750&dt\\_publicacao=29-06-1998&cod\\_tipo\\_documento=>](https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199500573750&dt_publicacao=29-06-1998&cod_tipo_documento=>)>. Acesso em 08 mai. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 1178469. Recorrente: Luiz Marcos Suplicy Hafers e outros. Recorrido: Flórida Agropastoril Ltda. Relator: Min. Massami Uyeda. Brasília, 18 de novembro de 2010. Disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1022585&num\\_registro=201000212900&data=20101210&formato=HTML](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1022585&num_registro=201000212900&data=20101210&formato=HTML)>. Acesso em 08 mai. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 345.933. Recorrente: Antenor Mayrink Veiga. Recorrido: Antenor Mayrink Veiga – Massa Insolvente. Relator: Min. Nancy Andrighi. Brasília, 19 de março de 2002. Disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=IMG&sequencial=16283&num\\_registro=200101100866&data=20020429&formato=HTML](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=IMG&sequencial=16283&num_registro=200101100866&data=20020429&formato=HTML)>. Acesso em 08 mai. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 245.291. Recorrente: Janieire Antunes Guimarães. Recorrido: Banco Bradesco S/A. Relator: Min. Aldir Passarinho Júnior. Brasília, 20 de fevereiro de 2001. Disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=IMG&sequencial=59455&num\\_registro=200000035629&data=20010402&formato=HTML](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=IMG&sequencial=59455&num_registro=200000035629&data=20010402&formato=HTML)>. Acesso em 08 mai. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça. ApCiv. 572.463. Apelantes: Nilson Miranda Filho e outros. Apelado: FSN Serviços e Fomento Mercantil Ltda. Relator: Des. Lecir Manoel da Luz. Brasília, 14 de março de 2012. Disponível em <<http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>>. Acesso em 08 mai. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça. ApCiv. 559.328. Apelante Nádia Regina da Mata. Apelado: Emília de Freitas Sales. Relator: Des. Waldir Leôncio C. Lopes Júnior. Brasília, 23 de novembro de 2011. Disponível em <<http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>>. Acesso em 08 mai. 2015.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. ApCiv. 2008.001.62147. Apelante: Jair Ferreira Chagas e outro. Apelado: O Juízo. Relator: Des. Jessé Torres. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2009. Disponível em <<http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0003C3FD786E347AB7C93022F303BE2617091CC40217060C>>. Acesso em 08 mai. 2015.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação n. 69.197-1. Apelante Confecções Tony S/C Ltda. Apelado: O Juízo. Relator: Des. Silva Ferreira. São Paulo, 13 de julho de 1986. Disponível em <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=2083895&cdForo=0>>. Acesso 08 mai. 2015.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação n. 219.303-1/9. Apelante João Carlos Gabine. Apelado: O Juízo. Relator: Des. José Roberto Bedran, 07 de fevereiro de 1995. Disponível em <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=2083895&cdForo=0>>. Acesso em 08 mai. 2015.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação n. 372.985-4/8-00. Apelante: Roberval Monteiro Boni. Apelado: O Juízo. Relator: Des. Silvério Ribeiro. São Paulo, 11 de maio de 2005. Disponível em <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=2083895&cdForo=0>>. Acesso em 08 mai. 2015.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Ap. s/ Rev. 252.938-5/2-00. Apelante: Maria Aparecida de Jesus Ortigosa. Apelado: Fazenda do Estado de São Paulo. Relator: Des. Edson Ferreira da Silva. São Paulo, 31 de outubro de 2007. Disponível em <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=2364511&cdForo=0&v1Captcha=DhnXC>>. Acesso em 08 mai. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação n. 70022376180. Apelante Zeferino Cesca. Apelado: Derqui Gnatta. Relator: Des. Paulo Augusto Monte Lopes. Porto Alegre, 30 de janeiro de 2008. Disponível em <[http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=70022376180&proxystylesheet=tjrs\\_index&client=tjrs\\_index&filter=0&getfields=&aba=juris&entsp=a\\_\\_politica-site&wc=200&wc\\_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&lr=lang\\_pt&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as\\_qj=&site=ementario&as\\_epq=&as\\_oq=&as\\_eq=&as\\_q=+#main\\_res\\_juris](http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=70022376180&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfields=&aba=juris&entsp=a__politica-site&wc=200&wc_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&lr=lang_pt&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as_qj=&site=ementario&as_epq=&as_oq=&as_eq=&as_q=+#main_res_juris)>. Acesso em 08 mai. 2015.

### Legislação

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em 08 mai. 2015.

BRASIL. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. **Planalto**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869.htm)>. Acesso em 09 fev. 2015.

BRASIL. Lei n. 8009, de 29 de março de 1990. **Planalto**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18009.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18009.htm)>. Acesso em 08 mai. 2015.

BRASIL. Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Art. 129. **Planalto**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm)>. Acesso em 13 fev. 2015.

BRASIL. Lei n. 13.105, de 06 de março de 2015. **Planalto**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em 08 mai. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Mensagem 1.047, de 06 de dezembro de 2006. **Planalto**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Msg/Vep/VEP-1047-06.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Msg/Vep/VEP-1047-06.htm)>. Acesso em 23 fev. 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n. 283/12**. Parecer do relator Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Brasília, DF, 26 mar. 2014. 116f. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=147357&tp=1>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenções ratificadas. **Convenção 95, de 1949**. Convenção sobre proteção do salário. Disponível em <<http://www.oit.org.br/node/463>>. Acesso em 23 fev. 2015.